

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Experiências, mediações e posições políticas: a luta por moradia no Campo
Belo-Campinas/SP

Cessimar de Campos Formagio

Dissertação de mestrado apresentada
ao Programa de Pós Graduação em
Sociologia da Ufscar, como requisito
para obtenção de grau de mestre em
Sociologia

Orientador: Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran

São Carlos, 2012

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

F723em Formagio, Cessimar de Campos.
Experiências, mediações e posições políticas : a luta por moradia no Campo Belo-Campinas/SP / Cessimar de Campos Formagio. -- São Carlos : UFSCar, 2013.
192 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012.

1. Movimentos sociais. 2. Moradia. 3. Resistência cotidiana. 4. Mediação. 5. Política habitacional. I. Título.

CDD: 303.484 (20ª)



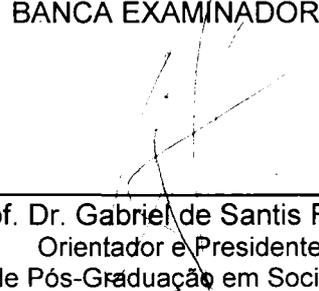
Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676
13565-905 São Carlos-SP - Fone/Fax: (16) 3351.8673
www.ppgs.ufscar.br - Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

Cessimar de Campos Formagio

Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em 30 de março de 2012.

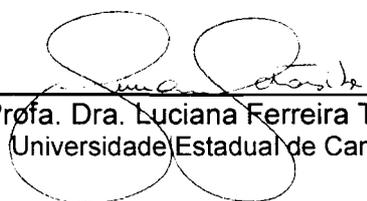
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran
Orientador e Presidente
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCar



Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Universidade Federal de São Carlos



Profa. Dra. Luciana Ferreira Tatagiba
Universidade Estadual de Campinas

Para uso da CPG

Homologado na ____ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em ____/____/____

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério
Coordenador do PPGS



Aos que preferem as lascas por contrariar às falsas alegrias de uma vida conivente às desigualdades

A Maurício Tragtenberg, Florestan Fernandes e Eder Sader, pensamentos que encorajam

Agradecimentos

A concretização deste trabalho foi um processo em que atuaram várias pessoas, seja na discussão teórica, nas reflexões sobre a vida, nos importantes momentos de conversa ao vento e de troca de carinho e nas lutas por um outro viver. Agradeço a todas, especialmente:

- A Antonia Cecília, minha mãe, por ter enfrentado todas as dificuldades e opressões para conseguir, sozinha, criar os três filhos. Sua firmeza nutriu minha vontade de estudar e também me garantiu tempo para isso.
- Ao Flávio, pela paciência, companheirismo, por me ensinar a ser menos inflexível e colocar tanta música no nosso dia-dia.
- A tia Aúrea e Melina, por sempre me apoiarem a estudar e pela presença constante.
- A Marcella e Teteu, meus sobrinhos queridos, por vocês existirem
- A(o)s moradora(e)s do Campo Belo, por me permitirem os momentos de convivência e me ensinarem que a teoria se esvazia quando não dá ouvidos aos sons difusos e embaralhados das práticas sociais.
- Ao Gabriel Feltran, meu orientador, pelo respeito à liberdade de criação, pelas discussões e importantes indicações bibliográficas, por todo apoio para que eu conseguisse trabalhar e estudar, e por ser uma pessoa simples e acessível, em meio a tantas vaidades acadêmicas.
- A Profa. Sônia Barbosa, do Nepam/Unicamp, por me mostrar que sou capaz e ter me encorajado a seguir a vida acadêmica.
- A(o)s Prof(a)s da graduação do IFCH/Unicamp, inclusive ao Márcio Naves, que nos encantou nas aulas sobre Marx e certamente influenciou as posições políticas dos que estavam ali.
- A Profa. Olga Rodrigues de Moraes Von Simson, pelas orientações na banca de qualificação.
- As Profas. Cibele Rizek e Luciana Tatagiba, pelas preciosas análises e indicações na banca de defesa.
- A(o)s Prof(a)s do mestrado da Ufscar e a Ana Bertollo e Silmara Dionízio, ex e atual secretárias do programa. Foi inquietante e enriquecedor passar pelo PPGS/Ufscar.
- A(o)s amiga(o)s de caminhada: Davi Pinhata, Lakshmi, Mailce, Fabi-Pop, Thaísa, Camila Firmino, Jane Barros, Fabi Lino UíBheagáin, Davi Gustavo, Sueli, Alê Grande e Dri Grande.
- A(o)s “compas” do judiciário paulista, pelos aprendizados políticos que buscamos juntos.
- Ao TJ/SP. Pra que trabalhador(a) quer estudar? Ver diariamente a produção da injustiça e da desigualdade me tornou mais firme e posicionada. Hoje entendo bem melhor a quem serve o direito e como serve.

Resumo	05
Introdução	07
CAPÍTULO 1 – MORADIA E MOVIMENTOS POPULARES	19
Agentes imobiliários, Estado e grupos populares: confrontos e formas de controle	20
O percurso da moradia popular em Campinas	22
1. Cortiços e vilas operárias do início do século XX	22
2. Diferenciação social pela cidade: o cerco às áreas centrais, os conjuntos habitacionais e as favelas	27
Dos movimentos populares dos anos de 1970/ 80 às manifestações contemporâneas	32
1. Mediação popular e contextos sociais	32
2. A igreja católica	39
3. As esquerdas	45
4. Reconfiguração do contexto e transformação dos mediadores	52
CAPÍTULO 2 - A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS MORADORES DO CAMPO BELO	56
A tradução da experiência	57
Trajetórias dos moradores	60
1. Os moradores mais antigos	61
2. Os militantes que chegaram na década de 90	68
3. Os que chegam pela compra do imóvel e as novas gerações	70
A decisão de participar das mobilizações políticas	73
O sentido da mediação	85
Diferenciações e hierarquias nos mediadores	91
CAPÍTULO 3 – A EXPANSÃO DE VIRACOPÓS E A LUTA POR MORADIA NO CAMPO BELO	97
Os interesses na expansão de Viracopos	98
Os moradores contra a desapropriação do Campo Belo	105
Da década de 1980 até 2005: construindo a resistência	107
O momento da mudança na área de desapropriação	118
As mudanças no projeto de ampliação: garantia de permanência?	126
O Campo Belo no começo dos anos 2000	128
Conclusões	134
Bibliografia	140
Anexos	145

Resumo

A relação entre Estado e movimentos populares é desenhada na conjuntura econômica e política de um momento histórico e também pela posição política que um movimento assume diante dos projetos estatais, nos quais estão representados os interesses dos grupos empresariais hegemônicos.

Considerando a observação de Sader (1995:41) sobre a “*grande gama de respostas possíveis diante de uma mesma solicitação dada*”, esta pesquisa busca entender como se organiza e posiciona o movimento de luta por moradia dos moradores do Jardim Campo Belo, na periferia de Campinas, e como o Estado lida com tal perfil específico de organização, na tentativa de criar entre os moradores certo grau de consenso ao projeto de expansão do aeroporto de Viracopos e atenuar a resistência dos moradores à desapropriação do lugar em que vivem.

Num plano mais amplo, a pesquisa tem por objetivo analisar a relação entre o perfil de organização interna de um movimento popular e as relações que este estabelece com o Estado. Buscamos, para tanto, apontar as diferentes posições políticas entre os moradores do Campo Belo e o modo como tais posições interagem na formação de um dos principais espaços de mediação política do bairro: as associações de moradores. Para identificar as nuances da relação entre as associações e o Estado, analisamos o percurso da luta pela permanência dos moradores no bairro, a qual é ameaçada pela ampliação do aeroporto de Viracopos.

A pesquisa foi construída a partir de três feixes: a seleção bibliográfica; o trabalho de campo, realizado em treze meses (novembro de 2009 a dezembro de 2010) de convivência com moradores do bairro e acompanhamento das associações de moradores; e pesquisa documental, que envolveu organização de documentos das associações, consulta ao acervo de jornais da cidade e fotos produzidas no trabalho de campo, estando parte deste material nos anexos desta dissertação.

Abstract

The relationship between State and popular movements is drawn on the political and economical conjuncture of a historical moment and also by the political position that a movement assumes in front of the state projects, in which the interests of hegemonic corporate groups are represented. Considering the observation of Sader (1995:41) on the "wide range of possible answers facing the same given request", this research seeks to understand how the movement of struggle for housing of residents from Campo Belo Jardim on the outskirts of Campinas organizes and positions itself, and how the State deals with such specific profile of organization, in the attempt to create among residents some degree of consensus on the expansion project at the airport of Viracopos and mitigate the resistance of residents to the expropriation of the place where they live.

On a broader plan the research aims to analyze the relationship between the profile of internal organization of a popular movement and the relations it establishes with the State. We seek therefore, to point out the different political positions among residents of Campo Belo and how these positions interact in the formation of one of the major political mediation spaces in the neighborhood residents' associations. To identify the nuances of the relationship between associations and State, we analyze the course of the struggle for the residents permanency in the neighborhood, which is threatened by the expansion of Viracopos airport.

The research was built up from three clusters: the bibliographic selection; the fieldwork conducted in thirteen months (November 2009 to December 2010) from living together with the neighborhood's residents and doing a follow up on the neighborhood associations; and the documentary research, which involved organizing documents from associations, consulting the collection/acquis of the city's newspapers and photos produced in the field work, part of this material is in the annexes of this dissertation

Introdução

O acesso institucional a moradia é mediado pela compra e, sendo o trabalho (seja com ou sem contrato formal, lícito ou ilícito) a principal forma de renda dos grupos populares, conseguir um lugar para morar é mais difícil conforme mais precária é a posição no mercado de trabalho. O mesmo trabalhador que ocupa as vagas menos remuneradas e de maior exploração é aquele que na cidade sofrerá mais intensamente a dificuldade de encontrar moradia. A desigualdade econômica se mantém por critérios de hierarquização que definem a distribuição abismal da riqueza. Do mesmo modo, na cidade está posta a discussão de quem é mais ou menos legítimo para ocupar espaços revalorizados.

Os moradores do Campo Belo, bairro localizado na periferia de Campinas, ao lado do aeroporto de Viracopos, envolvem-se nesta discussão à medida que lhes é imposta a saída para que a área sirva à ampliação do aeroporto de Viracopos. Nosso intuito é analisar como o grupo subalternizado se organiza internamente para se contrapor à desigualdade que o funda.

A inquietação que levou a construção do projeto de pesquisa foi entender como os moradores se organizaram para construir a resistência à desapropriação. De início, nossa atenção estava sobre a relação de dominação que se fazia entre Estado e grupos populares, e ficava na invisibilidade, ou pelo menos na marginalidade, as relações de hierarquização que se estabelecem entre os próprios moradores e que podem colaborar com a dominação mais ampla do Estado. No trabalho de campo, depois de um ano e dois meses conversando com os moradores (tanto as lideranças como pessoas sem ligação com partidos ou associações), e participando das reuniões das associações de bairro, percebi a ambiguidade que envolve a formação dos espaços de expressão política. Estes podem atuar no encorajamento da revolta e no fortalecimento dos argumentos que criticam a desigualdade, como podem também dar respaldo a ela, à medida que as relações de diferenciação e hierarquia dentro do próprio grupo não são questionadas e acabam por alimentar a posição de tutela e de espera dos acontecimentos.

Como aquele que procura a rosa e se depara com os espinhos, a forma de organização entre os moradores e os impactos dela na relação com o Estado foram se mostrando centrais. Tomamos os espaços de mediação política no bairro como centro da análise, tentando entender a construção da resistência à desapropriação e os diálogos com o Estado a partir das relações internas do grupo.

O primeiro obstáculo enfrentado diante deste objetivo foi o entendimento dos moradores como um grupo homogêneo. Se o contexto econômico os coloca sob uma mesma situação social de restrição e os iguala, há um conjunto de marcas que os diferenciam. Seria possível, por exemplo, destacar as diferenciações de gênero, de composição familiar, de religião, de raça, estas se mostram constantemente. Na pesquisa, diante do objetivo de entender as reações à tentativa de desapropriação, buscamos identificar as diferenças de posição política dos moradores, averiguando quais se tornaram hegemônicas e quais ficaram às margens do movimento social.

Usamos o termo posição política para referir-nos ao comportamento social que advém da tradução da experiência. A experiência, nos termos de Thompson (1981) e Brah (2006), possibilita a vivência de uma situação social, porém a significação dessa é mediada por ideias, ou como trabalhou Sader (1995), por matrizes discursivas, que encontram entre os grupos maior ou menor poder de adesão e levam a diferentes posicionamentos. Tomo como referência, portanto, o percurso: experiência – no caso dos moradores, na ameaça de remoção – sua tradução (através dos discursos) e o comportamento que daí deriva (posição política). Tal caminho nos abre a possibilidade de reconhecer a diversidade de respostas a um mesmo contexto, ficando impossível entender os moradores como um grupo homogêneo e deixar de reconhecer que não há uma posição única entre eles, mas uma gama de posições que se conflitam e vão desenhando as forças e fragilidades que permeiam os espaços de mediação política.

A discussão sobre as respostas de grupos envolvidos em semelhantes problemas sociais é analisada tanto por Sader quanto por Leite (1987) a partir da problematização da teoria marxista, ao tratar a passagem da classe em si na classe para si. Como observa Sader, baseando-se em Thompson, os sujeitos não se constituem em classe simplesmente pela sua posição no modo de produção, mas a

partir da forma como significam a experiência, mediados por diferentes matrizes discursivas. Sader pontua a classe em si e a classe para si como dois momentos articulados pelas experiências e interpelações culturais, não há um padrão estabelecido de expressão e reação da classe trabalhadora e nem a existência de uma falsa consciência, mas sim diferentes mediadores que condicionam a ação coletiva. O autor cita a famosa passagem do *Dezeto Brumário*, em que Marx considera o momento em que a classe se constitui:

"Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam uma das outras, e opõem seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura aos das outras classes em sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe!" (Karl Marx, *Dezeto Brumário* de Luís Bonaparte)

A consideração acima destaca a importância da interpretação do grupo sobre o contexto vivenciado. As situações são sempre interpretadas, não conforme um padrão determinado ou de modo a contrapor-se a situação estabelecida, mas envolvendo percepções muitas vezes contraditórias, fruto da relação dinâmica entre os sujeitos e as matrizes discursivas que os envolvem.

A ação política origina-se, portanto, da interpretação relacionalmente construída, na vivência de uma situação social e envolve momentos de conflito e de concordância, modulando uma variedade de respostas.

Antes de apresentar os posicionamentos entre os moradores do Campo Belo, procuramos traçar, no capítulo 1, uma ideia geral do percurso da habitação popular em Campinas, desde as primeiras formas de moradia popular urbana, os cortiços e vilas operárias, até os dias atuais, em que há enorme montante de imóveis vazios e, ao mesmo tempo, muitas pessoas/ famílias apertadas em aluguéis e/ou vivendo em áreas sem garantia de permanência. Procuramos destacar as táticas do Estado para valorizar algumas áreas e concentrar a moradia popular em outras, assim como as movimentações dos grupos populares por um lugar digno para morar.

Quando a população do Campo Belo começou a aumentar, a partir da década de 1980, o Estado já havia promovido a remoção de favelas das áreas mais valorizadas e ampliado o perímetro urbano para criação de um estoque de terra urbana, matéria prima do capital imobiliário. Antes de chegar ao bairro, parte dos moradores se deparou com a impossibilidade de ocupar um lugar mais estruturado na cidade. A história do Campo Belo não se inicia no momento de sua formação, na década de 80, mas é fruto de um processo histórico de cerceamento estatal e pressão popular por moradia que tem seu início com a implantação do trabalho assalariado no Brasil e a dispersão dos trabalhadores pobres do centro urbano.

As relações que presenciamos no bairro são fruto de percurso mais longo que envolve tanto os aprendizados do Estado, em suas tentativas de conseguir o consenso dos grupos populares, como dos movimentos sociais, na busca por ampliar sua participação nas decisões políticas. Os posicionamentos políticos que encontramos entre os moradores do Campo Belo são nutridos por discursos que foram geridos no decorrer da história, passaram por readaptações e misturas e têm diferentes poderes de persuasão conforme o momento histórico e as trajetórias de cada grupo.

Nos capítulos 2 e 3, trazemos as percepções e aprendizados geridos durante o trabalho de campo. O trabalho como professora da rede estadual me levou ao bairro pela primeira vez no ano de 2008 e me trouxe algumas informações iniciais, as quais facilitaram os contatos que fiz posteriormente. Comecei a pesquisa em novembro de 2009, estive pelo bairro perguntando por pessoas reconhecidas pela atuação na luta contra a desapropriação da área.

De início, estranhei o fato de muitas pessoas não saberem me apontar nomes, algumas já tinham ouvido falar de alguém, mas não tinham informações mais precisas. Mais tarde, me dei conta de que, desde a década de 1990, a população do bairro aumenta e muda rapidamente: o tempo todo casas estão sendo levantadas e a entrada de novos moradores é grande. Aqueles que chegam pela compra de um imóvel ou terreno, que hoje são a maioria, têm um envolvimento diferente com a situação, já chegam pensando a permanência como questão jurídica e entrar com processo de usucapião é tido, portanto, como principal caminho. A ideia de

mobilização coletiva passa distante para estes. Por esse motivo, demorei um pouco para chegar até aquelas pessoas que agiram na luta pela urbanização do Campo Belo e contra a desapropriação. Depois de alguma insistência, acabei chegando a elas e percebendo que, entre os mais atuantes, estão os moradores mais antigos e também os que, pela ligação partidária e atuação nos conselhos municipais, se mostram mais envolvidos com as questões coletivas dos moradores.

Para complementar as informações do trabalho de campo, organizei documentos (atas de reuniões, panfletos, reportagens de jornais e fotos) relacionados às ações de resistência dos moradores no decorrer dos mais de vinte anos de movimento contra a desapropriação. A organização dos moradores se iniciou na década de 1980, quando o bairro recebeu maior número de moradores e teve um momento decisivo no ano de 2006, quando os governos federal e municipal anunciam a alteração na área de desapropriação. O material referente a este período auxiliou-me a levantar questões e estabelecer relações.

A partir dessas percepções, e conforme fui identificando as diferenças de trajetórias e experiências entre os moradores, acabei por entendê-los em três grupos: i) o dos moradores mais antigos, cuja atuação política foi catalisada por ideias religiosas e também pelos contatos com o movimento Assembleia do Povo, que existiu em Campinas na década de 80; ii) o dos militantes que chegaram com as ocupações da década de 1990 e que têm como principal espaço de formação política os partidos e reuniões dos conselhos municipais; e iii) daqueles que chegaram ao bairro pela compra de um terreno. A esse terceiro grupo, inseri as novas gerações, pela semelhança do comportamento de distância em relação às lutas que são travadas no bairro.

O trabalho de campo encerrou-se em dezembro de 2010, os treze meses de contatos constantes permitiram entender um pouco quais os principais espaços de formação de ideias que envolvem os moradores e a variedade de posições políticas que daí advém. A participação nas reuniões das associações de bairro permitiu-me pensar como essas diferentes posições se relacionam e qual delas se mostra predominante no modo como eles se organizam.

Fazemos uma apresentação de cada grupo no capítulo 2, destacando as diferenças nas formas como chegaram ao bairro, na inserção que tiveram no mercado de trabalho e também os campos discursivos de que partem para a construção de suas opiniões e ações políticas. Tentamos analisar, também, como cada forma de interpretação conduz a diferentes posições políticas.

Identificamos quatro campos discursivos mais expressivos na construção dos posicionamentos dos moradores: a) o coletivismo, que se expressa nos momentos de forte e clara oposição a outro grupo, que pode ser o Estado ou outra instituição, os moradores veem-se como iguais e constroem mais horizontalmente suas reações; b) o personalismo, que se refere à centralização das decisões na figura de um personagem, que pode ser um indivíduo ou um grupo, formando uma relação de tutela entre essa figura central e os moradores; c) o participacionismo, que se mostra na centralidade da atuação de alguns moradores nos espaços de interlocução entre o Estado a população e na centralidade que a ideia de representatividade ganha na organização dos moradores e d) o liberalismo, que é notado na rejeição de muitos a participarem de discussões políticas e seu apego à ideia de que o empenho central deve ser para alterar o percurso individual, sendo ineficazes as tentativas de influência popular na política.

Esses quatro discursos coexistem, se misturam e se conflitam, travando entre si diálogos que alternam momentos de aproximação e distanciamento e que se projetam na formação dos espaços de mediação política. Para analisar como esses campos se mostram e como interferem no modo de organização interna dos moradores, tomamos as associações de bairro como fonte de reflexão. Ao perceber o modo predominante de organização entre os moradores, destaco que, dentro das associações de moradores, é o personalismo que lidera.

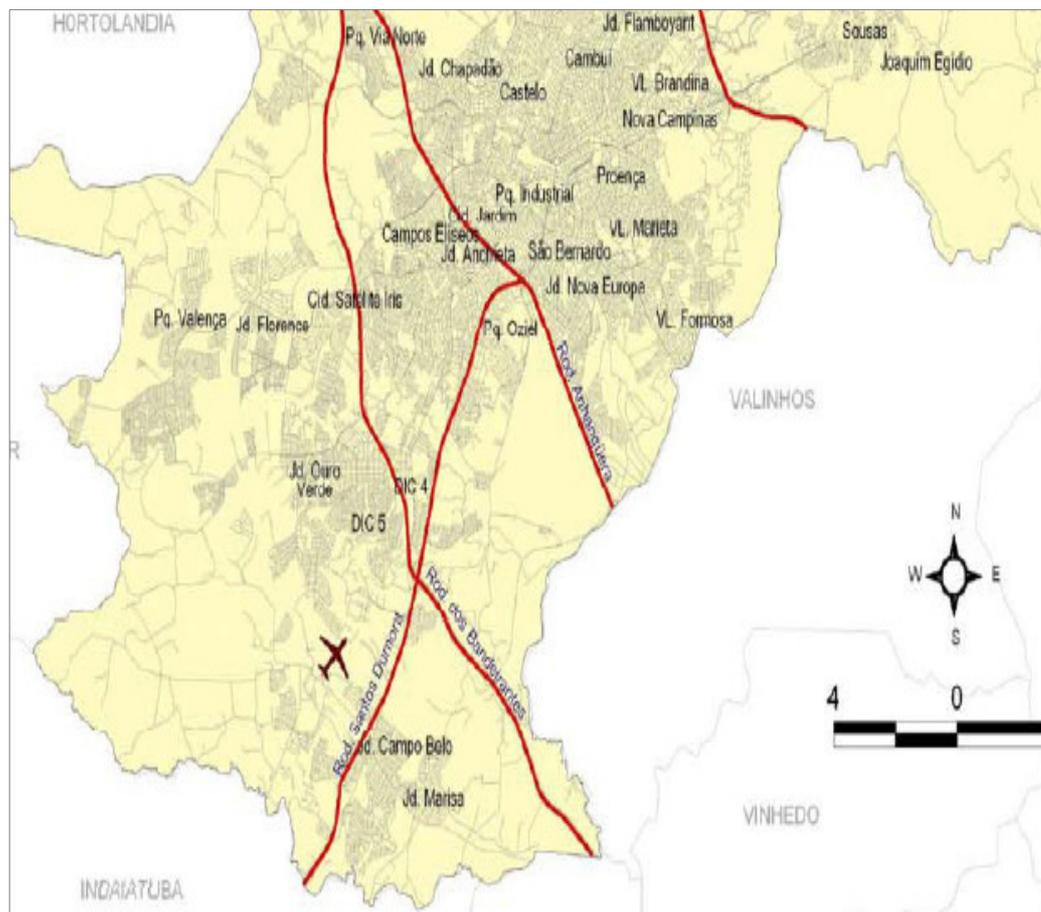
No capítulo 3, aponto como os moradores se organizaram para resistir à desapropriação do lugar em que vivem, processo que tem início na década de 1980, com a chegada dos primeiros ocupantes e vai se intensificando, conforme a população aumenta e a expansão do aeroporto torna-se mais importante para o fluxo internacional de mercadorias.

O Campo Belo

A região do Campo Belo fica na parte sudeste de Campinas, dista 22 km do centro comercial da cidade. Na década de 50, passou de zona rural a área urbana, modificação feita pelo governo local por duas razões: a instalação de um campo de pouso (que mais tarde viria a ser o aeroporto de Viracopos) na área e acordos¹, comuns na época, feitos entre a prefeitura, proprietários das fazendas e agentes imobiliários para lotear áreas rurais, como forma de criar estoques de terra nas áreas intermediárias (entre o centro e os novos loteamentos), as quais se valorizam conforme se ampliam as vias de acesso até as áreas mais periféricas. O mapa a seguir mostra a localização do Campo Belo e do aeroporto de Viracopos na cidade de Campinas e a figura em sequência indica o aeroporto e apresenta a divisão entre o Campo Belo I, região mais antiga do bairro, e o Campo Belo II, formado nas ocupações organizadas da década de 1990.

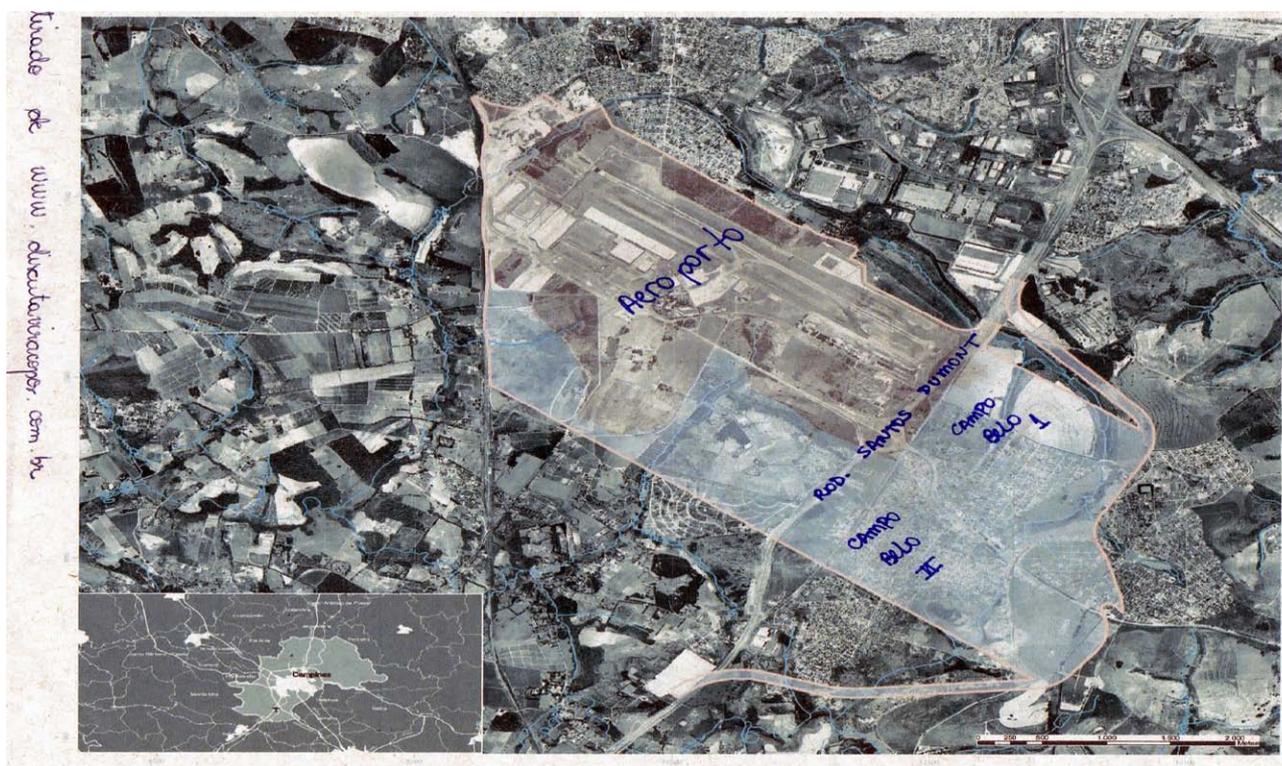
¹ Na década de 50, Campinas teve a área urbana ampliada em mais de 70% (tabela 7 dos Anexos), número incompatível com o aumento da área construída (tabela 8 dos Anexos), que não passava 10% da área da cidade. A ampliação da área urbana criou estoque de terra para os agentes imobiliários. O período que vai de 1950 até 80 foi o de maior ampliação da área urbana. Muitos loteamentos foram aprovados nas áreas limítrofes sem uma ocupação imediata, tal como o Campo Belo. Somente com o aumento da migração para cidade e cerceamento das favelas nas áreas mais centrais, nas décadas de 1970 e 80, as áreas mais distantes, como é o caso do Campo Belo, vão sendo mais volumosamente ocupadas.

Localização do Jardim Campo Belo e aeroporto de Viracopos



Fonte: www.campinas.sp.gov.br, acesso em julho/ 2010

Localização do Jardim Campo Belo I, Campo Belo II e aeroporto de Viracopos



Fonte: www.discutaviracopos.com.br, acesso em janeiro de 2012

Até a metade da década de 1970, a região permaneceu vazia, somente algumas famílias de ex-trabalhadores da fazenda ora loteada, referente ao Campo Belo I (figura 2) viviam ali. Entre 1975 e o início da década de 1980, aumenta a vinda de moradores, os quais convivem, desde o início, com as conversas sobre o possível uso da área para ampliação do aeroporto de Viracopos.

A incorporação do bairro ao aeroporto foi afirmada pela primeira vez no Decreto Estadual 14.031/79 e reafirmada por decretos posteriores². Desde então, a população local se organizou para lutar pela permanência na região. Em 1992, a área correspondente ao Campo Belo II (figura 2) foi ocupada por famílias organizadas tanto por militantes do PT como por lideranças do Campo Belo I. Nesse momento, já era grande o número de famílias que chegavam ao Campo Belo em busca de um terreno para construir uma casa ou montar um barraco. O comércio local de terrenos se

² A figura 2 (Anexos) sintetiza o histórico do aeroporto, relacionando-o com as movimentações pelo Campo Belo.

intensificou, chegavam tanto famílias em busca de um terreno mais barato, como aquelas direcionadas pela prefeitura³, através das secretarias ou de vereadores.

O aeroporto de Viracopos, a partir da década de 1990, amplia o transporte de cargas, atividade que confere à região um novo significado. O aeroporto passa a compor o eixo de importação e exportação de mercadorias (corredor de exportação). A área passa a ser interessante para empresas ligadas ao fluxo de materiais e a todos os serviços disponibilizados num aeroporto. Em 1995, a Infraero⁴ inicia as conversas com os moradores para esvaziar a área para expansão de Viracopos. No bairro, ocorrem várias movimentações, há tanto moradores deixando a região, vendendo a casa/terreno, como lideranças fortalecendo contatos partidários e pressionando vereadores da cidade e há, também, reuniões constantes nas sedes das associações para preparar as famílias para enfrentarem as pressões e discursos que colocavam como obrigatória a saída.

O fim da ameaça de remoção foi promessa comum de vários governos municipais (Anexos, Reportagem 1). A alta densidade populacional sempre foi importante empecilho para a remoção. Como forjar um discurso que explicasse qual seria o destino de aproximadamente 11.000 pessoas (em 1990) ou de 25.000 pessoas (em 2000)⁵?

Os moradores promoveram vários abaixo-assinados, fechamentos da Rodovia Miguel Melhado e Santos Dumont e protestos na prefeitura. 2005 foi o ano de maior

³ O direcionamento de famílias, através do governo municipal, para favelas é mencionado por Lopes (1997) e também foi verbalizado pelo representante de uma associação de bairro, que explicou como a associação fazia para receber as famílias que chegavam ao bairro com o material doado pela prefeitura para montagem do barraco.

⁴ Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, criada em 1972 e vinculada à Secretaria de Aviação Civil. A empresa controla as atividades dos aeroportos no país, o que tende a se alterar com as privatizações dos aeroportos, como a que ocorreu em fevereiro de 2012, em que foram a leilão a concessão do gerenciamento dos aeroportos de Viracopos, Guarulhos e de Brasília.

⁵ No Jardim Pantanal, no final da zona leste de São Paulo, a prefeitura planeja a remoção de 7.500 famílias para construção de um Parque Aquático. Como fundamentar, num contexto de grande dificuldade habitacional, a remoção, sem destino certo, de tantas famílias já residentes há décadas na região? Foi neste contexto que, no ano de 2010, nos dias chuvosos de verão, o Jardim Pantanal alagou. Retirar as famílias, agora, passa a ser questão de retirada de uma área de risco. Risco potencializado pelo fato de que no mesmo dia das chuvas, ocorreu a abertura das comportas da represa vizinha ao bairro e o fechamento das comportas posteriores. Fato denunciado pelo MUP (Movimento de Urbanização do Pantanal).

tensão. A desapropriação da área era anunciada como certa, a Infraero sinalizava através de placas a área a ser incorporada e encomendou um levantamento populacional para estimar quantos ali moravam, e quais as condições socioeconômicas das famílias. As entrevistas assustavam os moradores e aumentavam o clima de tensão. Seguindo a decisão tirada em reunião⁶ da Associação de Moradores do Campo Belo II, muitos se recusaram a participar do levantamento. Enquanto isso, as lideranças das associações participavam de reuniões com a Infraero e representantes da prefeitura e governo estadual e novos fechamentos das rodovias eram realizados.

Os decretos que determinavam a área de expansão do aeroporto eram estaduais. Como os aeroportos de Cumbica e Congonhas, estratégicos no transporte de cargas e passageiros, vão chegando aos limites de suas capacidades, aumentou a importância de Viracopos. As forças empresariais envolvidas na expansão de Viracopos tornam os governos municipais, estaduais e federais empenhados na ampliação. Porém as movimentações geradas pelas resistências das famílias à saída, e também os custos para desapropriação de uma área cuja população aumentava rapidamente, foram sempre grandes obstáculos.

Em 2006, a partir de um acordo entre o governo municipal, dirigido desde 2004 pelo PDT em aliança com o PT, e o governo federal, presidido pelo PT desde 2003, é anunciada a mudança⁷ na área a ser desapropriada. A alteração excluía o Campo Belo da área de ampliação e incluía uma região rural vizinha, na qual se desenvolvem plantios de café, tomate e também atividades rurais de lazer. Junto com a alteração da área, veio também o anúncio de investimento dos governos federal e municipal em obras de urbanização do Campo Belo. O programa foi batizado pelo governo municipal como “Vip-Viracopos” e é financiado dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A reversão da desapropriação foi resultado da mobilização popular e foi também, dada a forma como ocorreu, um modo do Estado ampliar consenso entre os

⁶ Reportagem 4 dos Anexos.

⁷ Decretos municipais 15.378 de 6 de fevereiro e 15.503 de junho de 2006.

moradores e diluir as resistências à apropriação empresarial do bairro, o que nos leva a questionar em que medida a mudança na desapropriação significa a permanência dos moradores. Esta questão nos guia no capítulo 3.

Capítulo 1

Moradia e movimentos populares

Agentes imobiliários, Estado e grupos populares: confrontos e formas de controle

O investimento diferenciado na cidade, promovido pelo Estado e defendido pelo mercado, tem dois efeitos evidentes: a restrição do acesso à moradia regular para aqueles que sobrevivem do trabalho e a expansão dos próprios grupos imobiliários. O benefício direcionado a alguns grupos pelo ordenamento territorial configura-se, assim, na inserção marginalizada de outros, tecendo interesses que se contrapõem. O conflito e a tensão são constitutivos dessa relação e o Estado atua de modo a regular as tensões e justificar a inserção diferenciada pela cidade através de suas normas, da burocracia, do direito, de técnicas de persuasão e convencimento e, na ineficácia desses, da força física.

A forma com que o Estado relaciona-se com diferentes interesses é determinada tanto pelas forças políticas em tensão, como pela peculiaridade da composição do próprio Estado. Arretche (1990) destaca como, sob uma mesma lógica de acumulação de capital, há uma variabilidade de ações estatais referentes a uma mesma demanda. A autora comparou três modelos de política habitacional no pós-guerra: a norte-americana, a sueca e a brasileira⁸, evidenciando que a atuação do Estado contempla uma elasticidade de posicionamentos que pode levar a uma expansão ou restrição do direito de morar: *“Trata-se de reconhecer que as políticas estatais refletem a interação entre estruturas e práticas políticas”* (Arretche, 1990:34). Para analisar a política habitacional de cada um dos países apontados, Arretche toma como variáveis de análise forma e conteúdo dos movimentos populares e o modo como as elites configuram-se no poder. Entre essas forças antagônicas atua o Estado, naquilo que a autora denomina como *solução negociada do conflito*, resultado do

⁸ Arretche (1990) classifica o modelo sueco como social-democrata, definido pela rigorosa intervenção estatal na produção, distribuição e consumo de moradia, de modo a exercer um forte controle para incentivar formas coletivas e públicas de propriedade. Já o modelo norte-americano, a autora classifica como liberal em razão da posição estatal em conferir ao mercado o controle da produção e distribuição de moradia, ocasionando a existência da habitação de mercado, destinada às classes médias e altas e da habitação social, em que o Estado subsidia a construção e o aluguel, de modo a garantir a rentabilidade dos agentes imobiliários, no caso brasileiro, a autora aponta como um modelo estatal-privatista, o qual se assemelha ao norte-americano no sentido que há uma produção de mercado para as classes médias e altas e programas de habitação social subsidiado pelo Estado, o que distingue os dois modelos é que o Estado brasileiro tem mecanismos mais incisivos de controle sobre o mercado no que tange as operações de crédito.

contraste entre os mecanismos pelos quais os grupos são capazes de inserir suas demandas num processo de decisão política.

As diferenças de posicionamentos não existem apenas dentro do Estado, mas também se processam nas relações entre as classes e nas experiências que constroem a classe. Entre os agentes imobiliários, por exemplo, há uma identificação de interesses no sentido de que a valorização da terra e da moradia permite a ampliação dos lucros, mas há momentos específicos da política em que uma fração do grupo é beneficiada em detrimento de outra. No episódio da lei do inquilinato, por exemplo, os donos dos imóveis locados tiveram seus ganhos atingidos pelo congelamento do aluguel por duas décadas, enquanto os empresários da construção civil foram presenteados com isenções fiscais e subsídios para construção de conjuntos habitacionais (Bonduki, 1994). Embora o primeiro grupo logo tenha encontrado uma forma de reaver seus ganhos, driblando a lei através das ações de despejo e realocação a preços mais altos, fica explícito que entre os agentes imobiliários há grupos que concentram maior influência política sobre o Estado. Chalhoub (2006) também aponta um episódio no fim do século XIX no Rio de Janeiro, quando as comissões sanitárias, movidas por ideias de higienização social, ordenavam o fechamento dos cortiços, agradando certos setores da sociedade da época, porém afetando diretamente os proprietários de imóveis que recorriam judicialmente alegando o direito de propriedade e mantendo seus negócios em funcionamento: “O pacto liberal de defesa da propriedade privada coloca limites claros às pretensões dos higienistas” (Chalhoub, 2006:45).

Nos movimentos populares ocorre o mesmo processo, o modo como sujeitos expostos a uma mesma situação estabelecem laços de identificação e mesmo a forma como agem são mediados por hábitos, memórias, aprendizados, simbolismos que conduzem a modos específicos de interpretar um fato, conduzindo alguns a posturas de enfrentamento, outros de colaboração e até de cumplicidade ideológica.

A tentativa deste trabalho é considerar a formação das classes sociais e do Estado a partir da heterogeneidade dos grupos que os compõem. A posição dos grupos no sistema econômico ocasiona a vivência de situações semelhantes, porém o modo como tais situações são significadas é que levam os grupos a manter laços de

identificação ou colisão e, mesmo assim, tais laços não são unívocos, mas comportam posições ambíguas. Leite (1987) aponta como a resposta a um projeto governamental pode ser ambígua, levando tanto de consenso como de negação. A autora analisa como a ideologia do trabalhismo, tão difundida no governo Vargas, é recebida pelos trabalhadores e conclui que ocorre, ao mesmo tempo, uma assimilação e também uma reinterpretção/resistência. Se houve um apoio das massas a Getúlio, ocorreram, também, desde 1944, muitas greves, viabilizadas pela auto-organização dos trabalhadores, divergindo do que era esperado, ou seja, que se amparassem nos sindicatos burocratizados ou nas varas do trabalho para resolver os conflitos trabalhistas.

A perspectiva deste trabalho é a que considera, portanto, os conflitos entre agentes imobiliários, Estado e movimentos populares, seguindo o entendimento de que o Estado elabora diversas táticas para manter o monopólio dos imóveis urbanos e a atividade lucrativa que daí decorre, e tais ações encontram certo grau de consenso popular, porém encontram também resistências cujo processo de elaboração é a questão central da pesquisa apresentada.

O percurso da moradia popular em Campinas

1. Cortiços e vilas operárias do início do século XX

A dificuldade de morar no Brasil se intensifica com a expansão dos centros urbanos, conforme as atividades comerciais ligadas a economia cafeeira crescem e absorvem um número maior de pessoas. Os novos moradores da área urbana são imigrantes estrangeiros e também migrantes egressos da escravidão ou do trabalho na pequena propriedade rural. Se nas fazendas o local de trabalho coincidia com o da moradia – tornando o trabalho sinônimo de um lugar para morar – na cidade os dois se separam e a necessidade de morar é algo rentável para um grupo de proprietários. Tão rentável que, na cidade de São Paulo, até 1920, apenas 15% dos imóveis eram

ocupados por proprietários (Bonduki, 1994), a maior parte dos habitantes da cidade pagavam aluguel, seja nas casas de classe média, seja nos cortiços, parte do capital gerado na agroexportação era reinvestido na construção de imóveis para locação, uma forma certa de ampliar capital.

A análise deste percurso histórico da moradia popular em Campinas/ SP nos permite considerar que, até 1930, houve a concentração da moradia popular na área central, o que facilitava os contatos entre grupos populares e causava incômodo nas classes médias e altas, interessadas tanto em formas de aumentar a rentabilidade do espaço como em distinguir-se socialmente.

O discurso entre os agentes imobiliários⁹ era o da inoperabilidade da intervenção estatal na provisão habitacional, de modo que toda oferta de moradia, desde a abolição da escravidão até as primeiras décadas do século XX, era oferecida por grupos privados, que escolhiam o que produzir, onde produzir e qual o preço. Neste momento, concentravam-se na cidade duas principais formas de moradia popular: os cortiços e as vilas operárias, construídas pelos donos das fábricas.

A oferta de casas ao redor das ferrovias e fábricas foi um modelo que possibilitava aos empresários da indústria manter os trabalhadores mais especializados (eletricistas, maquinistas, operadores de máquinas, entre outros) próximos ao trabalho e também de ter, através do recebimento das parcelas de aluguel ou prestações de compra da casa, um retorno do dinheiro gasto com os salários. As primeiras vilas operárias são, além de uma forma de manter por perto os trabalhadores e de controle disciplinar (Rago, 1985), um modo de reduzir o custo da força de trabalho (Decca, 1987). Em Campinas, a primeira vila operária foi construída no primeiro bairro mais afastado do centro urbano – a Vila Industrial – num local que ficou conhecido como Beco Manoel Dias, nome dos industriais responsáveis pela construção.

⁹ Por agentes imobiliários entendem-se os grupos empresariais envolvidos com a comercialização da terra urbana e da moradia. São eles: donos de grandes glebas de terra (vazias ou não) pela cidade, as construtoras, as incorporadoras, as agências de financiamento, as imobiliárias e grupos de classe média que têm renda proveniente de aluguel de imóveis na cidade.

Esse modelo de moradia, estudado por Blay (1985) e Rago (1985) em bairros paulistanos, foi pontual nas cidades brasileiras, foram poucas as vilas diante do número populacional, mas tiveram um impacto importante na formação dos primeiros espaços operários das cidades mais urbanizadas. As vilas - englobando casas que eram alugadas, cedidas ou financiadas - eram destinadas aqueles que ocupavam as vagas mais especializadas da indústria, os projetos de construção não se destinavam a todos, de modo que considerável parte tinha que encontrar outra alternativa de moradia. Neste contexto, se expandiram os cortiços, em que grande parte dos moradores são pessoas egressas da escravidão e do trabalho rural na pequena propriedade, assim como também imigrantes europeus pobres.

Chalhoub (2006), ao analisar a formação dos cortiços cariocas no fim do século XIX, pontua esses espaços como “elemento desagregador da escravidão”, referindo-se ao fato de que os cortiços eram a opção de moradia dos recém-libertos, assim como locais onde escravos em fuga podiam se refugiar¹⁰. Ali, distantes da dominação pessoal dos fazendeiros, os moradores dos cortiços dividiam experiências, trocavam informações e buscavam caminhos de inserção na vida urbana. Por este aspecto de reunir histórias e permitir contatos, os cortiços passam a ser vistos como um perigo, espaço potencial daqueles que, se não fossem controlados, tornar-se-iam transgressores da ordem, prejudicariam o progresso a que se destinava a cidade através de seus hábitos selvagens e da pouca afeição ao trabalho¹¹. Neste sentido, o discurso higienista justificava o policiamento dos cortiços, por motivos de saúde pública seria preciso fazer o controle dos moradores e de seu comportamento. Fortaleceu-se, portanto, a necessidade de investimento estatal em saúde e saneamento, tanto que, em 1920, 46% do orçamento do Estado chega a ser

¹⁰ Na análise deste momento, Chalhoub (2006) destaca, inclusive, que muitos senhores de escravos permitiam a seus escravos a moradia nos cortiços. Para os escravos, conseguir essa permissão era um caminho para liberdade, pois, podiam afastar-se do controle dos senhores e fazer trabalhos extras que lhe permitissem comprar mais rapidamente a alforria; para os fazendeiros, era uma forma de reduzir os gastos com o sustento do escravo.

¹¹ Importante destacar a influência da ideologia do trabalho na construção dos estereótipos sobre a pobreza. No Brasil, como pontuou Marilena Chauí no prefácio do livro: ‘O direito à preguiça’ de Paul Lafargue, construiu-se a visão de que a pobreza relaciona-se à falta de determinação para o trabalho. A tendência à vagabundagem levaria certos sujeitos a não sujeição às regras do trabalho, as dificuldades materiais que esses enfrentam seriam, portanto, causadas por defeitos pessoais, o que justifica a adoção de mecanismos coercitivos de adesão ao trabalho.

direcionado para esse setor (Carvalho, 1991). Em Campinas, foram contratados pelo município campineiro agentes de higiene cuja função era fiscalizar a limpeza de áreas externas e também inspecionar e desinfetar moradias.

Desde que permanecessem isolados por um conjunto de ideias que os inferiorizava, os moradores dos cortiços permaneciam em convivência com os casarões e casas de classe média, garantindo um retorno lucrativo do capital investido em habitações de aluguel. Porém, se as políticas sanitárias e o ideário que criminalizava os espaços de concentração popular exerciam controle sobre o comportamento das classes populares, a proximidade entre pessoas que viviam os mesmos problemas e dificuldades permitia a troca de experiências, de conselhos e de informações sobre a cidade, suscitando atitudes que negavam a ordem instituída e dificultavam a obediência coletiva, à medida que os atos de resistência se tornavam exemplos e permanência gravados na memória dos grupos.

Quanto maior concentração dos atos de protesto, mais difícil é o controle e, neste sentido, o pavor aos cortiços aumentava, a tal ponto que o controle médico e policial mostra-se insuficiente. Somado a isso, a crise da economia cafeeira reforça a necessidade de inversão de capital nas atividades urbanas, inclusive a imobiliária. Começam a se materializar atitudes que visavam a remoção da moradia popular, em especial os cortiços, das áreas centrais. Carvalho (1991) aponta que, em Campinas, após a aprovação do Plano de Melhoramentos Urbanos¹² (1934), a prefeitura de realiza um levantamento sobre os cortiços e o documento gerado já sugere a remoção dos cortiços e o modo como fazê-la. Os trechos recortados pelo autor são expressivos neste sentido:

“Anexo ao presente o anteprojeto que estabelece condições para facilitar a formação de núcleo de habitações do tipo mínimo, destinados a substituir os atuais cortiços da cidade, bem como para construção de habitações

¹² O Plano de Melhoramentos Urbanos, também conhecido como Plano Prestes Maia, nome do arquiteto que o organizou, foi elaborado em 1934 e regularizado em 1938 e apontava um conjunto de medidas necessárias para adequação urbana da cidade às atividades que vinha recebendo. O Plano propunha ampliação do sistema viário e da rede de transportes, alargamento das ruas, criação de parques e jardins e propunha normas para a construção de casas populares.

proletárias do tipo econômico, além de estabelecer medidas para a extinção das habitações insalubres”

“Como é de conhecimento dessa prefeitura urge a aprovação da legislação anexa para tornar possível, à medida que surgirem novas construções, a interdição dos cortiços que proliferam pela cidade”¹³

As ações de transformação no centro urbano surgem em conjunto com as normas para construção de casas populares. A associação cortiços/doenças continuou a ser explorada pelas autoridades locais, enquanto alguns eram destruídos e a legislação avançada no sentido da proibição. Até que com o decreto-lei 82 de 1940, é proibida a construção de cortiços no centro da cidade. Em paralelo, a prefeitura aprovava incentivos¹⁴ para que grupos empresariais imobiliários construíssem casas populares: são ofertas de isenção de impostos, doação de terrenos, flexibilização das normas de construção, medidas que ocorrem com a expansão da área urbana e os loteamentos em áreas distantes, indicando onde serão construídas as habitações populares. Neste momento, são criados no governo Vargas, os Institutos de Aposentadorias e Pensão (IAPs) que subsidiam a construção de moradias nos conjuntos habitacionais populares.

Essas alterações indicam uma nova forma do Estado tratar a moradia popular, planejando a reconstrução da área central e incentivando a construção de conjuntos habitacionais populares em áreas mais distantes e de pouca estrutura. Há autores (Bonduki, 1994; Arretche, 1990) que apontam este momento como o início da intervenção estatal na provisão da moradia popular; porém, é importante salientar que a intervenção já se fazia anteriormente, com um caráter regulatório. O que muda, a partir de 1930, fundamentalmente, é o direcionamento de recursos estatais para um programa de habitação popular. O Estado, subsidiando a ação dos agentes imobiliários e, portanto, fortalecendo-os, ampliou a oferta de moradia e modificou a forma de controle pela cidade, reforçando a diferenciação do espaço e afastando a moradia popular do centro.

¹³ Documento produzido pela Comissão de urbanismo da prefeitura e apresentado em 21 de outubro de 1939

¹⁴ Podemos citar as leis municipais 496, 497 e 498 de 1936.

2. Diferenciação social pela cidade: o cerco às áreas centrais, os conjuntos habitacionais e as favelas

A política habitacional vigente a partir de 1930 teve como foco os trabalhadores do circuito formal de trabalho. O compromisso do governo Vargas no processo de industrialização foi garantir a disciplina para o trabalho assalariado e também financiar os custos da reprodução da força de trabalho. Nesse contexto, explica-se a prioridade dada aos trabalhadores do setor formal e, entre esses, um destaque para o operariado industrial. Cabe perguntar, então, que percentual de trabalhadores estava no setor formal entre 1930 e 60 e, então, verificar para quantos, dentro dessa parcela, era garantida uma casa num conjunto habitacional popular.

Em 1950, da população economicamente ativa de Campinas, 28% se concentrava no setor secundário, 20,7 % no primário e 49,7% no terciário (Baeninger, 1992); a maior parte das pessoas obtinha renda em atividades no comércio e serviços, o qual, historicamente, é o que apresenta o maior índice de informalidade. Essas informações podem ser analisadas em conjunto com os dados sobre a forma de distribuição das unidades habitacionais populares produzidas em Campinas de 1942 a 1956, apresentadas na tabela abaixo:

Conjuntos Habitacionais – Campinas 1946 a 1954		
Entidade Responsável	N. de casas	Ano da entrega
Prefeitura Municipal	72	1946
CAP – Mogiana (Ferrovia)	149	1942 e 1952
CAP – Cia Paulista Estação Fepasa	93	1950
IAP – Industriários	304	1950
IAP – Comerciais	50	1950
Fundação da Casa Popular	943	1954
TOTAL	1611	
Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas, 1954, organizado por Carvalho, Edemir (1991)		

Foram construídas, entre unidades dos IAPS e da Fundação da Casa Popular¹⁵ (FCP), 1.611 casas. Dessas, 18,8% para trabalhadores da indústria, 9% para os da Companhia Ferroviária Mogiana, 3% para comerciantes, e grande parte do produzido pela FCP visou os moradores dos cortiços removidos das áreas centrais (Carvalho, 1991). A observação conjunta desses dados nos leva a concluir que: 1) os conjuntos habitacionais dirigiram-se para os trabalhadores do setor formal (exigiam toda uma documentação para concretizar a compra) e, dentro desse grupo, os trabalhadores industriais tiveram maior atenção; e 2) o número de casas construídas foi reduzido diante da demanda de uma cidade: em 1937, ano da criação dos IAPs, Campinas tinha 132.189 habitantes; no início de 60, momento do fim da FCP, eram 219.303. Um aumento populacional de 65% diante de 1.611 unidades populares construídas, o que deixava grande parte dos grupos populares a tentar enquadrar-se nos programas

¹⁵ A Fundação da Casa Popular foi um órgão federal criado pela lei 9.777 de 1946 com o intuito de “proporcionar moradia própria aos brasileiros”. A arrecadação da Fundação da Casa Popular ficava sob a responsabilidade das prefeituras, que deveriam cobrar 1% de impostos sobre transações imobiliárias a partir de 100.000 cruzeiros. A arrecadação foi deficitária, pois o controle sobre as atividades imobiliárias era deficitário, além das relações corporativas entre políticos locais e empresários, que influenciavam a não cobrança de tal imposto.

privados, manter-se no aluguel ou partir para a autoconstrução, todas essas, soluções individuais, diante da inexistência de um programa abrangente de habitação.

Este formato de intervenção estatal delinea dois processos que passarão a redesenhar a cidade: a expansão urbana, através do loteamento de áreas rurais, e a renovação das áreas centrais, através da remoção dos cortiços e de atividades menos valorizadas. Expansão e renovação são processos complementares. Os agentes imobiliários não se fortaleceriam e nem conseguiriam direcionar o modo de distribuição dos grupos pela cidade sem a atuação regulatória e financeira do Estado.

Campinas, de 1930 a 1954, teve sua área urbana ampliada em cinco vezes, passou de 16.246.000 m² para 60.102.900 m², um aumento de 72,47 m² por habitante (Carvalho, 1991). Segundo dados da prefeitura, a área ampliada abarcaria uma população cinco vezes maior, no entanto, o que se tem é a concentração de pessoas em determinados lugares e grandes vazios intermediários, separando a periferia das áreas elitizadas. Delineou-se um processo urbano que gerou conjuntamente: a construção de conjuntos habitacionais nas novas áreas expandidas, migração centro-periferia de trabalhadores que têm perfil para entrar nos financiamentos dos conjuntos habitacionais, migração centro-periferia de grupos de baixa renda que partem para autoconstrução, ampliação do montante de terra urbana vazia em processo de valorização e diferenciação espacial (centros estruturados X periferias precárias) que justificam o alto preço da moradia nas áreas mais estruturadas.

A criação do Banco Nacional de Habitação (1964) e da Cohab (Companhia Municipal de Habitação, 1965) intensificou os processos de expansão e renovação urbanas iniciados nas décadas anteriores. Neste momento, áreas populares são revalorizadas e as favelas existentes nestes locais passam a sofrer frequentes ameaças de remoção.

A violência policial e o trabalho local com as sociedades de amigos de bairro facilitaram ao governo municipal a remoção de muitas favelas em Campinas entre as décadas de 1960 e 80. Algumas favelas conseguiram elaborar uma resistência mais incisiva e permanecer nas áreas valorizadas. Essa mobilização fortaleceu-se com o

movimento 'Assembleia do Povo', que se formou em Campinas entre fins dos anos de 1970 e começo dos 80.

Eder Sader (1995) analisou detalhadamente a ascensão dos movimentos populares nos anos 1970/80, apontando mudanças tanto nas formas de organização popular como nas análises desses movimentos. O modo como se mostraram as manifestações sociais deste período suscitaram um debate teórico que explicitava a necessidade de novas percepções dos sujeitos populares, de modo a enfraquecer as visões estruturalistas que os colocam na passividade. A ascensão dos movimentos populares reivindicatórios neste momento desafia a imagem dos pobres enquanto "classe incapaz de ação autônoma" Sader (1995:32).

As experiências assistencialistas e populistas com os governos, as mudanças na comunicação entre organizações de esquerda e as periferias e os incentivos dados pelas Cebs à auto-organização comunitária acabaram por constituir um cenário de grandes expectativas na construção de outra realidade política. Mesmo imerso em contradições, permeado de relações clientelistas e hierárquicas não superadas - e que, anos mais tarde, se mostraram como empecilho à ideia de autonomia - as experiências organizacionais deste período deixaram aprendizados que subsidiam as batalhas contemporâneas.

Em relação à situação geral da moradia em Campinas, mesmo com toda ação/resistência dos movimentos populares, os mecanismos de concentração dos imóveis e dispersão da população das áreas centrais intensificam-se na configuração da cidade das duas últimas décadas. Apresentamos a seguir tabela que indica o aumento populacional em Campinas, ao lado do aumento da população morando em favelas.

População Total e Favelada por Macrozona e Taxa de Crescimento – Campinas 1991 e 2000									
Macrozona*	População Total		População Favelada		% da Pop. Favelada		Taxa de crescimento (%a.a)		Favelada
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	Total		
Campinas	847.287	969.386	63449	127.647	7,49	13,17	1,51		8,08

Fonte: Fundação IBGE- Censos Demográficos de 1991 e 2000. Elaborado por Seplama (Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento urbano de Campinas).

Os dados da tabela mostram que de 1990 a 2000, o crescimento da população favelada é bem superior (8,08%) ao crescimento populacional da cidade (1,51%), e que quase dobrou o número de pessoas morando nas favelas. São os casos das famílias que não conseguem mais arcar com o aluguel, das que vendem o imóvel por endividamento e dificuldade de sobrevivência e também das que deixam de morar de favor com um ente próximo (coabitação familiar). Se aliarmos essa informação aos dados do Censo de 2010 (Tabela 9 - Anexos), de 39.161 imóveis particulares vagos na cidade (15,7% dos 348.268 existentes), é possível afirmar que a carência de moradia hoje está menos ligada a necessidade de construção que a mecanismos que impedem o acesso a imóveis já existentes na cidade.

A permanência da concentração de renda e a intensidade dos processos de segregação colocam desafios ainda maiores aos movimentos populares. Como tentamos esboçar ao longo deste trabalho, o Estado e o mercado reformulam suas formas de lidar com as resistências ao uso corporativo do espaço, e os movimentos populares, em toda sua heterogeneidade, alternam suas táticas entre a atuação nos espaços institucionais e as ações diretas, vivenciando momentos de maior ou menor poder de expansão, conforme os mediadores de cada momento conseguem aderência. Propomos a seguir, para fechamento deste capítulo, uma reflexão nesta direção, partindo do entendimento de que os anos de 1970/80 foram momento de expansão dos movimentos populares, a partir da mediação da igreja católica e das esquerdas militantes, e que, atualmente, há dificuldade maior de ampliação do convencimento à

ação coletiva. Sabemos que esta é questão de um debate atual, em que há vários pontos de dissenso, e nossa pesquisa segue no intuito de refleti-la.

Dos movimentos populares dos anos de 1970/80 às manifestações contemporâneas

1. Mediação e contextos sociais

Tanto parte da bibliografia sobre os movimentos populares no Brasil, como nas falas de militantes, é presente a consideração de que os anos 1970/80 foram marcados pela ascensão das ações de contestação social (a era das invenções¹⁶) e de que hoje estamos vivendo um momento de refluxo, de maior dificuldade de expansão dos movimentos coletivos. Identificar as condicionantes que envolveram a expressão popular das décadas de 70 e 80 e as transformações por quais essas passaram pode nos ajudar a pensar o contexto em que se organizam as ações populares hoje.

No trabalho de Eder Sader (1995) há, de forma nítida e incisiva, há indicação e análise dos possíveis catalisadores das ações coletivas populares nos anos 70/80. O fechamento total dos espaços estatais de participação, principalmente depois do AI-5 e do aumento das torturas e mortes, redireciona a expectativa de ação política de muitos grupos de esquerda para o cotidiano popular. Este deslocamento e a possibilidade de grupos progressistas católicos, num momento de crise da igreja, expandirem sua atuação, proporcionam um momento específico de elaboração de matrizes discursivas que conseguem aderência popular e passam a significar a vontade de participar para mudar a vida. Os apontamentos de Sader, ao trazerem análise conjunta do contexto político e econômico e de suas formas de significação, nos

¹⁶ A expressão é usada por Francisco de Oliveira (2007) para referir-se ao momento de criação de organismos populares combativos como a CUT e o PT (em seus inícios) e o MST. A expressão “invenções” é usada em contraposição ao momento atual, denominado por Oliveira e outros autores que compartilham desse mesmo olhar como “era da indeterminação”.

indicam que, entre os anos de 1970 e 80, ocorre encontro mais intenso entre as insatisfações sociais e mediadores discursivos que induzem a ação coletiva.

A intensidade deste encontro não se mantém nos anos seguintes, afinal altera-se o contexto político e econômico, assim como também os mediadores protagonistas deste período se transformaram. Eis porque nos parece propício analisar o contexto em que tal mediação surgiu e qual foi seu percurso histórico até que deixasse de operar com perfil mais expansivo.

Talvez não seja de grande ajuda pensar os movimentos populares a partir de curvas de ascensão e declínio, afinal os movimentos de resistência sempre existem e delinear seu potencial de ação condiciona-se aos critérios escolhidos e a uma minuciosa análise do momento histórico em que surgem. Todavia, entendemos ser importante delinear o contexto específico que suscita o envolvimento mais abrangente dos sujeitos em movimentos de contestação, para que possamos refletir comparativamente o momento em que existe uma aversão maior a participar de atos de contestação política. A idéia inicial que nos guia, e essa percepção foi construída nas leituras sobre os movimentos dos anos 1970/80, é que há momentos em que “palha e fogo se encontram”, ou seja, há uma situação econômica/política que torna os sujeitos suscetíveis à contestação, mas a situação, por si só, não gera a contestação, é necessário um sistema de nomeação e significação do vivido que induz os movimentos populares e os nutre em determinado momento. Perry Anderson (2007) menciona esses momentos de “liga”¹⁷, quando discute a influência das ideias na ação política. Problematizando a tese das ideias como epifenômenos da base material, o autor considera que as ideias são produzidas e veiculadas, mas seu grau e momento de aderência não são totalmente previsíveis. Há, portanto, um momento de encontro (situação e sua nomeação) que gera a agregação social, tanto as de direita como as de esquerda. Nosso intuito, neste sentido, é pensar os momentos em que um

¹⁷ No artigo: “As idéias e a ação política na mudança histórica”, Perry Anderson (2007) analisa diferentes momentos históricos – como a Revolução Francesa, a Revolta Mexicana de 1910, a ascensão neoliberal a partir de 1980 – para pontuar que idéias são construídas sem que tenham poder de influencia histórica imediata, mas podem ganhar poder de interferência conforme as nuances do percurso histórico. As considerações do autor seguem no sentido de destacar o dinamismo da relação entre práxis histórica e as idéias que a influenciam.

determinado entendimento, consensual à ordem hierárquica e desigual, é questionado por grupos subalternizados e não consegue frear a expansão de movimentos contrários. Pontuamos a seguir uma afirmação de Sader, que é de importância central para nossa análise:

“Os sujeitos não são livres para produzir seus discursos e nem podem inventar na hora seus sistemas de comunicação. Eles recorrem a matrizes discursivas constituídas e, em primeiro lugar, à matriz da própria cultura instituída, reproduzida através de uma pluralidade de agências sociais. Mas encontramos na sociedade agências que, embora participando da cultura instituída, expressam práticas de resistência e projetos de ruptura. Constituem novas formas de agenciamento social, que abrem espaço para a elaboração de experiências até então silenciadas ou interpretadas de outro modo” Sader (1988: 142/143)

Nas palavras do autor, vem o entendimento da ação social sempre mediada por idéias, de modo que, para se compreender porque um grupo reage de tal maneira, é essencial que, além do contexto material, sejam analisados os conjuntos de explicações que são referencia para o grupo e lhe permitem agir de uma maneira e não de outra. Para que haja o enfrentamento não basta uma situação de restrição social, é preciso a existência de um “esquema interpretativo” que se oponha à ordem dos fatos e condicione a ação contestatória. Neste sentido, Sader menciona agências da ordem instituída e as que induzem a resistência, considerando que elas estão ali e permeiam, “juntas e misturadas”, os espaços sociais, alternando momentos de ascensão e declínio. Há de se observar, nesta direção, os momentos em que as agências de ruptura ampliam seu grau de persuasão e aqueles em que há retração.

Mesmo entendendo que os movimentos populares dos anos de 1970/80 não eram hegemônicos, ressaltamos o poder que tiveram em despertar muitos moradores das periferias a atuarem na luta pela saúde, pela moradia, pelo transporte, de modo a se sentirem parte de um coletivo. Nos relatos da Assembléia do Povo em Campinas, há indicações¹⁸ sobre assembleias de 2.000 moradores de diferentes favelas da cidade se reunindo no saguão da prefeitura para reivindicar moradia. Hoje, as reivindicações continuam, mas de forma mais fragmentada, há dificuldade ainda maior de concentrar

¹⁸ No livro de Doraci Alves Lopes (1997) há informações detalhadas sobre os sete anos de duração da Assembléia do Povo.

grupos de diferentes locais e experiências. Existem na periferia de Campinas movimentações por moradia que se concentram nas batalhas locais, são mais raros os momentos de aglutinação das demandas.

Longe de querer cultivar sentimento nostálgico e idealizar o passado, a intenção de se pontuar essa diferença caminha no intuito de analisar as condicionantes do contexto de maior expansão das ações coletivas populares e como essas se transformaram de modo a criar outro momento histórico, em que a expansão das ações contestatórias encontra grandes dificuldades.

A bibliografia sobre movimentos sociais abarca autores que analisam movimentos dos anos 1970/80, indicando as formas de penetração dos movimentos no cotidiano popular e suas contradições. As análises indicam um cenário de envolvimento de muitos sujeitos, antes distantes das atividades políticas, assim como deixam transparecer que existiu, entre os analistas, grande expectativa no potencial transformador dos movimentos populares.

Estas expectativas analíticas tomaram caminhos diferenciados nas décadas seguintes, há interpretações que ressaltam a complexidade da atuação política popular no momento atual, destacando as possibilidades de conquistas, e também há aquelas que salientam as dificuldades de expandir o envolvimento no debate público. Feltran (2005), em análise sobre as perspectivas teóricas dos movimentos sociais, menciona a diferenciação dos olhares analíticos, indicando um grupo que se concentra no debate da construção democrática e outro que dá maior ênfase ao que se conceituou como desmanche¹⁹. As diferentes análises²⁰ não excluem a percepção de que vivenciamos

¹⁹ O conceito de desmanche foi trabalhado inicialmente por Roberto Schwarz para se referir ao processo de reformulação capitalista em que a mundialização dos países latinos via financiamento das dívidas interna e externa e a desregulamentação do trabalho acabam por desconstruir toda sociabilidade gestada no período anterior, para dar início à “era das indeterminações”, processo analisado no projeto coletivo de pesquisa: “Cidadania e democracia: o pensamento nas rupturas da política”, dos pesquisadores do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic), FFLCH/ USP.

²⁰ No grupo da “construção democrática”, podemos indicar trabalhos como os de Evelina Dagnino, Luciana Tatagiba, Ana Mara Doimo, Leonardo Avritzer e no que se inclina mais a questão do desmanche, vemos as análises de Francisco de Oliveira, Ermínia Maricato, Maria Célia Paoli, Cibele Rizek. Livros que me foram expressivos sobre as diferenças analíticas entre os dois grupos foram: “A participação em São Paulo” (Avritzer, 2004), concentrando

novas dificuldades, que envolvem um momento em que discursos neoliberais ampliam seu poder de aderência e influenciam tanto a individualização da conduta, quanto o modo de agir coletivamente. Neste sentido, destacar que hoje há dificuldade mais acentuada de expandir a ação contestatória não significa afirmar que as ações populares são hoje menos impactantes, não é essa a questão. A discussão se concentra nas condições de expansão dos movimentos populares atualmente, ou seja, em visualizar os impulsores/ inibidores da ação coletiva contestatória.

A idéia da uma retração atual reforçou-se, além das leituras, no trabalho de campo. Na primeira conversa que tive com Pedro²¹, ele me conduziu pelo bairro, contando um pouco da história local, apontando lugares, citando nomes. Mostrando uma área – o Núcleo São João - em que as famílias estavam sendo forçadas a sair, Pedro mencionou um projeto de urbanização que os moradores, com a ajuda de dois arquitetos, construíram para o lugar. Dizia: “Aqui, ó, ta vendo?!, passaria uma rua, e as casas poderiam chegar até aqui, a uma distancia do córrego”... “aqui, seria a praça”, e ia falando dos planos. Só depois de outras conversas e de certa convivência no bairro, me dei conta de que o projeto mencionado, assim como alguns dos nomes citados, remetiam a experiências dos anos 1980 e que constituem, ainda hoje, as referências de Pedro. A ênfase do morador a relações de vinte anos atrás pode se relacionar a um momento pessoal dele, que acabara de chegar ao bairro e conhecia, então, um novo contexto, mas, além disso, indica também um grau de coesão comunitária que Pedro vivenciou e que hoje está mais disperso.

Quando Pedro chegou ao Campo Belo, em 1972, trouxe, assim como seus vizinhos, a expectativa de conseguir um salário melhor, de estudar os filhos e traçar um caminho diferente. O que encontrou foi muita dificuldade, dificuldade de um lugar para morar, de um salário melhor. O chamado surto de industrialização no Brasil gerou, em relação aos anos anteriores, a ampliação de vagas de trabalho, mas que se

análises mais próximas a idéia de construção democrática e “A era da indeterminação” (Oliveira e Rizek, 2007), que traz artigos em que ênfase maior é dada aos efeitos do desmanche neoliberal dos anos de 1990.

²¹ Pedro mora no Campo Belo e é integrante da Associação de Moradores do Campo Belo I. Sua trajetória é apresentada no capítulo 2.

deu num contexto de arrocho salarial e de desemprego²². Se a difusão da indústria nacional e multinacional gerava vagas de trabalho na cidade, a expansão agroindustrial fazia muitos desempregados no campo e a legislação trabalhista mantinha a informalidade e precariedade do trabalho. De modo que é possível relativizar a idéia de condições mais confortáveis de trabalho nos anos 70/80. Foi uma parcela da classe trabalhadora que teve uma inserção industrial menos precarizada e, talvez, para essa parcela foi possível a melhoria das condições de vida, mas para um grande grupo, no qual a maioria dos moradores do Campo Belo se inclui, os baixos salários, a rotatividade e informalidade precária sempre estiveram presentes. O “sonho operário” de ascensão familiar teve, na realidade, pouca base concreta para se firmar, funcionava mais como fonte de expectativas distantes, mas que, todavia, nutria esperanças.

O “sonho operário” era cotidianamente alimentado pela propaganda midiática, que veiculando repetidamente idéias como: “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “O Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento” colaborava na difusão da idéia de que para as classes populares seria possível a ascensão social através do trabalho. Nadine Habert (1980) observou o quanto as telecomunicações, enquanto veículo de propaganda nos governos militares, se expandiu nestes anos:

“Uma grande campanha de propaganda ideológica aliava o “combate à subversão” a uma imagem de progresso e patriotismo promovida com muito verde-amarelo e slogans como estes:

O Brasil é feito por nós

Ninguém segura mais este país

Brasil – ontem, hoje e sempre

Brasil, ame-o ou deixe-o

Divulgados em toda parte através de outdoors, adesivos de carros, músicas, cartazes. A campanha, orientada pela Aerp (Assessoria Especial de Relações Públicas), órgão diretamente subordinado ao gabinete militar, foi

²² Nadine Habert (1980) analisa que a expansão industrial dos anos de 1970/80 se deu a partir da maciça entrada de capital estrangeiro, via empréstimos para obras de grande porte e entrada de multinacionais, e que as vagas geradas tiveram um alto custo para os trabalhadores, inclusive quando as multinacionais penetram no campo e induzem uma massa de trabalhadores para a cidade.

macicamente difundida pelos meios de comunicação, especialmente a TV' Habert (1980: 23)

A expectativa de uma inserção social menos precária se fez mais forte na geração de Pedro, porém tal esperança não tornou menos doloridas todas as dificuldades encontradas e nem anula a percepção da desigualdade e a consequente revolta. Talvez o “sonho operário”, centrado na ética do trabalho, tenha sido menos um fator de indução coletiva que a existência, naquele momento, de espaços que conseguiram legitimidade popular e deram sentido às mobilizações coletivas. Podemos pontuar, a partir de dados bibliográficos e de informações de campo, que os espaços que conseguiram efetuar tal mediação foram as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) da igreja católica e os movimentos populares e sindicais em que se concentrou a heterogênea esquerda militante.

Tanto agentes das pastorais como militantes ligados a movimentos populares foram bem presentes no início da mobilização no Campo Belo e na construção do projeto urbano que Pedro até hoje menciona. Houve ali padres que participaram das reivindicações dos moradores e defendiam a legitimidade da luta popular. E houve também militantes universitários que partilharam da idéia de construção conjunta²³ e conseguiram encorajar/ser encorajados pelo cotidiano das conversas, reuniões, trocas que se fizeram nas reuniões de bairro. Esses dois elementos foram caldo de cultura de muitas movimentações populares pelas cidades entre fins de 70 e início de 80.

Cabe questionar por que, naquele momento, esses dois mediadores (a igreja e os grupos de esquerda) atuaram como importantes catalisadores dos movimentos populares, e como seu teor veio a se alterar nos anos seguintes. Dentro desta questão maior, há duas outras interrogações: que contexto propiciou a propagação desses espaços para a periferia e como seus discursos conseguiram legitimidade popular.

²³ Em conversa com a Profa. Doraci Lopes, que foi militante da Assembléia do Povo e também do PT, foi possível identificar que existiam grupos de assessoria aos diferentes bairros periféricos de Campinas e cada grupo tinha um conhecimento etnográfico e populacional bem detalhado da região em que atuava. Uma parte desses militantes, os que continuaram no PT, acabou por ocupar cargos de comissão nos órgãos municipais; outra parte mudou de partido ou foi compor outros movimentos sociais, e há, ainda, outro grupo que deixou o PT e permanece sem vínculo com algum partido ou movimento.

A igreja católica

A atuação da igreja católica nos movimentos populares nos anos 1970/80 alterou-se em função da conjuntura política nacional. Foi pontuado por Sader (1995), assim como também é frisado por autores que estudam a expansão das religiões (Doimo, 2004; Almeida, 2004), que desde os anos 50, o catolicismo enfrenta retração no número de seguidores²⁴, o que leva a instituição a reformular suas táticas de envolvimento popular. Nos anos 1970/80, a crise da igreja, aliada ao contexto militar que tornava explícita e inegável a violência de Estado, acaba por facilitar aos católicos progressistas difusão do discurso de participação popular na política e o uso dos salões da igreja para discussão dos problemas cotidianos. Nas palavras de Sader:

“Em 1969, após o AI-5, que marcaria o auge da militarização do regime, os setores conservadores da hierarquia perdem posição, e os agentes pastorais que se ligavam a organizações populares e eram perseguidos por isso encontram mais apoio da CNBB (Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil). Em 1968, tinha havido a Conferencia dos bispos latino-americanos em Medellin. Em 1969, no Brasil, mais um golpe repressivo atinge a igreja e com tais marcas de barbarismo que impedia qualquer justificativa: um auxiliar de Dom Helder fora sequestrado e martirizado, e seu corpo deixado exposto pelos seus assassinos” Sader (1995:151)

A exacerbação da postura ditatorial do Estado acabou por tornar mais difícil à cúpula da igreja silenciar-se em relação às atrocidades cometidas e, aliada a crise da instituição católica e à disputa com a esquerda comunista pela organização popular, acabou por gerar uma circunstancia em que um discurso mais coletivista, irrigado nos porões da igreja, pudesse emergir. Para a instituição católica, de forma geral, o discurso coletivista de atuação política, facilitaria a difusão da igreja e garantiria o espaço católico diante da expansão dos grupos de esquerda e dos neopentecostais; para os agentes das CEBs, embasados pela Teologia da Libertação, era uma oportunidade de trabalhar no fortalecimento da organização e participação política populares. Foi neste contexto que na Conferencia Episcopal Latino-americana, ocorrida

²⁴ Em Doimo (2004) há dados sobre a perda de fiéis da igreja católica: 30% de evasão em 40 anos. Esse número aumenta ao considerar quais são os católicos praticantes, que mantém vínculo cotidiano com a igreja: 20% dos que se afirmam católicos. A autora cita como exemplo a cidade de São Paulo, em que em cada grupo de 100 moradores, somente quatro se reconhecem católicos.

em Medellin (Colômbia) em 1968, pontuou-se a necessidade da igreja se aproximar dos problemas latino-americanos e ampliar sua atuação nos bairros para fortalecimento dos laços comunitários. A valorização da atuação coletiva foi um aspecto do discurso da igreja católica neste período e ajudou a difundir a legitimidade da atuação política entre as famílias populares.

O apoio da instituição católica aos trabalhos de base nos bairros se mostrou intenso nos anos seguintes. As comunidades eclesiais de base se espalharam por todo o país. A difusão das CEBs em São Paulo, por exemplo, demonstra como a igreja abriu espaço para atuação nos bairros. Doimo (2004) analisa que a indicação de Dom Evaristo Arns para a arquidiocese de São Paulo possibilitou a ligação de grupos católicos que já atuavam nas periferias paulistas, alguns junto a movimentos populares, como o MEB (Movimento de Educação de Base). A autora ressalta a importância, neste momento, da ligação entre as paróquias para a organização popular na cidade:

“A primeira medida de Dom Evaristo ao assumir seu posto foi visitar padres, frades e leigos presos no Dops pela ditadura militar. Seus primeiros anos à frente da arquidiocese foram de manifestação aberta contra o regime em seu período mais violento; de levantamento e estudos sobre a igreja e sobre a cidade de São Paulo e de criação da comissão Justiça e Paz, seu principal meio de ação. No que se refere ao novo modelo da igreja, criou regiões episcopais a fim de aproximar a igreja da população... No compasso da redefinição da estrutura da arquidiocese, formula-se também um novo modelo de cidade, com base nos movimentos sociais urbanos desenvolvidos em sobreposição às CEBs” (Doimo, 2004:164)

O apontamento de Doimo nos permite pensar a dimensão aglutinadora da igreja progressista e o quão, neste momento, ela se colocou como um espaço de formação e atuação de militantes. As CEBs embasaram a convivência política e permitiram uma comunicação entre moradores das periferias paulistas que enfrentavam os mesmos problemas. Pode-se citar também o Centro Pastoral da Vergueiro, que passou a funcionar como centro cultural deste bairro. Os salões da igreja foram um espaço em que era possível discutir política. Os valores da família cristã eram um elo comum igreja/moradores e o que propiciava a legitimidade dos padres em esboçar sobre diferentes assuntos. A palavra de um padre ou dos agentes da CEBs tinha peso considerável na aceitação popular, de modo que a igreja trazer o

discurso da participação política teve grande influência na disposição popular às manifestações coletivas. Esse discurso acabou por atrair, entre os moradores da periferia, muitos jovens militantes, assim como integrantes de organizações de esquerda que, num contexto de repressão, encontram extremas dificuldades de atuação em outros espaços. Neste sentido, a igreja atuou, mesmo que esse não tenha sido esse seu o objetivo indutor, na aglutinação de forças e no fortalecimento e legitimação dos movimentos populares.

Há, ainda, outra característica dos agentes pastorais ligados à Teologia da Libertação que facilitou o envolvimento popular: a postura basista, em oposição ao vanguardismo de alguns grupos de esquerda. O discurso da construção conjunta, do pensar junto, da importância da ação de cada um para o grupo foi/ é bem presente neste grupo, o que facilita a construção de laços afetivos entre o grupo formado e a identidade do sujeito atuante e não do espectador que segue instruções. Porém, o percurso histórico mostrou a contradição no discurso basista da igreja católica, afinal, ao mesmo tempo em que se discursava pela autonomia e deliberação conjunta, se tinha sempre os ideais cristãos e a igreja católica como pressupostos para se pensar a ação política. Tanto Sader como Doimo observaram tal contradição e visualizaram a necessidade constante de reafirmação da igreja católica enquanto instituição:

“Se, portanto, a igreja se abre para reconhecer as aspirações e lutas humanas, a própria caracterização daquilo que é “verdadeiramente humano” representa uma normatização, pela qual se julga os atos através de sua doutrina” (Sader, 1988: 154)

“Era como se fosse uma espécie de consenso prévio que, entretanto, nunca apareceria como algo imposto de cima para baixo, pois os presentes eram sempre estimulados a dar idéias sobre tudo, de modo a exercitar a participação democrática. Não se pode esquecer, no entanto, que um agente pastoral é visto pelas bases não só como um orientador espiritual, mas também como um assessor nos assuntos políticos e sociais. Assim, todos falavam, mas no final as idéias dos agentes sempre tinham poder decisivo e, portanto, condutor do processo” (Doimo, mestrado: 96)

A postura basista dos grupos progressistas católicos era permeada de contradições. Negavam o Estado e acabavam por colocar a igreja em seu lugar. Não se pode negar que estes setores católicos ajudaram nas mobilizações nos bairros. A atuação da igreja católica, ao concentrar esforços no fortalecimento das CEBs,

propiciou um espaço de discussão política e a aglutinação de forças antes dispersas. Tal indução não é pouco importante. De algum modo, a atuação da igreja católica facilitou aos moradores a percepção da capacidade popular de mobilização. No trabalho de campo, essa consideração ficou evidente. As pessoas mais envolvidas na luta pela permanência no Campo Belo iniciaram sua atuação nos anos de 1980 mediados pela igreja. Pensar a trajetória da igreja católica nos bairros populares não era intenção na pesquisa, mas a questão acabou por se mostrar tão presente que se mostrou necessária uma reflexão. Mesmo porque a postura católica alterou-se nas últimas décadas, ao mesmo tempo em que as neopentecostais estão se fazendo mais presentes.

As CEBs tiveram incentivo da igreja católica entre fins dos anos 1960 até meados dos anos 1980. Como observa Doimo (2004), neste período, as pastorais estiveram presentes nos movimentos de bairros e do campo e nas lutas sindicais e desenvolveram uma postura política antiestatista que colocava grandes expectativas na mobilização popular: *“tudo que cheirasse a democracia representativa era considerado coisa de burguesia liberal e rechaçado por antecipação”* (Doimo, 2004: 166). Essa postura mais polarizada de alguns grupos pastorais se diferenciou, neste período, de outros grupos de esquerda, que passaram a atuar na luta pela ampliação democrática e a concentrar esforços em incluir na Constituição direitos sociais.

À medida que as CEBs passaram a fortalecer a ligação com partidos e movimentos de esquerda, fica menos interessante para instituição católica o incentivo ao trabalho das CEBs. A postura de católicos como Evaristo Arns aumenta o incômodo institucional, tanto que, em 1989, o Vaticano decide pelo desmembramento da arquidiocese de São Paulo e a transferência de Evaristo Arns, o que fragiliza a integração que as CEBs haviam criado na cidade e, conseqüentemente, leva a dispersão de muitos militantes:

“A divisão da arquidiocese foi um choque para todos os envolvidos no trabalho de organização popular. As lideranças contrapunham-se, nos bairros, às antigas Sociedades de Amigos de Bairro (Sabs) e apostaram todas suas fichas nas CEBs e nas estruturas institucionais da arquidiocese, totalmente franqueadas por Dom Paulo. Ao perderem esse suporte, ficaram sem espaço próprio, pois as CEBs eram grupos informais que existiam

dentro da igreja e o “movimento popular” não havia investido na criação de associações de moradores, muito menos disputado eleições para as Sabs, consideradas espúrias por sua tradição clientelista” (Doimo, 2004: 170)

Neste momento se mostra a fragilidade política em centralizar as CEBs na aglutinação popular. Ao mesmo tempo em que o trabalho das CEBs estimulou o envolvimento político e a autonomia em relação ao Estado, ele costurou a vinculação entre os movimentos e a igreja católica, criando uma dependência material e ideológica que mostrou seus prejuízos no momento em que a igreja altera sua postura e passa a restringir a atuação das CEBs. Com o desmembramento da arquidiocese de São Paulo, as CEBs perderam força e, conseqüentemente, os movimentos populares a elas diretamente ligados sofreram uma dispersão e enfraquecimento.

A reestruturação da igreja católica entre 1980 e 90 garante maior espaço ao grupo dos católicos carismáticos, investindo em personalidades como o padre-cantor Marcelo Rossi e trazendo o discurso da salvação individual e aversão à mobilização política popular, num viés bem conservador. Os militantes dispersos das CEBs passam a se dividir, então, entre o fortalecimento dos movimentos, a aproximação maior do Partido dos Trabalhadores e da CUT, e houve, ainda, a formação da Rede Fé & Política, em 1989, mobilizadas por Frei Betto, padre Fernando Altemeyer, o sociólogo Pedro Ribeiro de Oliveira, entre outros “cebianos” (Doimo, 2004). Esta rede concentrou as discussões para formação da Central de Movimentos Populares (CMP), em 1993 e também apóia, junto com o MST, várias iniciativas de mobilização e articulação popular, entre elas, a rodagem do jornal Brasil de Fato, a criação do grupo político Consulta Popular e encontros sobre Economia Solidária.

O que se pode refletir a partir da análise da trajetória dos grupos progressistas da igreja católica nos últimos quarenta anos é que a ditadura militar acabou por proporcionar uma conjuntura específica que possibilitou a esses grupos maior atuação dentro da igreja, conseguindo tornar os salões paroquiais espaços de mobilização popular. Esse momento parece ter durado pouco mais de uma década e possibilitou, mesmo com todas as contradições, o envolvimento maior de grupos populares nos movimentos sociais. Assim que no Brasil se iniciou uma reformulação estatal e parte

dos grupos de esquerda se concentrou nas batalhas por aprovação de leis e criação de canais institucionais de comunicação, a igreja restringe o apoio às CEBs e se redireciona no sentido de bloquear o teor mais contestatário que elas passaram a ter. A partir desta reestruturação da igreja católica, os grupos progressistas passam, então, a buscar outros caminhos, próximos a outros grupos de esquerda e numa relação de menor aversão aos canais institucionais, tanto que Frei Betto ocupou cargo de assessor especial do presidente Lula em 2002.

Ao longo de todo esse processo, o que se percebe é que o trabalho de base dos grupos católicos progressistas se não se perdeu totalmente, mas se enfraqueceu muito nos bairros e deixa nas periferias um espaço que passa a ser ocupado por discursos religiosos mais voltados a uma concepção de vida mais individualista, consumista e conservadora, trabalhados tanto nas igrejas católicas como nas neopentecostais. Essa alteração não faz pouca diferença na disposição popular à mobilização política. Doimo considera que a aversão institucional de grupos “cebianos” em São Paulo teve grande influência na dificuldade dos movimentos populares em atuar frente ao Estado depois da censura católica às CEBs. Porém observamos que hoje, num momento em que os católicos progressistas atuam mais próximos aos canais institucionais, o trabalho de mobilização nos bairros é bem disperso. Talvez a maior dificuldade de mobilização dos movimentos depois do declínio das CEBs esteja ligada à centralidade que a igreja teve na articulação popular, o que ocorreria também se esse centro fosse um partido ou outra instituição, o que mostra a permanente ambiguidade do mediador, pois ele pode atuar pra dentro, buscando o fortalecimento do aparelho, o que Tragtemberg (1991) chamou de “fetichismo do aparelho” para se referir ao papel que muitos partidos de esquerda acabam por cumprir, ou ele pode atuar para fora, como catalisador das lutas populares. A linha que separa uma posição de outra é bem fina e sutil, envolve todo mecanismo de vantagens pessoais e institucionais oferecidas às lideranças dos espaços de mediação, e tece a ambiguidade/contradição que envolve todo coletivo mediador.

Propício considerar também a competição associativa na periferia. Como observou Almeida (2004), há concorrência pelos fiéis e as igrejas evangélicas formam hoje redes de sociabilidade em que a convivência é estimulada entre os “irmãos de fé”,

ou seja, é construída uma resistência entre os fiéis a participar de grupos que não estejam vinculados à igreja, o que acaba concentrando as relações sociais. A competição, neste sentido, não é somente entre as igrejas, mas também entre as igrejas e grupos militantes de esquerda, que encontram hoje maior dificuldade de mobilização nas periferias, reflexão que fazemos a seguir.

As esquerdas

O fechamento do Estado teve influencia intensa e direta, como observamos acima, na mudança tática da igreja com os grupos populares. Assim também ocorreu com as esquerdas militantes, que de 1960 a 1990 passaram por experiências que as levaram a novas configurações e agrupamentos.

As frações de esquerda que apostavam no jogo eleitoral, concentrando atenção na arena parlamentar perderam, depois do AI-5, espaço de atuação e já eram alvo de críticas pelos grupos que viam nos canais institucionais como forma de enquadramento e redirecionamento das lutas populares. Dentro desse grupo mais crítico à atuação estatal, houve uma parte que se engajou na luta pela democratização e outra parte que formou a esquerda armada, como a ALN, a VPR, o MR8 e o MRT²⁵.

A trajetória da esquerda armada foi intensa e curta, o cerco militar aos seus integrantes, depois de muitas torturas e mortes, obrigou a esses grupos o isolamento e a busca por outros caminhos. Maria Paula Araújo (2005) faz considerações que indicam os dilemas desse momento:

“A derrota da luta armada impulsionou às organizações e aos militantes que haviam sobrevivido a necessidade de definição de uma nova linha de atuação política. A maior parte da esquerda concordou com isso e passou a enfrentar a tarefa de elaboração de uma nova tática. Este processo não foi simples, ele dividiu as esquerdas, reconfigurando o quadro de alianças de partidos e organizações” Araujo, M.P (2004: 161)

²⁵ Na sequência: Aliança Libertadora Nacional, Vanguarda Popular Revolucionária, Movimento Revolucionário 8 de outubro, Movimento Revolucionário Tiradentes.

Araujo menciona a revista Brasil Socialista, que era produzida em Paris por exilados políticos latino-americanos nos anos de 1970 e circulava no Brasil como referencia de debate da esquerda crítica às posições do PCB e PC do B. A autora cita o debate que a revista produziu um torno dos dilemas da luta pelas liberdades democráticas e narra um episódio bem expressivo neste sentido: o que ocorreu entre Eder Sader e a organização da qual ele fazia parte: a Polop (Política Operária). A autora menciona o artigo “Notas Sobre a questão da tática”, assinado por Raul Villa (Eder Sader), defendendo a importância da luta pelas liberdades democráticas, num momento em que a proposta de abertura “lenta e gradual” do Estado vinha como tática estatal de institucionalizar a ditadura. Este artigo levou ao afastamento de Sader da organização: *“A Polop continuava não concordando com a luta democrática, que ainda identificava com o reformismo. E desautorizou seu antigo dirigente, que dela se desligou”* (Araujo, 2004: 164)

Este processo de reelaboração das esquerdas brasileiras tem como motor a violência incisiva do Estado ditatorial e também uma crise teórico-prática que envolveu as esquerdas em escala mundial. O percurso do estado soviético foi alvo de variadas interpretações e possibilitou embates teóricos que se desenrolam até o momento atual e formam grupos de esquerda diferenciados.

No Brasil, um exemplo dessa crise é o debate que se intensificou com o artigo²⁶ “A democracia como valor universal” de Carlos Nelson Coutinho, publicado em 1979, que marca as discussões das esquerdas brasileiras sobre as estratégias e táticas para lidar com o Estado e seus instrumentos de execução de políticas, como o direito e o parlamento. Essa discussão²⁷ vem a se intensificar nos anos seguintes com o processo Constituinte, nos esforços de vários grupos para incluir direitos populares na nova Constituição. Nesse processo, grande parte da esquerda convergiu para luta pela

²⁶ O artigo citado foi publicado na Revista Encontros com a Civilização Brasileira, n. 9, RJ, 1979. Márcio Bilharino Naves segue com a discussão sobre a democracia, tecendo algumas críticas ao pensamento de Coutinho em “Contribuição ao debate sobre a democracia”, Revista Tema de Ciências Humanas, vol. 10, São Paulo, 1981.

²⁷ Buonicore (2006) faz uma síntese desta discussão, mostrando os diferentes posicionamentos de intelectuais brasileiros.

democratização, formando um grupo bem heterogêneo, com diferentes concepções sobre o Estado e os movimentos populares, e posicionou-se também outro grupo que, como analisou Ridenti (2005), pode ser inserido na resistência à ditadura, mas não na resistência democrática, pois não concebia a abertura institucional, sem alteração na ordem econômica e social, como avanço:

“As esquerdas armadas nunca propuseram um mero retorno à democracia nos moldes do pré-64, tampouco algo que prefigurasse a institucionalidade que viria a se configurar no Brasil após a ditadura... Trata-se de uma versão da História conveniente para os que lutaram contra a ditadura e mais tarde chegaram a diferentes governos ou conseguiram uma inserção institucional, sem que houvesse mudanças de fundo na ordem social e econômica”
Ridenti (2004: 58)

A ponderação de Ridenti nos permite pensar que a forma de entender o Estado e as possibilidades de atuação ou não dentro dele, pelas vias legais, é questão que dividiu e divide as esquerdas. Podemos pensar que, das esquerdas mais avessas à institucionalização, uma parte passa a atuar em pequenos partidos, outra se concentra na produção teórica nas universidades e, ainda, outra parte liga-se a movimentos populares (MST, MTST, MTD²⁸), atuando na formação de base e ajudando na expansão dos movimentos.

Nesse processo de redirecionamento e reaglutinação das esquerdas, podemos pensar um amplo espectro, que caminha de um pólo, em que estão os grupos mais institucionalizados (nos partidos, cargos de comissão, ONGs, entre outros), passa por diferentes nuances no entendimento sociedade/Estado (grupos que alternam ação institucional e ação direta) e vai até o outro pólo, em que estão aqueles que não visualizam nenhuma possibilidade de conquista dentro dos moldes institucionais do Estado Democrático de Direito e, desses, uma parte se concentra em grupos mais especializados de discussão, como pequenos partidos e círculos acadêmicos e outra parte atua na base dos movimentos populares que veem na ação direta, e portanto, a coesão e mobilização populares, como centro das possíveis mudanças.

²⁸ Na sequência: Movimento dos Sem Terra, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Movimentos dos Trabalhadores Desempregados.

No tempo de convivência no Campo Belo, foi possível encontrar grupos com uma atuação mais institucionalizada, que se concentram prioritariamente nos canais institucionais e acabam, muitas vezes, se tornando um elo de transmissão das regras estatais; assim como grupos que atuam nas duas dimensões, mesclando a atuação institucional com a elaboração de ações diretas e também aqueles que se concentram no trabalho de base, se dedicando a pensar conjuntamente a política da cidade e a definir as ações coletivas.

É notável como o primeiro grupo, hoje, se faz mais presente, até por incentivo dos próprios mecanismos de controle estatal na organização nos bairros. São partidos que atuam tentando ampliar sua base eleitoral, funcionários comissionados do governo que propõe discussões e tentam o convencimento popular sobre os projetos estatais, militantes do bairro que atuam nos partidos e nos conselhos municipais. Chega-se, inclusive, a questionar em que medida esse grupo pode ser entendido como esquerda, a nomeação remete mais a um passado; muitos dos personagens que atuam hoje nos espaços estatais de contato nos bairros vieram de uma trajetória de esquerda, atuaram na aglutinação popular, foram trilhando caminhos de atuação dentro e fora do Estado, até que um dia se veem como gestão.

Um fato evidente desta inversão aconteceu na ocasião em que uma moradora do Campo Belo procurou um movimento²⁹ cuja sede fica na cidade de São Paulo para pedir apoio na mobilização contra o despejo dos moradores do Núcleo São João. A liderança do movimento aconselhou-a a procurar um funcionário comissionado da prefeitura³⁰ de Campinas, que o mesmo se encarregaria de verificar o que acontecia e poderia ajudar os moradores:

“Fiquei pensando que eu errei de ir procurá-los. Como pode? Aquilo que você pensa que é o movimento popular, está é atuando junto com aqueles

²⁹ Optamos por não colocar o nome do movimento, para não focar no personagem e sim descrever sua forma de atuação, que é comum, inclusive, em outros movimentos de moradia em São Paulo.

³⁰ Neste momento a gestão da prefeitura estava com o prefeito Hélio da Costa Santos, do PDT, que fizera coligação com o PT, que ficou, então, com parte das secretarias municipais.

que querem nos expulsar. Como eu poderia pedir ajuda para alguém da prefeitura, se é propósito do próprio governo municipal nos expulsar? Eu iria denunciar ao próprio lobo e esperar que ele nos ajudasse?” Ivete, moradora do Campo Belo, integrante da associação de moradores do Campo Belo I, novembro de 2010

Ivete procurou o movimento tendo em mente uma nítida separação entre movimento popular e Estado e se deparou com uma forte ligação entre eles. Ligação tão forte que percebeu o movimento como coletivo que monitora as respostas populares. Ivete percebeu que, ao procurar a liderança do movimento, ela indicou a gestão municipal que um novo grupo de resistência, ainda de forma embrionária, se formava ali no Campo Belo.

O fato ocorrido com Ivete demonstra as nuances da relação entre as esquerdas e o Estado, sendo que, como exemplo mais extremo de institucionalização, tem-se grupos que passaram a visualizar a possibilidade de atuar no Estado, garantindo os projetos empresariais hegemônicos, mas direcionando um mínimo para os grupos populares, trabalhando para que esse mínimo seja entendido como o objetivo dos movimentos populares, enquanto as grandes questões políticas e econômicas são tomadas em outras instâncias. Neste sentido, concordamos com a pontuação de Hirata, que analisou a atuação do conselho municipal de Habitação de São Paulo nas diferentes gestões entre 2003 e 2011:

“Ainda que possam existir diferenças entre as duas gestões no que diz respeito ao caráter da participação dos movimentos sociais e a quantidade de deliberações, torna-se claro que é de competência do conselho deliberar somente sobre um número reduzido de decisões, que muitas vezes já foram anteriormente tomadas em outras esferas de poder. Por outro lado, algumas decisões, inclusive as que afetam os interesses dos movimentos de maneira fundamental, sequer passaram por este conselho.” Hirata, Francine (2010:133)

A este primeiro grupo, que pelo grau de integração à lógica institucional, poderíamos entender como a esquerda estatizada (mesmo sabendo que a denominação de esquerda é questionável) está em um pólo da relação com o Estado. Há o segundo grupo, formado por uma variedade de movimentos, sindicatos, associações, que, por sua vez, tentam atuar nas contradições do discurso democrático, tentando expandir seu espaço de atuação e ampliar os debates e o envolvimento popular nas lutas, através da ocupação dos espaços institucionais e também

trabalhando nas mobilizações “de rua”. Podemos indicar que a atuação desses grupos se traduz em conquistas populares consideráveis e atraem a participação de pessoas de diferentes trajetórias. Alguns movimentos populares de saúde são exemplos de como, através de batalhas institucionais e das mobilizações, foi implantado o SUS (Sistema Único de Saúde) e o Programa Saúde da Família, que ampliaram de forma significativa o atendimento público no Brasil. Porém, a rapidez com que os direitos sociais conquistados e parcialmente implementados são destruídos mostra que nenhuma conquista é permanente e que existe uma consistente tendência de grupos empresariais e estatais absorverem as ações contestatórias e irem relativizando e burocratizando as conquistas.

Já o terceiro grupo, que preserva muito do discurso de autonomia e de construção de uma rede de resistência e ação populares, prioriza a atuação na formação política de base e nas ações diretas, visualizando os momentos de interlocução com o Estado mais como forma de evidenciar publicamente do teor de dominação estatal. Este posicionamento causa, em muitas vezes, maior identificação em quem compõem os movimentos populares. À medida que o grupo visualiza o Estado, não como um possível parceiro, mas como uma instituição que possui suas estratégias para garantir privilégios, ele torna-se mais coeso e firme nas ações coletivas. Pela experiência de campo, podemos afirmar que esse grupo, talvez, tenha sido mais numeroso nos anos de 1970/80 e hoje, no conjunto das esquerdas, é proporcionalmente menor, porém sua presença causa impacto significativo na agregação popular.

As propostas de aglutinação populares para fins de resistência/oposição a ações políticas que reconstróem as explorações e dominações de vários grupos sociais encontram crescentes dificuldades de encontrar adesão. Os discursos que afirmam uma posição social em comum para justificar uma ação conjunta de enfrentamento aos problemas vão perdendo aderência, à medida que idéias que exacerbem o indivíduo e suas características “natas”³¹ vão tomando espaço e fortalecendo o

³¹ Idéias que afirmam a existência de uma natureza humana, que remetem a uma essência biológica/ psicológica que determina a ação dos indivíduos, ignorando o contexto sociocultural em que os sujeitos são formados. Os

discurso de que “é o indivíduo, pelo seu esforço, seu talento e seu empenho que faz a sua história”. Tanto o segundo como o terceiro grupo que indicamos acima se deparam com tal dificuldade e formulam diferentes táticas na tentativa de se expandir. O segundo encontra nas disputas institucionais e nas batalhas jurídicas (aprovação de projetos de lei, discussões de plano diretor, implementação do estatuto das cidades) um caminho para ampliar os debates e conseguir adesão de novos personagens à luta, e obtêm êxitos, conseguindo, inclusive, construir pontes para envolver sujeitos dispersos e criar redes de comunicação nas cidades, mas se depara constantemente com armadilhas burocráticas e o risco de caminhar por trilhos pré-ordenados, em que direitos conquistados permanecem no papel. O terceiro prioriza a ação direta, impulsionando a mobilização de grupos populares, mas encontrando grandes dificuldades discursivas de se expandir e tendo, também, que repensar constantemente o modo como se relaciona com o Estado e o direito.

O que destacamos, por fim, é que as fronteiras entre o segundo e o terceiro grupo são, em muitos momentos, sutis e móveis. A questão da institucionalização, que envolve o entendimento sobre o Estado e como se dão suas articulações, compõe discussão permanente nas esquerdas. O perfil da relação movimentos populares/Estado coloca em questão, também, o modo como o coletivo se organiza internamente, problematizando os silêncios que envolvem as assimetrias e formas de dominação que se reproduzem no interior dos próprios espaços de mediação. No capítulo 2, tentamos alongar o olhar para refletir sobre essa questão, refletindo a hierarquização interna das associações de moradores do Campo Belo.

essencialismos são reformulados e se fortalecem com a soberania do indivíduo. A discussão sobre a essencialização do sujeito é feita em várias perspectivas nas Ciências Sociais. Stuart Hall (2008) apresenta uma síntese do debate que envolve o agenciamento dos sujeitos, pontuando as posições da psicanálise, em autores como Freud e Lacan, passando por Althusser, Derrida, Foucault e Judith Butler.

Reconfiguração dos contextos sociais e transformação dos mediadores populares

Após analisar, de forma sucinta, como a moradia popular se configurou na cidade de Campinas, desde a formação dos cortiços e vilas populares próximos ao centro urbano até as sequentes dispersões da moradia popular pelas periferias urbanas, concentramos nossa atenção, no final deste capítulo, à atuação de dois importantes mediadores populares: a igreja católica e as esquerdas - desde os anos de 1970/80, período em que se identifica a ascensão e expansão dos movimentos populares, até os dias atuais, em que há uma variedade de movimentos, que estabelecem várias formas de relação com o Estado, as quais caminham desde uma relação bem orgânica, em que o movimento se coloca como parte da gestão estatal, passa por diferentes intensidades de aproximação com o Estado até a existência daqueles movimentos em que a autonomia e a formulação de ações diretas tem um papel central na organização dos coletivos.

Escolhemos, para concluir este primeiro capítulo, acompanhar o percurso histórico dos dois mediadores mencionados por entender que a performance desses compõe a trajetórias dos movimentos populares e tem muito a dizer sobre os perfis que esses adquirem em um momento histórico específico. O contexto social e político influencia os coletivos mediadores e esses, de forma recíproca, ajudam a compor as respostas populares e, conseqüentemente, interferem diretamente na conjuntura social. Essa afirmação pouco tem a acrescentar se não tentamos analisar, de modo mais minucioso, como flui esse emaranhado de relações, por isso, para nós foi importante refletir sobre o perfil da atuação dos setores progressistas da igreja católica nos anos 1970/80, acompanhar como ele se transforma e os impactos dessa mudança nas organizações populares de bairro. Assim como também contribui as análises das mudanças nas organizações de esquerda, polarizadas e dispersadas no contexto da ditadura militar e que, a partir do processo Constituinte, estabelecem um amplo debate em torno dos dilemas das lutas democráticas e tomam variados posicionamentos, estabelecendo diferentes relações com o Estado.

Os coletivos de mediação são espaços em que idéias políticas, espalhadas e embaralhadas no tecido social, são filtradas, trabalhadas e potencializadas, ou, em outras palavras, são lugares de sociabilidade em que os sujeitos se visualizam socialmente e estabelecem relações de identificação e diferenciação entre si, com outros grupos e classes sociais, formulando assim suas resistências/ ofensivas ou consensos em relação ao organograma social que vivenciam.

Um mediador passa, conforme se estabiliza e se expande, a concentrar influencia sobre grupos, o que pode ser usado para gerar conformidade social, assim como desejo de insurreição, ou mesmo, e essa é a ambigüidade que o cerca, operar nos dois sentidos ao mesmo tempo. As manifestações sociais são elaboradas a partir dos mediadores e, por essa razão, tentamos entender as metamorfoses de dois importantes mediadores – sabendo que não são os únicos – que se constroem e reconstroem nos bairros populares.

O que temos como reflexão, passado o exercício teórico-metodológico da pesquisa, é que os grupos progressistas católicos, concentrados nas Comunidades Eclesiais de Base conseguiram, entre os anos de 1970/80, incentivar a mobilização popular nos bairros, nas fábricas, nos movimentos populares. Porém, a atuação das CEBs, incentivada pela igreja católica no momento específico de maior expressão da ditadura militar, se enfraqueceu assim que a instituição católica, temendo a organicidade que tomavam os grupos católicos progressistas e a aproximação entre esses e outros grupos de esquerda³², cortou seu apoio às CEBs e passou a incentivar um discurso mais atomizado, expresso pela Renovação Carismática Católica (Doimo, 2004).

A desestabilização das CEBs acabou por mostrar a dependência que se criara entre movimento popular e igreja católica e levou a dispersão de muitos militantes, que vão tomar diferentes caminhos: compor partidos, movimentos populares,

³² Há nomes expressivos de Teólogos da Libertação que mantinham relações bem próximas com grupos de esquerda e com esses atuaram na construção do PT, da CUT e do MST. D. Fernando Penteadó, D. Cláudio Humes, D. Paulo Evaristo, Frei Betto são alguns exemplos. Marina Silva, Plínio de Arruda Sampaio, Luiza Erundina, assim como outros nomes que marcaram a esquerda brasileira, tiveram sua militância iniciada/ nutrida pelas CEBs.

sindicatos, agora sem a integração que a estrutura da igreja possibilitava, mas, como ponderou Doimo³³ (2004), esses grupos não deixaram de existir, continuam atuando e formando outras redes. O que destacamos é que aquele contato cotidiano anterior nos bairros, de efervescência de discussões, se esfacelou e deixou de nutrir uma ponte importante que se fazia entre a esfera individual e a coletiva. Sader (1995:162) pontuou que as CEBs produziram “uma forte coesão interna e um reconhecimento pessoal construído na base da confiança entre seus membros”. Mesmo que esses laços coletivos tenham se dado sob tutela da igreja católica, e vimos a consequência desse tipo de relação, não se pode negar que proporcionaram uma base inicial para ações coletivas de contestação das desigualdades sociais.

Em relação às esquerdas, embora a questão exija um aprofundamento digno à sua complexidade, o que podemos indicar, a partir da bibliografia e também da experiência no Campo Belo, é que nos anos de 1970/1980 houve, na periferia, variados grupos de esquerda num trabalho mais orgânico, um direcionamento de forças para o “trabalho de base”, com maior espaço para a formação política conjunta. A menção constante de algumas lideranças do Campo Belo a integrantes do Movimento Assembléia do Povo evidencia o quanto esta presença ficou marcada, mas mostra também que ocorreu um deslocamento na atuação das esquerdas. Uma parte se institucionalizou a tal medida que se transformou em gestão, outra parte tenta conciliar a disputa em espaços de interlocução Estado/ sociedade e as ações diretas, mas, dados os caminhos burocráticos e o poder de absorção do Estado, acabam, mesmo que não seja a intenção, a concentrar parte considerável do tempo para cumprir o script institucional, formando uma militância especializada que, com o passar do tempo, vai tendo dificuldades de comunicar-se com o próprio grupo do qual quer ser expressão. Não negamos, com essa afirmação, que há conquistas consideráveis e que esse grupo consegue atrair à mobilização um variado público, que acaba por se mostrar mais presente, é mais frequentemente visualizado.

³³ O trabalho de Ana Maria Doimo (2004), assim como o de Almeida (2004), prestaram grande ajuda para pensarmos a forma de interação das igrejas entre os grupos populares e também nos despertou para a forte presença da religião na política cotidiana, inclusive quando as atividades associativas da igreja (música, teatro, reuniões de grupos) ganham força centrípeta e afastam os fiéis de outros coletivos que não se deem entre os “irmãos de fé”, tal como manifestações, reuniões de bairro, de sindicatos, de partidos.

Apontamos também um terceiro grupo, ainda mais próximo daquela proposta orgânica e autônoma dos anos de 1970/80, que prioriza as ações diretas e enfrenta nos bairros uma disputa prático-discursiva mais direta com as igrejas e com os grupos institucionalizados que operam nos bairros populares. O discurso da aglutinação e ação direta popular encontra dificuldade de ressonância também porque lida com um contexto social de aumento da precariedade das formas de sobrevivência e, conseqüentemente, de visualização de um futuro diferente.

A precarização e fragmentação do mercado de trabalho, que cria diferentes modalidades de exploração e dissolve os vínculos mais estáveis de renda, aliado a um aparato tecnológico que acelera o tempo de produção e induz impulsos de consumo mais acelerados, facilitam a ressonância de discursos que exaltam o indivíduo e enaltecem a idéia de que existe uma solução individual para cada caso, um carro para cada tipo de personalidade, uma roupa para cada jeito. Num contexto de aumento extremo da precarização e de incertezas, o discurso atomizado consegue adesão ainda maior que antes, o que torna mais difícil o convencimento à ação coletiva que envolva alguma contestação.

Os mediadores que se formam a partir do desejo de transformação vão encontrar dificuldades ainda maiores de se expandir, o que se agrava com as performances do Estado Democrático de Direito, que mostra um poder de persuasão camaleônico, atraindo para si tanto uma antiga esquerda que se encastelou nos canais estatais e passou a ser gestão, quanto uma esquerda que batalha em duas frentes, apostando, também, nos canais de interlocução com o Estado e visualizando o direito como campo em disputa. Essa atuação mais próxima ao Estado é questionada por outro grupo de esquerda, que busca, prioritariamente, reconstruir e fortalecer os canais de ação direta, enfrentando também obstáculos que envolvem desde a violência direta de Estado como assimetrias e dominações se que dão também dentro da própria classe.

CAPÍTULO 2

A organização política dos moradores

A tradução da experiência

A vivência de uma situação de restrição pressupõe a existência de um conflito de forças que envolvem a formação do hegemônico e do subalterno e podem referir-se a relações de classes, gênero, raça, sexualidade ou outras marcas de segregação. Para atuar nesse conflito, são construídos espaços de mediação política, coletivos em que a dominação pode ser problematizada e/ou reforçada. O envolvimento dos sujeitos nestes espaços se faz a partir de experiências sociais semelhantes e da intenção de interpretar a situação vivida e a ela responder coletivamente. Este processo é observado por Eder Sader (1995). O autor menciona a identificação das classes populares, nos anos de 1970/80, com os discursos reformulados³⁴ da igreja católica, dos sindicatos e dos marxistas. Como pontua Sader, foi desse encontro (contexto e o discurso que o interpreta) que surgiram com tamanha força os movimentos sociais nestas décadas. Além do contexto de restrição, existiram também matrizes discursivas que encontraram legitimidade popular e conseguiram catalisar a ação política.

Thompson (1981) apontou a importância da experiência e sua interpretação na constituição dos sujeitos. A realidade política e econômica não enquadra simplesmente os sujeitos e lhes confere um lugar, ela é reconstruída cotidianamente, envolvendo continuidades e rupturas. Como defenderam Sader (1995) e também Leite(1987), baseando-se nas ressalvas thompsonianas, a classe para si e a classe em si³⁵ não são dois momentos distintos, mas ocorrem simultaneamente e de forma

³⁴ A reformulação refere-se ao fato de que, na década de 70, tanto a igreja católica, como muitos sindicatos e militantes de organizações de esquerda apresentaram mudanças em seus discursos, as quais foram “bem recebidas” por muitos grupos populares e propiciaram um maior engajamento político.

³⁵ Importante esclarecer que a menção à classe, neste trabalho, se deve à exigência da questão que se busca analisar: a ação política daqueles que, na divisão social dos bens materiais, ficaram com quase nada. A questão da constituição de classe é sempre retomada, porque o recorte de classe é latente no grupo estudado, o que não significa desconsiderar outras divisões permeiam a vida social e são tão importantes quanto. Hall, no interior das críticas que os Estudos Culturais tecem às análises de teor mais estruturalista, ressalta em muitos de seus textos que os processos de diferenciação social envolvem variadas formações culturais, incluindo raça, gênero, sexo, as quais se interpelam. O autor escreve no interior do debate acadêmico sobre as “intersecções” que compõe as relações sociais de poder.

articulada, envolvendo consensos, negações, questionamentos, dominações e enfrentamentos. Podemos dizer, então, que toda experiência está ligada a uma interpretação, que se dá em meio a uma disputa acirrada de ideias e subjetividades. Em “Miséria da teoria”, Thompson (1981) contesta o processo de interpelação ideológica construído por Althusser e observa que há as interpretações se dão em contextos culturais e econômicos delineados, mas não se dão automaticamente e de um modo pré-determinado. A contradição, as diferenças e os conflitos compõem a experiência e, conseqüentemente, o agir social:

“O que destacamos está num termo que falta: “experiência”. É esse o termo que Althusser tenta expulsar, sob injúrias, com o nome de “empirismo”. Homens e mulheres também retornam como sujeitos, não como autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações como necessidades e interesses e como antagonismos, tratam dessa experiência em sua consciência e sua cultura, das mais complexas maneiras e, em seguida, agem sobre situação determinada” (Thompson, 1981:182)

Da elaboração do conceito de experiência segue a discussão sobre as relações entre os sujeitos e os discursos que os rodeiam. Esse debate, que é nutrido também pelo trabalho de Foucault, está presente em autores contemporâneos, entre eles, citamos aqui Stuart Hall³⁶ (2003), Joan Scott (1998) e Avtāh Brah (2006).

Hall observa que os sujeitos são elaborados no complexo de relações que os envolvem, não há um sujeito pré-constituído que se depara com situações e se posiciona, o posicionamento se processa e diferencia na dinâmica das relações sociais. A observação do autor confronta a noção essencialista de sujeito, que parte de uma característica dada (seja biológica, econômica ou histórica) e a toma como determinante das ações dos sujeitos. Hall aprofunda a questão para seguir o debate

³⁶ No livro: “Da diáspora: identidades e mediações culturais”, uma coletânea de artigos de Stuart Hall organizada pela professora Liv Sovik (UFMG), há uma entrevista com Stuart Hall em que o autor fala dos debates sobre cultura e sociedade que levaram à formação da nova esquerda britânica e à organização da *New Left Review*. A entrevista pontua de forma clara a experiência como momento da formação dinâmica e contraditória dos sujeitos, destacando as formas de interpelação entre os discursos e os sujeitos como centro da discussão. No livro há também um artigo, de título: “Estudos Culturais e seu legado histórico”, em que Stuart Hall aponta as perspectivas que guiam os Estudos Culturais. Refiro-me também a Joan Scott e Avat Brah por entender que as autoras partem de olhar semelhante e que parte da discussão sobre o descentramento do sujeito e os múltiplos processos que formam as relações de subalternidade/ dominação.

sobre os processos que levam a formação dos grupos, defendendo que melhor que o termo identidade é a noção de identificação, a qual remete à variedade de discursos e práticas em que os sujeitos se reconhecem e se diferenciam. A consideração de Hall ajuda na visualização dos processos que levam os moradores a reconhecerem-se como um grupo e disporem do tempo de suas vidas para elaborar - juntos - respostas ao contexto em que estão. Reforça este pensamento as considerações de Scott (1998) e também de Brah (2006) de que os sujeitos não se deparam com os discursos que os rodeiam e se posicionam, mas sim que “a experiência é o lugar de formação do sujeito” (Brah, 2006:360), é ao vivenciar as formas de divisão socialmente construídas e os discursos que as legitimam que ocorrem as identificações e as diferenças.

O debate sobre a identificação ajuda, ainda, a reconhecer que a situação econômica em que vivem é um fator de grande influência, mas que não determina a identificação. Sujeitos numa mesma situação podem ou não inclinar-se a formar um grupo; a identificação envolve, junto com restrição material, a forma como os moradores se veem e se diferenciam. Consideramos que identificação e diferenciação são processos simultâneos e dinâmicos que se fazem no percurso: 1) percepção da situação de restrição/ subordinação 2) a interpretação da situação. Esses dois momentos compõem o que entendemos por tradução da experiência e dessa decorrem as posições políticas.

Partindo dessas considerações, procuramos apontar, neste capítulo, as trajetórias dos grupos que vivem no Campo Belo e os modos como se solidarizam e se hierarquizam na construção da luta por moradia, destacando as diferentes posições políticas que há entre os grupos locais.

Trajetórias dos moradores

Os moradores mais antigos do Campo Belo chegaram à região na década de 70, no momento em que a região era pouco habitada, sem luz, sem energia elétrica, sem água. Foram eles que, com auxílio da igreja católica e do movimento Assembleia do Povo, iniciaram as primeiras lutas por serviços públicos para o bairro. Aos poucos, novos moradores, chamados pelas famílias já instaladas a ocupar uma área ou atraídos pelos preços dos terrenos comercializados³⁷, vão chegando. Em 1992, um grupo previamente organizado por militantes do PT, do MST e também por lideranças do Campo Belo I ocupa uma área não loteada na região e ali inicia a formação do que ficou conhecido como Campo Belo II. Vieram pessoas da Grande São Paulo, de cidades ao redor de Campinas e também de outros bairros da cidade. Uma parte delas ainda vive ali, outra – a maioria – vendeu a casa e partiu, dando lugar a novos moradores. O comércio local de imóveis se incorporou ao cotidiano do bairro e, hoje, a maioria dos que ali chegam é pela compra do terreno ou imóvel.

É possível, a partir deste breve histórico, dividir os moradores em três grupos: 1º.) os primeiros moradores, que chegaram entre as décadas de 1970 e 80, vindos em sua maioria de estados do Nordeste e Minas Gerais e trazendo consigo marcas de um passado rural e uma atuação política marcada pela formação nas igrejas 2º.) Há os que chegaram nas ocupações organizadas na década de 1990, possuem experiências em partidos políticos ou movimentos sociais, sendo que alguns já haviam participado de outras ocupações; 3º.) há aqueles que chegaram ao bairro através da compra de um terreno irregular, conhecem pouco do histórico de lutas sociais do bairro e se envolvem pouco nas mobilizações coletivas. Este pequeno envolvimento é presente também nas novas gerações, os filhos dos antigos moradores. Neste grupo estão, portanto, a grande parte dos que chegam pela compra e as novas gerações, marcados por uma resistência maior às ações coletivas.

³⁷ Comércio de terra realizado por algumas associações de bairro ou mesmo por moradores que se apropriavam de outros terrenos e passavam a comercializá-los. A localização do bairro, a falta de estrutura e a ausência de escrituras tornam o preço dos terrenos mais baixos, o que atrai muitos trabalhadores que, pelas vias legais, dificilmente teriam acesso a moradia.

1. Os moradores mais antigos

Na pesquisa de campo, tive contato mais frequente com quatro pessoas que compõe o primeiro grupo, três mulheres e um homem. Chegamos até eles através das perguntas que fiz pelo bairro sobre antigos moradores envolvidos na luta pela urbanização do Campo Belo. Das quatro pessoas com quem conversamos, somente uma não veio de área rural e três vieram de outros estados (Alagoas e Minas). A experiência rural se prolongou no Campo Belo, pois continuaram, por mais alguns anos, a trabalhar nas colheitas das fazendas ali vizinhas e também mantiveram plantações de alimentos ao redor de suas casas, atividade que parou na metade da década de 1990, quando a procura por um terreno no bairro é tão grande que já não há mais espaços para as plantações. Apresentamos, a seguir, um breve resumo da trajetória desses quatro moradores:

1ª.) Dona Ana³⁸ compõe uma das primeiras famílias do Campo Belo I. Ela e o marido, vindos de outra área rural da cidade, chegaram ao bairro em 1973, chamados por familiares que trabalhavam na fazenda loteada e permaneceram na área após o loteamento. Ali plantavam arroz, feijão, café e mandioca. Ana trabalhava nas fazendas ali próximas nas épocas de colheita e quando seu marido faleceu, em 1985, arrumou um emprego de faxineira em uma casa num bairro da região central da cidade. Assim foi criando os sete filhos, que permanecem no Campo Belo, moram próximos da mãe. Ana tem um vínculo muito forte com a igreja católica, foi através dela que se envolveu em trabalhos comunitários pelo bairro, seu maior envolvimento é com os grupos de orações e como professora nos cursos de catequese. Assim ficou muito conhecida no bairro e se tornou uma importante transmissora de recordações dos momentos de luta pela permanência na área e por serviços públicos para o bairro. Ana conhece todas as pessoas que lideraram a resistência à remoção, fala delas com grande

³⁸ Os nomes são fictícios.

admiração e gratidão, foi ela quem me falou da Ruth, de quem falarei também logo adiante.

2ª.) Maria, outra moradora antiga, também conciliou, nas décadas de 1980/90, o trabalho nas fazendas com outras atividades. O marido de Maria foi o primeiro da família a vir de Alagoas para Campinas e, como conseguiu emprego na área de manutenção no aeroporto e um lugar³⁹ para morar no Campo Belo, logo trouxe a esposa e os três filhos. Maria passou a trabalhar na limpeza do aeroporto e nas colheitas de café ali próximas. Depois montaram um bar na garagem da casa e Maria passou a fazer sabão e pó de urucum para vender.

O marido de Maria, que morreu em 1999, compôs o grupo que iniciou as reivindicações diante da prefeitura e ajudou a organizar, em 1978, a associação de moradores do Campo Belo I. Com a ajuda do Movimento Assembleia do Povo, alguns moradores montaram um projeto de urbanização para o bairro e passaram a direcionar ao governo municipal todas as reivindicações, através de ofícios, abaixo-assinados e conversas com o prefeito e vereadores. Fizeram também passeatas e manifestações na rodovia Santos Dumont.

3º. Pedro teve conhecimento do Campo Belo a partir da igreja que frequentava em Minas Gerais, na cidade de Teófilo Otoni. Através das indicações do pastor⁴⁰ chegou ao bairro, em 1977. Pedro já possuía certa experiência em trabalhos de mobilização de comunidades a partir de sua atuação na igreja, e por isso teve facilidade em organizar as primeiras reuniões entre os moradores e propor a formação da associação, onde permanece até hoje. Conforme se nota nos comentários de Pedro, os contatos com o movimento Assembleia do Povo foram importantes em sua formação, ele

³⁹ A família de Maria ergueu barraco, assim como mais 150 famílias, numa área pública do bairro, a qual, pelos projetos do primeiro loteamento, da década de 50, seria área destinada a construção de uma praça.

⁴⁰ Na pesquisa de mestrado de Cláudia Maria Lima Ribeiro (2006) constam entrevistas com moradores do Campo Belo que também chegaram ao bairro a partir da indicação de pastores. Esses parecem atuar como divulgadores dos locais onde é possível “arrumar” uma moradia, inclusive, sugerindo a abertura de uma unidade da igreja. Foi o caso de Pedro, que chegou com as intenções de desenvolver os trabalhos da igreja, mas depois tomou outra direção.

acompanhou o trabalho de arquitetos militantes⁴¹ que, junto com os moradores, construíram um desenho urbanístico do bairro. Todos os documentos ficaram guardados com ele.

Na proximidade com a Assembleia do Povo, entre o fim da década de 1970 e começo de 1980, Pedro estabeleceu diálogos, também, com o PT e acabou se filiando, embora não tenha existido um contato mais orgânico com o partido depois do fim da Asp⁴².

Pedro trabalha por conta própria em construções pela cidade e hoje faz muitos bicos ali pelo bairro mesmo. Nos últimos anos, ao liderar a resistência contra a retirada das 150 famílias da área pública em que ele e Maria moram, seu nome foi muito divulgado pelo bairro, despertando, inclusive, opiniões contrárias daqueles que foram convencidos pela prefeitura de que a remoção era o único caminho.

4ª. Ruth chegou ao Campo Belo em 1978 com o marido e os filhos. Veio também de Minas, mas, diferentes dos outros aqui citados, não passou pelo trabalho rural. Ruth sempre trabalhou em casa e o marido como encanador, alternando períodos de assalariado com outros como autônomo. A condição econômica da família de Ruth, embora precária, é melhor que a dos outros três, a chegada ao bairro se deu pela compra do terreno.

A primeira luta em que Ruth se envolveu foi pela construção da escola, ela foi a principal articuladora das manifestações junto a Secretaria Estadual de Educação e a prefeitura para vinda da escola. Depois dessa primeira conquista, entrou também para associação de moradores e continuou a construir a luta pela água, pela energia elétrica e por transporte. Diferente de Pedro, Ruth não teve contato com a Assembleia do Povo e nem se aproximou de nenhum partido político. Durante as reivindicações, fez

⁴¹ Os arquitetos que militaram na década de 80 na Assembleia do Povo (Asp) eram, em maioria, ligados ao PT e alguns seguiram depois o caminho da representação política, como foi o caso de Antônio da Costa Santos, o Toninho do PT, assassinado em 2001, início de seu mandato como prefeito. O mestrado de Toninho, defendido em 1985 sob o título: "O ato de morar: uma oficina de posseiros", foi sobre a luta dos moradores do Jardim Londres, que na época era uma favela, pela urbanização. O trabalho é expressão da atuação conjunta, na década de 80, entre militantes da universidade e os moradores de favelas.

⁴² Para referir-nos à Assembléia do Povo, usamos a sigla Asp.

contato com vereadores que, após terem prestado “ajuda” nas brigas com a prefeitura e a Infraero, mantêm com ela contatos ocasionais, geralmente para pedir ajuda na campanha eleitoral.

A formação política de Ruth também está ligada a igreja católica, esse foi o principal espaço que a encorajava a mobilizar seus pares para exigir do Estado serviços públicos para o bairro. Ruth é considerada por muitos moradores como a “mãe do bairro”, em sua casa há um grande entra e sai de vizinhos, principalmente mulheres, que vão para aprender crochê e tricô e também ver as novas invenções artesanais⁴³ de Ruth. Quando perguntei a ela se a facilidade de comunicação e a identificação dos moradores teriam atraído convites de partidos, ela respondeu que nunca havia se interessado pela via partidária.

Destacamos os fatos econômicos e políticos em que compõem a trajetória dessas quatro pessoas. A experiência rural ajudou na sobrevivência, pois tanto Maria como Ana ressaltaram que o plantio de alimentos ao redor das casas garantia que houvesse o que comer nos meses em que os ganhos com outras atividades (seja nas colheitas das fazendas vizinhas seja em serviços temporários em outras atividades) eram bem pequenos. Dos quatro, a única família de trajetória um pouco diferente é a de Ruth, pois, tendo o marido certo conhecimento especializado, trabalhava como encanador e conseguiu juntar o dinheiro necessário para comprar um terreno regularizado no Campo Belo. Para os outros, as atividades remuneradas eram sempre incertas e de pouco retorno, o que impedia o acesso à moradia pela via mercadológica. Nenhum deles teve contato com o trabalho nas indústrias. O que se chamou de “surto de industrialização” do Brasil nos anos de 1970 não atingiu nem a eles, nem a maioria dos que ali vivem.

Grande parte dos trabalhadores rurais que migraram às cidades nas décadas de 1960 a 1980, como é o caso das pessoas entrevistadas, tinham a expectativa de conseguir uma inserção no mercado de trabalho que lhes permitisse uma renda mais

⁴³ Ruth faz com linha de tricô e crochê tanto roupas como tapetes, colchas, enfeites para casa. Quando a conheci, já na primeira entrevista, ela me presenteou com um cachecol, demonstrando a facilidade que possui em receber pessoas e estabelecer vínculos.

adequada às necessidades de sobrevivência, porém na dinâmica do mercado de trabalho no Brasil, heterogêneo nas formas de exploração e extremamente hierarquizado, famílias como as dos moradores entrevistados envolveram-se nas atividades mais precarizadas de trabalho, sem acesso aos mínimos direitos sociais. Essa inserção marginal influencia o modo de agir politicamente desse grupo, que possui um diferencial em relação aos trabalhadores das empresas ou indústrias. A sindicalização nesses grupos de trabalhadores mais precarizados era/é mais difícil, dada a dispersão espacial (não há um espaço comum em que se encontrem diariamente) e maior dificuldade em identificar demandas e manifestá-las coletivamente. O espaço sindical⁴⁴, mesmo com suas amarras institucionais, pode ser um importante espaço de amadurecimento político; foi ele, conforme destacou Sader (1995), uma das três importantes matrizes discursivas que impulsionou as manifestações da década de 1980.

Tanto Pedro como Ruth, atuantes na associação de moradores, tiveram na convivência religiosa as idéias que os encorajavam. Tanto na católica – no caso de Ruth – como na evangélica – no caso de Pedro – foi a ideia da existência de um Deus que envia defensores para cuidar do “povo” que justificava a atuação política. A ação de contestação, além de enfrentar uma situação de restrição, tem o sentido de atender a uma orientação sagrada. Este significado foi expresso por Ruth, quando, muito orgulhosa, fala de seu reconhecimento entre os pares como “mãe de todos” e também por Pedro, na ocasião em que recomendava a uma moradora que não deixasse a associação de bairro:

“O que fazemos aqui não é para mim, não é para você, é pelo povo. Talvez as pessoas não reconheçam, mas pode ter certeza que Deus sabe te mostrar que está no caminho certo; é essa certeza que nos move” (Pedro, membro da Associação de Moradores do Campo Belo I, em agosto/ 2010)

⁴⁴ A questão dos impactos do sindicato na formação política foi tratada aqui bem tangencialmente, sem entrar na discussão sobre os papéis dos sindicatos entre os trabalhadores hoje, debate que vai da defesa da forma sindicato até sua total crítica. Aponto a ausência do sindicato entre os moradores não por tomar este enquanto espaço de formação política fundamental, mas para ressaltar que entre os trabalhadores mais precarizados a dificuldade de conversar sobre seus problemas e enfrentá-los é ainda maior, pois é mais difícil um espaço de aglomeração e debate. A intenção não é estabelecer como deficiência fatal a não sindicalização, mas apenas apontar que os graus de dificuldade de mobilização aumentam conforme mais precarizada e exploratória é a atividade de sobrevivência do grupo.

A religião foi o catalisador da ação política entre os primeiros moradores do Campo Belo. Os quatro moradores lembram a data e nome do padre que rezou a primeira missa no bairro, evidenciam que a igreja foi, naquele momento, uma força que, diferente das ideias difundidas nos jornais ou pela elite, afirmava a existência daqueles moradores como parte da cidade e legitimava a busca por participação política e melhores condições de vida. Hoje, os frutos desse processo ainda sobrevivem. Para os moradores que viveram essas experiências, as ideias religiosas ainda impulsionam a ação, embora as instituições em que foram formados não preservem o mesmo debate político⁴⁵.

Além das igrejas, a Asp foi importante na atuação de alguns moradores, como é o caso de Pedro. O movimento se formou em 1979, da união entre lideranças comunitárias, militantes do PT, participantes de um jornal popular local, chamado 'Repórter da Região' e as comunidades eclesiais de base. Lopes⁴⁶ analisou o período de duração do movimento e aponta-o como "um movimento de bairros cujas reivindicações abrangiam cerca de 70 itens: água, luz, escola, transporte, passarelas, redução do preço do asfaltamento, entre outros". A relação de proximidade que se estabeleceu entre o movimento e a associação de moradores do Campo Belo I suscitou, em alguns moradores, a vontade de construir o projeto de urbanização do bairro a partir das prioridades apontadas pelos moradores.

Outro aprendizado político ocorre na relação com os partidos⁴⁷, que tem um viés mais utilitarista. Os representantes partidários e as lideranças estabelecem

⁴⁵ Os padres que participavam das reuniões de bairro e ajudavam a organizar os protestos não estão mais ali e seus sucessores não têm o mesmo perfil. Há várias pequenas igrejas neopentecostais pelo bairro, nenhuma delas se aproxima das reuniões sobre os problemas coletivos dos moradores e nem incentiva, entre os frequentadores, a participação.

⁴⁶ Doraci Alves Lopes, professora de sociologia na PUC- Campinas, foi militante do movimento. Antes da formação do movimento, Doraci compunha o jornal Repórter da Região e era, também, filiada ao PT. Em seu livro: "Marginais da História? O movimento dos favelados da Assembleia do Povo (1979-1986)", Doraci apresenta o momento de formação do movimento, seus dilemas e as batalhas do movimento diante da prefeitura. O livro é um documento histórico sobre a Assembleia do Povo.

⁴⁷ Podemos dizer que na década de 80, o PT teve uma relação mais no sentido de uma construção conjunta, mas hoje se iguala aos outros partidos, mantendo relações de troca em que a disputa eleitoral é o principal objetivo da aproximação.

contatos para “troca” de favores. O que marca essa relação é que, geralmente, a liderança não é convidada a conhecer o programa do partido e nem fazer parte dele, mesmo porque a visão hegemônica que o representante/ partido tem da liderança comunitária é de sua incapacidade de entender a ação dentro de um programa político, por isso mesmo o papel que se pensa para ela é o de que ela auxilie, com seu poder local de influencia, o voto no candidato/partido. As lideranças não são totalmente manipuladas por esse tipo de intenção e nem a desconhecem, mas analisam cada contexto para verificar a validade de estabelecer esse tipo de vínculo. Ruth, por exemplo, estabeleceu contatos com vários representantes no período em que atuou na associação, porque sempre teve como “natural” que através desses contatos pessoais é que “as coisas acontecem”. Participação popular é cobrar dos governantes as necessidades locais, sendo a cobrança pessoal a mais eficaz. A concentração do poder de decisão em uma autoridade não é vista como problemática, a preocupação se fixa em ter influência pessoal sobre o governante de modo que, em troca de sua permanência no poder, este direcione benefícios locais. O contato pessoal e a troca de “favores” são aspectos centrais das relações entre as lideranças comunitárias e os governantes/ partidos. Estes contatos são cotidianos e influenciam a visão que os moradores têm da política.

Analisando as informações sobre este grupo, podemos destacar que: a) a maioria dos antigos moradores veio do meio rural e essa experiência os ajudou, até certo momento, na sobrevivência na cidade, pois, foram inseridos nas atividades mais precarizadas do mercado de trabalho, sem acesso aos mínimos direitos sociais. Essa inserção tão marginal aumentava a tensão cotidiana e a instabilidade, tornando mais difícil a organização coletiva das demandas sociais, por isso não foi a experiência sindical, como ocorreu com tantos trabalhadores na expansão industrial brasileira, que marcou a formação política desses moradores, mas sim os trabalhos de base das igrejas, principalmente da católica; b) a aproximação com a Asp foi facilitada por essa relação, visto que parte do movimento era formado pelas comunidades eclesiais de base. O espaço das igrejas às reuniões de bairro, aliado aos incentivos da Assembleia do Povo, alimentou o engajamento dos moradores e c) entre fins de 1970 e início de 1980 houve muitas manifestações, atos públicos, reuniões; as batalhas locais

encontravam subsídio nas discussões que eram feitas na cidade, envolvendo outras periferias e também a perspectiva de ampliação democrática, sustentada principalmente pelo PT, partido que aglutinou, no momento de sua formação inicial, várias forças progressistas e conseguiu relacionar as lutas por infraestrutura e serviços públicos à luta pela participação popular nos projetos estatais. Todo esse processo incitava a ampliação da noção de política, questionando o autoritarismo de estado e suscitando o desejo de participação popular, sem deixar de conviver com as relações clientelistas entre lideranças, representantes políticos e partidos.

2 – Os militantes que chegaram na década de 1990

Os moradores mais antigos estão no Campo Belo I, já a história do Campo Belo II começa com uma primeira ocupação organizada, ocorrida em 1992 e seguida de outras duas, que ocorreram na mesma década. As pessoas vindas com as ocupações trazem experiências diferentes das vividas pelos primeiros moradores. Se entre os mais antigos, o principal meio de sustento era o trabalho informal, os que chegam via ocupação são marcados por essa posição, mas há também variadas experiências, são trabalhadores do comércio, metalúrgicos, funcionários públicos de cargos de menor remuneração.

Muitos dos recém-chegados já haviam transitado por outras periferias das grandes cidades em busca de um lugar para morar. Outros, como aqueles que formaram a Associação de moradores do Campo Belo II, já tinham experiência em ocupações anteriores e a vinda para Campinas estava ligada também ao projeto de militância na cidade. A trajetória desse grupo, em particular, segue o percurso do PT da década de 90, com a aposta na aproximação dos espaços institucionais, direcionando grande tempo das lideranças para participar das reuniões nos conselhos e nas negociações com as secretarias municipais e deixando para um segundo plano as reuniões de bairro. Muitos destes militantes também têm vínculo com a igreja católica, mas é a convivência partidária, prioritariamente, que influencia suas significações de

mundo. O vínculo que essas pessoas mantêm com o partido é diferente daquele encontrado entre os antigos moradores. São militantes orgânicos, foram formados num momento de transição do PT, em que ainda existia um plano de trabalho de base, mas o partido já ia adotando a centralidade do caminho eleitoral.

Esses novos moradores chegam ao bairro com relativa experiência em debates públicos e trazem o objetivo de ampliar a participação popular nos espaços de decisão, seja pela entrada na via institucional, seja pela ação direta. A estruturação da Associação de moradores do Campo Belo II expressa esse posicionamento, em sua direção há três pessoas: duas mulheres que moravam em Osasco, onde já haviam participado de outra ocupação e vieram ao Campo Belo por indicação do PT, ao qual são filiadas, e um senhor que veio de outro bairro periférico da cidade, atraído pela necessidade de um lugar para morar e também pelo sonho de formar uma ONG para trabalhar com jovens. Os três estão na direção da associação desde que a fundaram, há mais de 20 anos e já estabeleceram uma rotina de participação em reuniões com representantes da prefeitura e uma rede de contatos que os coloca diante dos outros moradores como uma autoridade, numa clara relação de tutela. Quando alguém chega ao bairro reclamando não ter onde morar são os três que indicam se há ou não possibilidade de “arrumar um terreno”, são eles, também que fazem o cadastro e seleção das famílias para recebimento de cestas básicas, vindas da Secretaria de Assistência Social.

Há também, no Campo Belo II, outros moradores que se dedicam à atuação nos espaços de interlocução entre Estado e os moradores, eles estão nos conselhos de saúde e de educação e também nas outras três associações de bairro que há por ali, mas os militantes que apontamos acima são os mais conhecidos. Pelo contato com pessoas ligadas à militância pela cidade, esses moradores têm maior facilidade de acesso a informações e conseguem organizar atos, ocupações, pois contam com ajuda do partido e sindicatos. Essa agilidade não significa que tenham poder de influência inquestionável na região, pelo contrário, há muitos questionamentos e disputas por poder dentro do bairro. A maior visibilidade desta associação em relação às outras

parece estar ligada mais aos contatos políticos que ela estabeleceu com o governo municipal nos últimos anos.

3 – Os que chegam pela compra do imóvel e as novas gerações

Entendemos num mesmo grupo aqueles que chegaram pela compra e as novas gerações por identificar entre eles distanciamento em relação às lutas políticas que se travam no bairro. É o que ocorre com as filhas de Pedro, por exemplo: o pai está há mais de vinte anos na luta contra a remoção dos moradores, mas as filhas não veem com o mesmo entusiasmo o caminho do pai. Rita, uma de suas filhas, mora com o filho de três anos numa pequena casa, construída no fundo da casa dos pais. O marido de Rita está preso há dois anos e é a família quem ajuda no sustento dela e da criança. Foram várias as tentativas de Pedro em envolver Rita na luta por melhorias no bairro, mas a filha não quer participar das reuniões, pois não vê nenhum sentido nesses espaços.

Essa “falta de sentido” na ação política coletiva é bem difundida entre os moradores. Muitos chegaram ao bairro pela compra de um terreno ou imóvel e desconhecem as lutas anteriores para permanência no bairro. Somado ao desconhecimento da história do bairro está também o entendimento de que “política não se discute” e de que deve haver mais empenho na mudança através da trajetória individual, ficando, então, como “perda de tempo” a realização de reuniões e manifestações. Houve uma diminuição gradativa das expectativas em relação à eficácia da mobilização popular e das tentativas de interferir nas decisões estatais, o que se soma à ideia de que a política deve ser tocada por bons administradores, por pessoas que “entendem”.

Em relação aos que chegam pela compra há a influência da trajetória. É mais provável que alguém que chegou ao bairro pela ocupação se envolva com a luta pela permanência do que quem veio pela compra e se vê, então, com maior garantia de permanecer ali. Porém, em relação aos filhos de antigos moradores, esse não é um

elemento explicativo, afinal eles acompanham ali o envolvimento dos pais e tenderiam, portanto, a reconhecer o significado das lutas.

Talvez os motivadores do envolvimento dos pais tenham se transformado e hoje já não motivam mais. Tomemos, por exemplo, as igrejas. Na década de 1980 houve ali um padre que foi figura central na luta dos moradores. A oratória do pároco nutria o convencimento à participação. Pedro teve, também, a figura do pastor no incentivo ao trabalho comunitário. As igrejas tiveram, pelo que as informações indicam, um papel de catalisador das lutas. Já hoje a presença religiosa com este perfil não é encontrada. Pelo bairro há duas igrejas católicas e várias evangélicas, mas não ouvi nenhuma referência a elas nas reuniões dos moradores.

Em pesquisa sobre a participação em São Paulo, Avritzer (2004) aponta que, entre os que participam de alguma forma de associativismo, a maioria, 51%, refere-se ao associativismo religioso. Esta informação indica que as igrejas são um importante espaço de formação de discursiva e podemos verificar que essas ideias não estão conduzindo as pessoas, tal como ocorreu na década de 1980, ao envolvimento nas batalhas pela participação popular na política. Diante de tantos acontecimentos violentos no bairro não há manifestação das igrejas e nem ajudam na mobilização. O grande número de moradores que frequentam os espaços religiosos contrasta com a baixa participação nas reuniões de moradores. Essa transformação influencia a diferença que notamos entre a geração anterior e a atual. A separação entre trajetória individual e a coletiva aparece como um valor presente entre os que frequentam as igrejas contemporâneas, num reforço à ideia de que a ascensão social está ligada única e exclusivamente ao empenho individual. Todo esforço passa a ser, portanto, pelas tentativas de alterar a posição individual no sistema, ficando quase sem sentido o envolvimento em questões coletivas que problematizem as desigualdades. As correntes religiosas hegemônicas se aproximam muito do ideário liberal.

Aliada à mudança qualitativa da presença das igrejas no bairro, podemos apontar que a mudança no PT é, também, fator de influência na desmobilização. Se tomarmos as contribuições da Asp, em que maioria dos integrantes estavam dentro do PT, na organização dos moradores, podemos indicar que a centralização do partido na

via eleitoral e a consequente hierarquia entre os eleitos e a base fez com que a contribuição formativa e aglutinadora do partido se diluísse até se perder. Os militantes do partido no bairro, grupo que mencionamos no tópico anterior, priorizam a atuação nos espaços institucionais e estabelecem com os outros moradores uma relação distante e pouco orgânica, sendo grande parte do tempo dos militantes usado para fazer campanha eleitoral para os candidatos do partido ou para atuar em espaços de interação com representantes estatais.

Um terceiro e último fator que relacionamos a repulsa a participar é o aumento do poder de persuasão que as ideias neoliberais tiveram a partir de 1990. De uma maneira geral, os espaços formativos – as escolas, locais de trabalho, de lazer, a mídia – passam a difundir mais incisivamente um conjunto discursivo que conseguiu aumentar seu poder de convencimento e modelar as posições políticas. Fortaleceu-se a ideia de que entre sociedade civil e política existe uma separação e de que o empenho do indivíduo deve se concentrar em alterar sua posição no sistema, não se preocupando em mudá-lo, pois é inútil, não há alternativas. Fortalece esse entendimento, a interpretação hegemônica que se faz da queda do Muro de Berlim, como se ela significasse a morte do que foi a proposta de mudança, como se o que ocorreu na Rússia⁴⁸ tivesse sido mesmo algo diferente e que faliu, demonstrando a impossibilidade de mudanças políticas mais estruturais.

Anderson (2007) observa que a reformulação e atualização das ideias liberais, que chamamos de neoliberalismo, surgem durante a guerra fria, são elaboradas por um conjunto de autores reunidos em torno de Friedrich Von Hayek. Tal grupo desenvolveu ideias que, naquele momento, não encontram grande ressonância, porém, décadas mais tarde, com a crise dos anos de 1970 e a queda do bloco soviético, elas ganham espaço e passam a ser meio de interpretação que persuadiu tanto grupos

⁴⁸ Neste sentido, são importantes os apontamentos de Kurz em “O colapso da modernização”. O autor mostra como parte da lógica de divisão do trabalho capitalista se fez presente também no leste europeu, de modo que o que ocorreu foi um capitalismo de estado, ou como o autor denomina com as expressões: socialismo real e estatismo. Nessa linha de raciocínio, o autor aponta que o sistema russo faliu não porque era diferente, mas porque era igual, e essa falência há de se espalhar, atingindo os países capitalistas centrais. Concordamos com a posição do autor, em sua identificação das similaridades entre o ocidente e o socialismo de estado.

de direita, como muitos da esquerda. A difusão de tal matriz discursiva influencia o contexto de elaboração interpretativa dos moradores e se faz presente, em certa medida, nas ressalvas em organizar coletivamente a resistência ao autoritarismo que lhes afetam diretamente.

A decisão de participar das mobilizações

Para pensar o processo de tradução da experiência, buscamos identificar os discursos dos moradores do Campo Belo para justificar sua participação ou ausência nas mobilizações coletivas. Partimos da consideração, trabalhada no início deste capítulo, de que entre a experiência e as práticas que a ela correspondem operam os discursos, os quais compõem, neste caminho, os sujeitos.

Para identificarmos as justificativas para atuação coletiva, optamos por perguntar aos moradores porque se aproximaram (ou não) da associação de moradores. Mesmo cientes de que há outras formas de mobilização pelo bairro, decidimos questionar a participação nas associações de moradores porque estas foram, mesmo com toda a ambiguidade que as compõem, o principal espaço de mobilização contra a desapropriação do Campo Belo para expansão do aeroporto de Viracopos.

Os argumentos dos moradores para atuar ou não nas associações de bairro puderam indicar quais os aspectos que incentivam/ inibem sua atuação política em coletivos e permitiram-nos pontuar as idéias que influenciam mais intensamente a decisão de construir o espaço de mediação, assim como de permanecer ou abandoná-lo. Durante a pesquisa de campo, percebi que as pessoas mais sensibilizadas com a luta pela permanência estão ou estiveram na associação, o que não significa que todos que estão na associação o fazem por interesses coletivos, o trabalho eleitoral para algum partido/representante político também é o motivo interesse de alguns pela associação, assim como há aqueles que carregam esses dois tipos de interesses.

Interessou-me investigar os fatores que suscitam nos moradores uma pré-disposição a compor ou não ações políticas coletivas.

Quando interrogados sobre o que os teria levado a compor a associação, os moradores expressaram as seguintes respostas:

1)

“Porque, eles, os poderosos, pensam que a gente não pensa. E se você fica quieto, eles fazem o que querem. Para eles, nós somos os favelados, mas nós sabemos que temos direitos, o lugar aqui é nosso porque quando chegamos não tinha nada, nós fizemos o lugar e a lei vai reconhecer nosso direito. Eu tô na associação porque se você não luta e fica quieto, os gananciosos passam por cima” (Valéria, Associação de moradores do Campo Belo I, ao falar, durante a reunião com os moradores, o porquê ela julga importante estar na associação)

2)

“Eu sempre quis fazer algum trabalho comunitário, principalmente com jovens, aí eu vi que tinha essa chance aqui. Entre nossas batalhas está a creche para as crianças, já conseguimos uma casa, e também queremos fazer um centro esportivo para os jovens, porque aí eles não ficam pela rua, facilitando para as drogas. Eu adotei essa garotada, aqui quando a família tem um problema, a gente vê no que dá para ajudar, né!?” (João, Associação de moradores do Campo Belo II, em entrevista à autora, explicando o que o trouxe à associação)

3)

“Porque Deus te colocou no mundo com alguma missão e você não pode fugir dela, tudo o que você faz para a comunidade está cumprindo uma determinação divina e Deus te mostra o melhor caminho, não pode desistir com os obstáculos. Se as pessoas não ouvem, não vem na reunião, não participam, não adianta desanimar, tem que continuar o trabalho” (Pedro, associação de moradores do Campo Belo I, ao tentar convencer uma moradora a não deixar a associação)

4)

“O trabalho na associação é uma forma de obrigar o governo a cumprir a lei, porque o direito à moradia, à água, à luz, à escola está na constituição e eles não podem passar por cima dela. Existe a lei que protege nossos direitos, mas temos que exigir seu cumprimento” (Pedro, associação de moradores do Campo Belo I, explicando à autora porque está na associação há mais de 20 anos)

5)

“Chega uma hora em que a gente cansa de acreditar; você vê que o pessoal acredita na liderança, vai dando abertura, segue as orientações e tudo. Aí você vê que o cara começa a receber visita de assessor de vereador, de gente da prefeitura, recebe convite pra festinhas e tal. Aí você pensa que essa influência da pessoa pode ser boa, pro cara negociar e fazer mais pressão, mas com o tempo você percebe que a coisa não acontece, que a coisa tá estranha, confusa e você vai perdendo a firmeza. Chega um dia que você não sabe em quem acreditar” (Ivete, moradora do Campo Belo I, explicando à autora porque se afastou da associação)

Entre as falas selecionadas, há componentes de quatro campos discursivos que se mostraram mais incisivamente durante o trabalho de campo. Analisamos as falas tentando identificar-lhes os campos discursivos de maior influência.

Nas palavras de Valéria (resposta 1) mostram-se aspectos do campo discursivo que denominamos como coletivismo: a identificação de que se vive uma mesma situação de subalternidade e a necessidade de contestá-la chamando a seus pares para a ação coletiva. O coletivismo induz entre os moradores relações mais horizontais, onde as hierarquias são desafiadas pelo sentimento de pertencimento a uma situação comum e pela necessidade de questionar os argumentos que justificam a desigualdade de que são fruto. São episódios em que as percepções são mais amplamente compartilhadas e o poder de deliberação não se concentra em um ou outro, mas fica mais difundido entre os sujeitos, tornando mais fluídas as hierarquias e permitindo um envolvimento mais abrangente na construção da resistência à remoção. O coletivismo se mostra nos momentos em que as justificativas para as formas de assimetria social são mais intensamente questionadas e a ação coletiva e direta tem preferência em relação aos esquemas de representação, visto que há um anseio pela atuação e

construção coletiva das decisões. O coletivismo é o menos alimentado dos discursos que rondam as experiências, mas se faz presente nas interpretações, entrelaçado a outros discursos.

Nas falas de João e Pedro (respostas 2,3 e 4) identificamos traços do personalismo, trazendo a figura de um ‘herói’ que teria mais visão política e capacidade analítica que seus pares e chama para si a direção do grupo. O personalismo, marcado por uma divisão entre deliberação e ação, entre quem decide e quem segue as decisões, se firma na subalternização das diferenças culturais – seja de saberes, de raça, de gênero e/ou outra marca – e se sustenta pela constituição de um personagem central, construído como centro a partir da inferiorização do outro. Quanto mais o personagem central – que pode ser um sujeito ou um grupo - tem poder de persuasão e decisão, mais dependente e vulnerável é o grupo.

A entrada na associação, fundamentada por essas idéias, pode seguir dois intuitos: um envolve um princípio iluminista típico, de ‘ajudar’/iluminar os outros, menos capazes, a direcionar-se politicamente e outro, em posição complementar, refere-se à necessidade de encontrar uma autoridade que o guie, como nas palavras de Rose, moradora do bairro: “o que a gente precisa aqui é de alguém com firmeza, que fale com segurança, força e consiga arrastar esse povo pra luta”.

A força do personalismo entre os moradores expressa a quantidade e intensidade dos discursos que justificam a organização centralizada e constroem uma valoração escalonada dos sujeitos, atribuindo-lhes diferentes capacidades intelectuais e a necessidade de serem guiadas por um personagem-centro. O personalismo é alimentado tanto por grupos de direita, que embasados pelo ideário liberal suscitam a noção de capacidades natas individuais, como por alguns de esquerda, guiados pela idéia da vanguarda intelectualizada/ iluminista que leva aos bárbaros/ alienados a luz.

O personalismo tem certo efeito inicial agregador, a ânsia por liderar – ou por ser guiado – conduz alguns à associação, envolvidos em um perfil de participação condicionado pelas definições que são dadas prioritariamente pelo personagem central. A figura da liderança centralizadora, se encoraja alguns a somarem-se à ação

coletiva, também acaba por inibir intervenções mais autônomas. São Expressivas, neste sentido, as falas de Pedro e Ivete (respostas 3 e 5). Ivete demonstra a relação de tutela mantida com a liderança e a frustração que pode advir dela, levando ao afastamento, à perda de sentido em participar. O afastamento se dá porque “a gente cansa de acreditar”, um acreditar que pressupõe a transferência da ação a uma autoridade local. Assim a atuação política é entendida, deve haver um comando central que seja habilitado para dar uma direção e participar, neste sentido, significa pensar a melhor forma de operacionalizar o comando da liderança. Nas palavras de Pedro (resposta 3) a centralidade do personagem é justificada pela religião, há uma dimensão sagrada que define os sujeitos que possuem uma visão mais apurada e podem, assim, guiar o grupo.

O terceiro campo discursivo que identificamos contempla o Estado, em especial o direito, enquanto espaço de disputa em que se pode obter conquistas e, gradativamente, o controle popular das instituições. A idéia de participar para “obrigar o governo a cumprir a lei” (fala 4) traz a noção do direito enquanto um instrumento que pode ser usado, dependendo da conjuntura, a favor de qualquer dos grupos em confronto e, nesta direção, ocorre a valorização da atuação nos espaços de interlocução entre Estado e movimentos populares. O direito, nesta perspectiva, seria fruto, não dos interesses da classe dominante, mas do conflito de grupos/classes, havendo possibilidade de conquistas em seu interior, o que leva à centralidade dos espaços em que as leis/estatutos/planos diretores são formulados e também dos momentos em que seja possível cobrar formalmente os representantes estatais a cumprirem os códigos legais. Neste campo discursivo, a atuação política popular está intensamente ligada à participação nos canais institucionais e, por isso, nos referimos a ele como participacionismo.

O participacionismo, decorrente da influência dos movimentos que eclodiram nas décadas de 1970 e 80, é posição que também se mostra presente entre os que se envolvem com a associação, é bem presente o objetivo de atuar para exigir o cumprimento da lei. Há uma expectativa em relação ao Estado democrático de direito, em que a justiça aparece como espaço em que se obtém conquistas através da

discussão jurídica. A ideia de participar para “obrigar os poderosos a cumprirem a lei” traz implícita a noção de que a justiça é um poder neutro, que cobra de todos o cumprimento de deveres e obrigações.

Baierle (1992) acompanhou as reflexões sobre o papel do direito e do Estado que aconteceram nos movimentos sociais de Porto Alegre nos anos de 1980. O autor pontua que a luta pela Reforma Urbana baseou-se, por demasiado tempo, na discussão jurídica e acabou por direcionar muitos militantes para os espaços institucionais, em detrimento da construção e mobilização de base. Baierle analisa que esse deslocamento evidenciou os limites da atuação nos canais institucionais e a necessidade de traçar caminhos que transpasse as delimitações impostas nos desenhos institucionais.

A expectativa de que a luta institucional – centralizada nas discussões sobre a legislação – conduzisse a avanços do controle popular na política levou, em alguns movimentos populares e trouxe a revalorização da organização de base dos movimentos e das ações diretas. Porém essa mudança de eixo não foi generalizada e não significa que a interpretação da justiça enquanto espaço central de luta política tenha perdido espaço. Esta permanece preocupação central de muitas lideranças, como se percebe no Campo Belo. As reuniões mais frequentadas são aquelas que contam com a presença de advogados, pois se deposita grande expectativa nas leis e na possibilidade das decisões jurídicas exercerem uma defesa dos interesses populares, como se a lei estivesse acima do poder político. O ideário que contempla o campo jurídico como espaço de resolução de conflitos e garantia de direitos exerce grande influência nas associações de moradores e se, num primeiro momento, é uma das grandes motivações para participação dos associados, posteriormente, à medida que os direitos do papel não se concretizam, se mostra um fator de afastamento.

O coletivismo, o personalismo e o participacionismo possuem, em diferentes intensidades e carregados de contradições, um efeito agregador e suscitam diferentes formas de participação política. Já no liberalismo, o quarto campo discursivo que indicamos, esse efeito é quase nulo, há nele um apelo à irrelevância/ falta de sentido das tentativas de influenciar as decisões políticas. Esse modo de pensar está presente

entre os moradores, principalmente entre os que moram a menos tempo no bairro, tornou-se evidente nos momentos em que eu tentava identificar as pessoas mais envolvidas com as associações de bairro:

“Olha, moça, eu já ouvi falar de um senhor aí que é da associação e que de vez em quando chama para umas reuniões, mas eu não sei direito quem é, aqui no bairro não conheço muita gente além dos vizinhos do lado, por isso não sei direito da associação” (Vera, Moradora do Campo Belo I há 3 anos, quando perguntei se ela poderia me indicar alguém da associação)

“Difícil lembrar agora de uma associação de moradores por aqui, nem sei de falar o nome de alguém” (Valter, morador do Campo Belo I há 4 anos, quando perguntei se ele poderia me indicar alguém da associação)

As falas de desconhecimento das associações e de pessoas ligadas a elas é bem comum, demorei um tempo para conseguir referências sobre um associado. Certamente as falas expressam a atuação restrita e pouco mobilizadora de muitas associações, mas evidenciam também a baixa procura por espaços em que seja possível discutir os problemas que todos ali enfrentam.

As associações, mesmo envoltas em burocracia, autoritarismo e relações clientelistas, foram, durante a luta contra a desapropriação, o principal espaço político de resistência. A cobrança coletiva forçava as lideranças mais suscetíveis a cooptação a ter uma atuação mais incisiva, mas hoje a participação nas reuniões é pequena. Há uma dificuldade ainda maior de convencimento a compor as ações políticas coletivas. O ideário liberal, que tentam o convencimento sobre a inutilidade da mobilização popular, ampliou seu poder de aderência.

Os quatro campos discursivos apontados – coletivismo, personalismo, participacionismo e liberalismo – estão espalhados no tecido social e desenham a opção política dos moradores em compor ou não as mobilizações populares. São discursos que se misturam, se colidem e travam entre si conflituosos diálogos e nutrem diferentes posicionamentos políticos.

Podemos destacar que, entre os mais antigos, o espaço da igreja – a católica e a evangélica – opera a figura da liderança enquanto alguém que cumpre uma indicação

divina, recuperando o personagem central, com habilidades especiais, que deve orientar os grupos. O líder deve cuidar do grupo, decidir o que é melhor para esse. Em contrapartida, o grupo deve seguir as orientações do líder. Cria-se entre essas figuras centrais e os moradores uma relação de tutela, o grupo está frequentemente à espera das indicações da liderança e não age na expectativa de que esse o faça. Mostra-se nessas relações o personalismo, na concepção de que a vida em grupo exige a transferência do poder coletivo a um personagem central, que pode ser um indivíduo ou um grupo. As justificativas para desigualdade de poder podem se firmar no perfil carismático do líder – no sentido weberiano – em seu conhecimento técnico ou na experiência política. Os critérios para distinção entre lideranças e liderados podem, portanto, variar. Entre os mais antigos a questão do carisma tem peso forte, é dada importância ao bom orador, àquele que tem facilidade de se relacionar e manter contatos. Já entre os militantes, a justificativa é a experiência e o saber político. Os militantes seriam como “orientadores” do povo, dado seu poder de visão a longo alcance, a ideia de vanguarda do proletariado é incorporada entre eles. As justificativas para diferença de poder são diversas, mas o efeito desse modo de se ver e organizar é o mesmo: o coletivo se fragiliza diante da expectativa de que a liderança haja ou mesmo indique o que deve ser feito.

A relação de tutela garante espaço para que interesses estranhos aos moradores acompanhem as movimentações coletivas no bairro. Exemplo disso foi uma ocupação que ocorreu no bairro em 2009. Muitas pessoas que precisavam de moradia foram chamadas a ocupar uma área ali na região, houve ajuda financeira de um partido e um sindicato e a ocupação conseguiu concentrar perto de 1.500 pessoas. A coordenação responsável pela negociação, formada pelos militantes partidários, não conseguiu realizar nenhuma reunião – publicizada - com a prefeitura. Diante da reintegração de posse, muitas famílias ficaram em desespero, sem saber como agir ou para onde ir. Para as famílias, a ocupação foi um fracasso e trouxe como aprendizado a ineficácia da ocupação e um sentimento de impotência, mas quando conversei com as lideranças, essas apontaram o sucesso do ato diante de seu objetivo de forçar a prefeitura a investir na urbanização do bairro. Para as famílias o interesse na ocupação era um, para as lideranças era outro. A decisão da ocupação, assim como os objetivos

que a guiaram, não passaram por uma discussão deliberativa entre os moradores. A decisão foi feita entre um grupo – o personagem central – é esse quem elabora as táticas, de acordo com objetivos traçados de forma restrita.

Há momentos em que essas figuras centrais são diluídas no sentimento de coletividade entre os moradores e isso se dá quando é afirmada a oposição entre a população e o Estado: as pessoas reconhecem, então, que são iguais no modo como são tratadas e, pela revolta à situação subalterna, estabelecem entre si laços de cumplicidade e constroem mais coletivamente suas opiniões.

Presenciei alguns desses momentos nas reuniões das associações. Quando aconteciam, se rompia a centralidade da liderança, mais pessoas se colocavam e traziam percepções de seu cotidiano, o que estimulava outros a fazerem o mesmo, rompendo a timidez e a ideia de que estavam ali para “ouvir as orientações”. O coletivismo compõe os atos públicos de resistência, mas é preciso considerar que os espaços em que essas posições são nutridas são menos numerosos que os do personalismo, por exemplo. Mas o que queremos destacar é que elas existem, questionam as hierarquias e estão ali presentes, na batalha pelo convencimento.

Entre o grupo de militantes que chegaram com as ocupações e também alguns moradores que se aproximaram dos espaços de educação e saúde do bairro, o participacionismo é mais intenso. Há preocupação central em atuar nos canais de interlocução entre a população e o Estado, como os conselhos municipais. Prioritariamente são as reuniões do partido e/ou dos conselhos que definem suas opiniões e os contatos que são estabelecidos com os outros moradores são mais no sentido de informar a esses dos acontecimentos ou convocá-los a participar de votações, manifestações e outros atos públicos.

Os conselheiros tornam-se pessoas de referência no bairro e acabam por levar aos espaços institucionais as queixas relacionadas ao serviço público bem como as demandas dos moradores, forçando alterações na rede pública local. Entretanto, são poucas as ocasiões em que os conselheiros definem junto com os moradores os assuntos que serão levados para as reuniões do conselho, o mais frequente é que os

conselheiros levem suas percepções pessoais para as reuniões e nesses espaços ocorra um momento mais formativo. O mesmo se dá com os militantes partidários, sua atuação no bairro é mais no sentido de trazer as orientações do partido do que de fazer discussões locais em que se tire uma posição entre os moradores.

A inflexão institucional é pontuada em vários trabalhos sobre movimentos sociais. Em Carvalho (1998) e Tatagiba (2006) encontramos considerações sobre as mudanças no perfil da participação popular que ocorreu entre as décadas de 1980 e 1990. Como pontuam as autoras, os movimentos da década de 1980 trazem um predomínio de ações diretas e de ações contestatórias em que os confrontos com o Estado são mais frequentes, já na década de 1990, inclusive como fruto das lutas, se ampliam os espaços de interlocução com o Estado, o que suscita relativa expectativa em relação à possibilidade de interferência popular na política através desses canais:

“O processo constituinte, o amplo movimento de “Participação Popular na Constituinte” (...) marca este momento de inflexão e uma nova fase dos movimentos sociais. Momento em que as experiências da “fase” anterior, predominantemente reivindicativa, de ação direta ou “de rua”, são sistematizadas e traduzidas em propostas políticas mais elaboradas e levadas aos canais institucionais conquistados” (Carvalho, 1998: 12)

“Se nos anos de 1970 e 1980 a participação se legitimava em referência à ação contestatória dos “sem voz”, associando-se a fortes utopias transformadoras, nos anos 90, o ideário participacionista encontra novo fundamento nas exigências próprias à moderna gerência” (Tatagiba, 2006:140)

A expectativa de ampliação da participação popular nas decisões governamentais, ou ‘partilha do poder de governar’ ressurgiu com força nos anos 90 e guiou a ação de muitos militantes, o que exige desses habilidades para lidar com as contradições que cercam os espaços de interlocução com o Estado.

Sobre as possibilidades e limites dessa forma de participação, que na bibliografia é nomeada democracia participativa⁴⁹, há um debate em que os posicionamentos se movem entre a ênfase na possibilidade de construção democrática, a partir das reflexões sobre a atuação nesses canais (Tatagiba, 2006;

⁴⁹ Análise sobre as formas de democracia participativa e seus limites é encontrada em Pereira (2007).

Dagnino, 2006; Avritzer, 2004), e as ressalvas de que a centralidade deste perfil de participação pode funcionar como enquadramento e mistificação da idéia de ‘partilha de poder’ (Naves, 1981; Maricato, 2007). As interpretações se diferenciam pelo destaque conferido às possíveis conquistas políticas na interlocução entre Estado e movimentos ou pelo apelo à necessidade em se apontar os limites dessa forma de atuação, mas as diferentes análises não deixam de considerar que as conquistas e deturpações rondam esses espaços.

Como subsídio à interpretação da atuação institucional dos moradores do Campo Belo, tomamos as reflexões construídas pelas diferentes perspectivas teóricas para pensar a ambiguidade que envolve a participação institucional. Entendemos que, a partir de 1990, os movimentos sociais, em decorrência do acúmulo de discussões e também dos obstáculos dados pela sofisticação do discurso neoliberal, ampliam sua atuação nos canais institucionais, sendo em muitos momentos absorvidos ou mesmo perdendo parte do caráter de contestação.

O apontamento feito por Evelina Dagnino (2006) de que o projeto neoliberal⁵⁰, para conseguir receptividade local, precisa estabelecer táticas de persuasão aos grupos que lhe resistem, nos faz considerar que a construção das ações dos movimentos envolve um confronto de significados, embora esse confronto fique menos visível em virtude da sofisticação do discurso e práticas neoliberais.

Quando Dagnino menciona a ‘confluência perversa’ refere-se ao fato de que muito do vocabulário dos grupos de esquerda foi apropriado e recontextualizado por grupos liberais e a ênfase na participação popular é expressão desse processo: a participação institucional, na perspectiva dos interesses populares, só faz sentido na

⁵⁰ Destacamos uma citação da autora que delinea na batalha por convencimento as táticas que tentam anular o confronto a partir do redirecionamento das questões: “As referências, estratégias e formas de atuação das forças vinculadas ao projeto neoliberal nos distintos países, se não se afastam das direções adotadas no nível global, adquirem especificidades próprias na medida em que são forçadas a estabelecer, localmente, relações de sentido e um terreno de interlocução com os campos adversários. Daí a necessidade, em alguns casos, de utilização de referências comuns, cujo significado, no entanto, deve ser deslocado...Utilizam-se as mesmas palavras e referências, mas o seu significado já é outro, ainda que essas diferenças não se explicitem com clareza, o que precisamente torna perversa a confluência” (Dagnino, 2006: 55)

medida em que haja interferência nas decisões políticas estatais, já para os grupos neoliberais a participação é transformada em cooperação com as políticas de Estado.

A disputa pelo sentido da participação é um dos aspectos que tecem a ambiguidade da atuação nos canais institucionais. Outro, que se mostrou claro entre os moradores, é o diálogo que a democracia participativa faz com a ideia de representatividade. A eleição de representantes, por si só, é tida como avanço democrático, ficando sufocados os processos de deliberação coletiva. Muitas vezes, ocorre o contrário, o representante delibera nas reuniões e traz as “notícias” ao grupo, que se torna muito dependente do representante para obter informações; o que, inclusive, dificultam os processos de deliberação.

A centralidade conferida aos diálogos com o Estado, como ponderou Naves (1981), relativiza o fato de que as questões que serão deliberadas já estão pré-definidas, havendo um conjunto de temas cuja discussão nunca será feita, dado o caráter de classe do Estado. Maricato (2007), ao afirmar que “nunca fomos tão participativos” também traz ressalvas neste sentido. A autora contrasta as conquistas jurídicas advindas da atuação institucional (Estatuto da Cidade, o Programa Nacional de Regularização Fundiária, entre outros) e as condições atuais, em que se amplia a concentração da propriedade e a especulação imobiliária. As considerações de Naves e de Maricato nos faz refletir sobre o fato de que se ampliam os espaços de interlocução com o Estado, enquanto as decisões sobre a partilha da riqueza coletivamente construída contínua se dando em espaços fechados e restritos.

Disperso entre os moradores e com maior poder de influência está o liberalismo, que se mostra na gradativa resistência em participar de discussões e compor as ações coletivas. O caso da tentativa de remoção de 150 famílias de uma área pública no bairro foi um exemplo de como tal posicionamento está incorporado entre os moradores. Para as reuniões de discussão sobre a remoção, a associação de moradores do Campo Belo I, com o apoio de grupos externos ao bairro (militantes do PSOL e do MTST), fazia um chamado pelo bairro, através de convites pessoais e distribuição de panfletos. O comparecimento, em relação à população do bairro, foi pequeno. A reunião mais numerosa que participei contava com aproximadamente

vingte moradores. De uma reunião a outra, os integrantes não eram os mesmos, o grupo variava de reunião para reunião, tornando difícil planejar, a médio e longo prazo, as ações.

O liberalismo é nutrido cotidianamente nos espaços da mídia, da escola, do trabalho e está ligado às teorias da democracia liberal representativa em que o Estado é visto como uma máquina administrativa cuja gestão deve se dar estritamente por sujeitos especializados, os quais cuidariam dos interesses de um coletivo homogêneo e aos sujeitos cabe desenvolver suas habilidades pessoais para garantirem uma melhor inserção social, fazendo, assim a “sua parte”. O que esse conjunto de ideias propaga é a exacerbação de um individualismo, pois acima da vida em grupo, os sujeitos se definem por serem indivíduos com diferentes capacidades e potencialidades e devem, portanto, se esforçar para que essas potencialidades sejam desenvolvidas. Já que a atuação política de enfrentamento não tem sentido, o único fato que pode ser mudado é a trajetória individual e é nessa que os sujeitos se concentram. Neste posicionamento, é pressuposta a separação entre sociedade civil e política e a percepção da ligação entre a trajetória pessoal e o contexto político é embaralhada por discursos que afirmam a existência de diferenças natas entre os indivíduos e a necessidade de buscar a identidade pessoal nas relações de consumo.

O sentido da mediação

Formar um espaço para discussão sobre os problemas coletivos e as formas de enfrentá-los é uma necessidade que surge entre os moradores mais dispostos à intervenção política mais incisiva. Esse espaço pode ser materializado na forma do sindicato, do partido, de um movimento social; no caso da nossa pesquisa, identificamos essa intenção nas associações de bairro.

Os integrantes da associação são aqueles que entendem que há possibilidade de interferir na política e por isso veem a participação como algo fundamental. Ideias como “política não se discute”, “não adianta nós, pequenos, discutirmos, política é

questão de administração técnica”, “cada um que faça a sua parte para melhorar sua própria vida” encontram dentro desse grupo menor aderência. Mesmo que os motivos para entrar na associação sejam diversos, indo desde interesses eleitorais até o desejo de transformação social, o entendimento de que a organização popular pode interferir nas decisões políticas é disseminado entre os que se aproximam da associação. É viável considerar também que nem todos ‘dos que acreditam’ estão na associação, por discordarem do modo de atuação dessa e terem pouco ou nenhum espaço para criticá-la e propor mudanças.

O desejo coletivo de construir uma atuação política com maior poder de interferência existe em tais espaços, convivendo com outros interesses e posições, o que constitui permanente ambiguidade: podem ser um meio de construção da resistência assim como uma forma de adaptação do grupo ao projeto que julgam se opor. Essa dupla possibilidade acompanha a existência dos partidos, dos sindicatos, dos movimentos sociais e das associações de bairro. Para refletir sobre essa dinâmica resistência x controle, julgamos importante observar o modo como os moradores se relacionam e hierarquizam-se dentro das associações e como essa estruturação interna afeta as relações do Estado com o local.

A associação de moradores do Campo Belo I foi formada por um grupo inicial de cinco moradores, esses passaram a chamar a vizinhança para participar das reuniões da Assembleia do Povo, que ocorriam num colégio católico localizado no centro da cidade, e cobrar do Estado a regularização do bairro, a energia elétrica, o asfalto, entre outros. Um dos objetivos da Asp, enquanto movimento, foi ajudar na formação e fortalecimento das associações de bairro, para que os moradores se auto-organizassem e se preparassem para lutar por moradia e pela urbanização dos bairros. Esse esforço obteve êxito na organização local, pois alimentou em alguns moradores a disposição para interferir nos projetos de urbanização do bairro. A aproximação, no início da década de 1980, entre a Asp e os moradores gerou relativa autonomia local, tanto que o movimento desfez-se na institucionalização das lideranças, mas os frutos da convivência projetam-se como aprendizado político na trajetória de pessoas como Pedro.

Depois de dois anos de existência, os moradores precisaram registrar a associação em cartório por exigência da prefeitura, que para reconhecê-los queria um documento oficial, o qual, por sua vez, 'sugeriu' um modelo de organização: o presidente, o vice, os secretários. A exigência do registro em cartório e de que o grupo esteja organizado conforme uma ordem hierárquica (presidente, vice, secretários, conselho fiscal), justificadas pela "necessidade de organização", é passo inicial para controlar a movimentação da associação.

O coletivismo inicial que se forma entre os moradores e impulsiona a formação do espaço de mediação é desafiado por posições personalistas, induzidas tanto pelo Estado, nos incentivos à centralização da associação na figura do presidente, quanto pelos associados, que acabam por sentir a necessidade de centralizar o poder de direção do grupo, amparando-se no carisma, experiência política ou conhecimento técnico para indicar o presidente e a ele delegar o poder de negociar pelo conjunto. Quanto maior a legitimidade dessa liderança para "falar pelo grupo", mais o grupo é vulnerável às decisões pessoais da liderança e maior é a dificuldade de que mais moradores construam as decisões da associação, pois a espera pelo "representante" tem um forte efeito inibidor no grupo.

Valladares (1978), em análise das relações entre o Estado e as favelas cariocas nos anos 60 e 70, pontua que as Administrações Regionais municipais (ARs) impulsionavam a criação das associações de moradores, elaborando um conjunto de normas que essas deviam seguir e estabelecendo a vinculação direta entre as associações, as ARs e secretaria de Assistência Social. As relações estabelecidas transformam as associações de espaços políticos de organização local a um tipo de escritórios das administrações regionais. Essa ambigüidade sempre esteve presente na existência das associações de bairro.

Nas duas associações de moradores observadas, do Campo Belo I e Campo Belo II, é visível esse engessamento, ambas se organizam conforme o estatuto padrão das associações. Há a figura do presidente, de quem se espera que dirija a associação e também que traga o retorno atualizado das respostas obtidas, principalmente as da prefeitura. Nesse percurso, as reuniões deixam de acontecer e passa-se um tempo de

expectativa. Em paralelo a isso, são mantidas as “negociações” com os representantes políticos, essas de forma velada, somente tornam-se públicas em momentos específicos.

Se o Estado dispõe de mecanismos de controle e burocratização das associações, os associados, à medida que o percebem, buscam articular-se com outros grupos para fortalecer-se politicamente. Esta busca ficou evidente na associação de moradores do Campo Belo I, que buscou ajuda com um partido e um movimento para ampliar a mobilização popular no bairro. O contato com o partido repetiu a fórmula tradicional: o partido se aproximou, em teoria, para estimular os moradores à mobilização (o partido para o coletivo) e, na prática, atua, prioritariamente, para legitimar-se como representante popular (o coletivo para o partido), o que facilita a inserção partidária no Estado. Já com o movimento houve trocas de experiências e um incentivo maior à auto-organização dos moradores, mas a ligação foi um contato breve e logo as antigas negociações clientelistas e o contato emparelhado com o Estado voltam a centralizar a existência da associação, diminuindo o grau de coesão interno estabelecido entre os moradores anteriormente. A fala de Ivete, que mora no Campo Belo há 32 anos e acompanhou de perto a história da associação, revela o processo de esvaziamento:

“Houve um tempo em que as reuniões da associação eram cheias. Eu vinha sempre, acompanhava mesmo. Eram conversas sobre como fazer para chegar a água, o asfalto; conversávamos sobre onde fazer praças, deixar brinquedos para as crianças. Tinha a questão da escola, que demorou pra vir e depois tinha pouca vaga. Algumas vezes, fechamos a pista, queimávamos pneus para chamar a atenção. Tinham as festas juninas também. Até que comecei a perceber que numa reunião, era decidido uma coisa, mas o que se fazia era outra e aí numa outra reunião aparecia o político tal, até que aconteceu o dia em que a presidente da associação aparece com um vereador dizendo que era melhor a gente sair daqui, que a prefeitura tava vendo outro lugar. E aí, eu e muitos outros ficamos desconfiados, e depois deu no que deu, foi uma decepção. Hoje é mais difícil chamar, é difícil do pessoal vim” (Ivete, moradora do Campo Belo I há 25 anos)

A fala de Ivete evidencia que a construção da confiança política entre os moradores vai se fortalecendo conforme o percurso da tomada de decisão até a sua

execução é compartilhado por todos. O auto-reconhecimento do potencial de ação política do grupo vai se consolidando conforme os participantes se sentem envolvidos nas ações da associação, o que depende da coerência entre o que é conversado nas reuniões e os encaminhamentos tomados depois. A quebra desse ciclo diminui o comprometimento dos moradores e torna a organização mais suscetível às pressões do Estado, as reuniões vão se esvaziando, até que se chega a um momento (como o atual) em que é quase impossível organizar um fechamento de rodovia, por falta de quórum. Não que o esvaziamento que se nota hoje nas reuniões das associações seja determinado pelas relações internas, há todo um contexto de mudanças econômicas e políticas ocorridas nas últimas três décadas que influem nos espaços de representação política.

Todas essas mudanças têm impactos nas percepções políticas dos sujeitos e interferem diretamente em sua disposição para a atuação coletiva, mas a forma como um espaço de representação se coloca entre os moradores pode catalisar um envolvimento, assim como pode inibi-lo. Se isso não se desse não haveria tanto esforço do Estado em controlar a organização dos sindicatos e movimentos sociais, nem a preocupação de tantas empresas em patrocinar dirigentes sindicais e atrelar os sindicatos à política das empresas.

A consideração de Spivak (2010) sobre o duplo sentido da representação aponta o teor ambíguo dos espaços de representação. Quando a autora questiona: “pode o subalterno falar?”, uma delicada questão que envolve a representação emerge: “falar pelo outro” pode pressupor uma relação de subordinação entre quem fala e quem é silenciado. Os movimentos podem atuar, através da representação, como silenciadores, ao clamar a representação para abafar a fala própria, ou mesmo calar as vozes marginais – ou representação enquanto o ato de exteriorizar uma interpretação de mundo e, neste sentido, o papel dos movimentos seria buscar as condições para que os subalternos se expressem e não falar por eles, com um discurso monolítico e homogeneizador. A leitura de Carvalho (2001) sobre Spivak nos facilita a aproximação da crítica feita pela autora:

“A condição de subalternidade é a condição do silêncio. Daí sua discussão dos dois termos utilizados por Karl Marx no Dezoito Brumário de Luís Bonaparte para definir o sentido de representar a *Vertretung*, que é a representação enquanto uma procuração passada a terceiros, típica da representação política das minorias diante do Estado; e a *Darstellung*, que é a representação enquanto um modo de retratar os sujeitos representados por seu porta-voz, o qual inevitavelmente deve também auto-representar-se como sujeito histórico nesse processo, na medida em que deve também identificar-se como membro da categoria genérica de seus representados (Spivak, 1990, p. 108-109). No caso da *Vertretung*, assistimos ao dilema constante das classes oprimidas de necessitarem mediadores para que sejam consideradas como atores legítimos de reivindicação. O subalterno carece necessariamente de um representante por sua própria condição de silenciado. No momento em que o subalterno se entrega, tão somente, às mediações da representação de sua condição, torna-se um objeto nas mãos de seu procurador no circuito econômico e de poder e com isso não se subjetiva plenamente. No capitalismo, o indivíduo que não controla os meios de produção se faz representar, não enquanto sujeito, mas enquanto um valor de troca. Paradoxalmente, sua legitimidade passa a ser dada por outra pessoa, que assume o seu lugar no espaço público, essencializando-o como o lugar genérico do outro do poder. Daí a busca constante por capturar o momento em que a re-presentação se funde à a-presentação, pois ele é especialmente propício para o surgimento de processos de insurreição e de movimentos sociais não cooptados e revolucionários, na medida em que as classes subalternas tentarão controlar o modo como serão representadas. Eis uma síntese da agenda radical de Spivak” (Carvalho, 2001:120)

A explicação de Carvalho nos permite considerar que a representação (*Vertretung*) se coloca enquanto dominação à medida que pressupõe uma interlocução entre o intérprete e aquele que é visto como incapaz de falar, como se a vivência de uma situação não pudesse ser nomeada por quem a vive e houvesse a constante necessidade de uma autoridade que traduzisse essa vivência.

No segundo caso, da representação como ‘a-presentação’ (*Darstellung*): o ato de nomear um evento pode, mais facilmente, se dar por quem o vive e, assim, a representação projeta no espaço público as interpretações sobre sua própria subalternidade. Entre o primeiro e a segundo sentido da representação, há uma diferença grande, mas não é tarefa simples identificar quando, na prática, está ocorrendo uma ou outra forma. A aceitação da representação enquanto transferência de poder e a legitimidade de falar pelo silenciado estão tão intensamente presente nas

relações políticas que é difícil contestá-los. Difícil acusá-los quando se sustentam por diferenciações hierárquicas tão naturalizadas em nossa forma de pensar.

O processo de constituição das lideranças envolve essa discussão. Na política institucional, em que a diferenciação entre representantes e representados se faz por processo eleitoral, dentro da lógica do mercado e sem nenhum mecanismo de controle posterior do representante, há maior facilidade para se fazer a crítica da representação. No interior de um grupo de iguais na subalternidade, a questão é mais complexa.

A associação é formada por pessoas que vivem condições de vida bem semelhantes, e é o questionamento a essas condições que justifica sua existência como grupo. Entretanto, se as condições materiais de existência são parecidas, as formações culturais e os processos de subalternização vividos são diferentes. Dentro do grupo subalternizado acaba por se estabelecer uma escala de legitimidade de quem pode falar pelo grupo, por isso a relação entre lideranças e associados é tão importante em nossa pesquisa. O perfil desta relação nos indica se, dentro da ambiguidade resistência x controle, a associação consegue se firmar enquanto um espaço de crítica às desigualdades, ou se ela acaba por justificá-las, ao cristalizar hierarquizações em que se firmam as subalternidades.

Diferenciações e hierarquias nos mediadores

As experiências e discursos que formam os sujeitos expressam-se no modo como se dividem e hierarquizam. O convencimento de um determinado grupo social sobre a necessidade de construir a ação política e projetar-se no cenário público conduz a pensar formas de organização que permitam tal projeção. Nesse desenrolar, são elaborados os critérios que definem a distribuição do poder entre os envolvidos no espaço de representação. Embora os discursos de participação democrática e igualitária se façam presente nos cotidianos dos movimentos, clamando a participação de todos, predominam formas de distribuição desigual de poder, exercidas a partir de

diferentes justificativas: a experiência, o conhecimento técnico, o carisma, entre outros.

As reflexões que Avtar Brah (2006) realiza sobre os processos de diferenciação social auxiliam a pensar que, concomitante às diferenciações de classe, criam-se outras formas de dominância e subordinação. No interior de um grupo de mesma classe social podem se haver variadas marcas em que se fundam relações hierárquicas. Brah conceitua diferença enquanto algo construído nas relações sociais e que não se fixa em apenas uma marca de diferenciação (classe, raça, gênero, sexualidade, entre outros), mas numa variedade de signos que, em contextos específicos, podem ser acionados como diferença e podem resultar numa diferenciação lateral ou hierárquica. A autora enfatiza ainda, que os “significantes de diferença” não são variáveis independentes, pois estes interagem e se potencializam: “porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela” (Brah, 2006:36). As considerações de Brah são retomadas aqui para refletir os processos de diferenciação que foram percebidos dentro das associações de moradores.

A diferenciação que se deseja enfatizar é aquela que estabelece quem serão as lideranças da associação, e quem serão os “representados”, como essa distribuição de poder vai sendo operacionalizada na constituição da associação e como ela legitima um distanciamento – não verbalizado – entre lideranças e os demais participantes e permite que as tentativas de cooptação dos representantes tenham maior probabilidade de êxito.

Na associação do Campo Belo I, Valéria é presidente, entretanto é Pedro, o primeiro secretário, o primeiro a ser consultado e lembrado como liderança. Pedro esteve na presidência da associação nos últimos anos, até que, diante dos planos de ligar-se a outra associação, decidiu por incentivar a candidatura de Valéria e divulgá-la pelo bairro. Valéria, assim como os outros participantes da associação e moradores do Campo Belo I, não decide nada sem antes consultar Pedro. É ele que tem maior tempo de fala nas reuniões, a ele se dirigem maior parte das dúvidas e é o primeiro, também, a ser procurado pelos assessores de vereadores do município. Na associação do Campo Belo II, a presidente é Kátia, que chegou ao bairro no início da década de 1990, já

como liderança da ocupação; a mesma centralidade que Pedro tem no Campo Belo I, é presente em relação a Kátia.

Pedro teve sua primeira experiência em organização de grupos na igreja. Esse convívio potencializou sua habilidade em falar em público e em estabelecer contato com um grande número de pessoas além do grupo familiar. Quando chegou ao Campo Belo tomou a iniciativa de chamar as primeiras reuniões sobre os problemas do bairro e, conforme as conversas amadureceram, ele formou, junto com mais quatro moradores, a associação de bairro. À associação foi se agregando número maior de pessoas até que, diante da necessidade de registro em cartório, houve uma divisão de tarefas no grupo e Pedro foi indicado para ser presidente da associação. Nesse papel, Pedro passou a ir frequentemente à prefeitura e nas administrações regionais, para protocolar pedidos de serviços públicos e conversar pessoalmente com alguns representantes políticos. Pedro passou também a ser procurado por candidatos a prefeito e vereadores e, nesses contatos, aproximou-se do PMDB, frequentou algumas reuniões, mas depois se afastou e filiou-se ao PT. Pedro também participava das reuniões das comunidades eclesiais de base e da Assembleia do Povo no início da década de 80. Todo esse percurso permitiu a Pedro estabelecer uma rede de contatos, ter acesso a informações sobre as táticas de lutas nos bairros e conhecer condutas e comportamentos entre militantes, representantes políticos, secretários municipais, igrejas e outras lideranças no bairro. Por concentrar essas habilidades, Pedro se diferencia dos demais associados, que não têm experiência em espaços de representação política e nem uma rede de contato que extrapole a esfera familiar e do trabalho, essa valorização é explícita na fala de Valéria:

“Eu não sei nada de associação, nunca me interessei por esse negócio, agora, com a ameaça de remoção, é que vejo a importância de participar. Aí eu aprendo muito com o Pedro, não faço nada sem falar com ele, porque ele sabe das gingas, sabe ver logo quando alguém está tentando nos enrolar, ele já enxerga lá na frente, só de olhar ele já sabe qual é a situação” (Valéria, pesquisa de campo, janeiro/ 2010, explicando à autora as dificuldades que sente no dia-dia de sua atuação política)

Por suas experiências, Pedro possui um saber que o distingue dos demais e que acaba conferindo-lhe certo poder de direcionamento do grupo, a tal ponto que muitos

se abstêm de tentar pensar e agir quando Pedro não está presente, vai firmando-se um comportamento generalizado de espera pelo comando do líder que fragiliza o grupo e o impede de desenvolver maiores questionamentos. Pedro, por sua vez, toma grande parte das decisões sem consulta ao grupo e nem espera deles uma interferência maior. Sendo assim, se sente à vontade para “negociar” com agentes externos certos eventos no bairro. É estabelecida uma divisão entre quem pensa e quem executa, entre aquele que tem capacidade de interpretar e decidir e os que não se sentem com capacidade de fazê-lo. Essa é uma barreira difícil de ser quebrada e que restringe à associação ao percurso tomado pela liderança.

O mesmo ocorre com Kátia, que já chegou ao bairro com formação partidária e contato com movimento sociais. A moradora estabeleceu rapidamente uma rede de contatos na cidade e, além disso, conta com ajuda financeira do partido para algumas atividades eventuais que ocorrem no bairro, o que lhe confere certo status. Kátia está na presidência da associação desde que chegou ao bairro, em 1992. A associação em que Kátia é presidente seleciona as famílias que receberão as cestas básicas direcionadas pela Secretaria de Assistência Social. A diferenciação entre os dirigentes da associação e os demais moradores já é tão intensa que os dirigentes parecem se identificar mais com o governo municipal do que com os moradores, foram comuns as observações das lideranças dessa associação de que “em muitas coisas, a população não colabora, não quer saber de participar”. A participação desejada é aquela que ocorre dentro do que já foi pré-definido pela direção da associação, a partir de interesses pessoais dos líderes ou do partido a que estão ligados.

Natália Oliveira (2010) observou, em sua dissertação de mestrado, o modo de organização de três movimentos “sem-teto” e identificou que a centralização dos processos decisórios nas lideranças é presente, em diferentes intensidades, nos três movimentos. Em um dos movimentos, a figura do presidente, tal como pondera a autora, é admirado por seu carisma e experiência política. O líder tem poder de influência tão forte dentro do grupo que, nos anos em que essa liderança esteve presa, o movimento se enfraqueceu e concentrou-se nas expectativas em relação à libertação.

Tanto a observação de campo como algumas referências bibliográficas sobre a organização de movimentos populares (Verri, 2008; Oliveira, 2010; Hirata, 2010) nos permitem destacar a tendência à criação de um personagem central que concentra poder de decisão. Opera-se uma transferência deliberativa que pressupõem uma hierarquia interna. A diferenciação entre os “pensadores” e os “incapacitados de pensar” funciona como suporte de uma estrutura hierarquizada que, a nosso ver, têm certo efeito anestésico, pois se constrói um cenário de grande expectativa em relação ao personagem central hegemônico e nutre-se a espera pelas “instruções” desse. A médio e longo prazo, o personalismo se cristaliza e diminui a capacidade de invenção política do grupo.

Na história da organização sindical são evidentes os resultados do fortalecimento dessa divisão. Como considera Canedo (1998), os sindicatos do começo do século XX, antes de sua inserção institucional no governo Vargas, demonstravam um poder combativo bem maior que o atual, onde os sindicatos, em sua maioria, organizam-se conforme a hierarquia e burocracia imposta pelo Ministério do Trabalho.

A estruturação hierarquizada, com clara divisão entre comandantes e comandados, permite a formação, dentro desses espaços de representação, de um grupo diferenciado, o qual tem suas raízes na classe trabalhadora, mas ao acessar privilégios se constitui enquanto um grupo privilegiado, exposto a diferentes formas de cooptação. Sobre esse processo de diferenciação e hierarquização que ocorre dentro de um grupo marcado pela dominação de classe, vale ressaltar as palavras de Brah (2006:52):

“Como lidar com o racismo de uma feminista, a homofobia de alguém sujeito ao racismo, ou até mesmo o racismo de um grupo racializado em relação a outro grupo racializado? De fato, como pode um projeto como o feminismo ou o anti-racismo, ou um movimento de classe, como pode mobilizar-se como força política para a mudança se não tiver começado interrogando os valores e normas “tidos como certos” que podem legitimar a dominação e desigualdade naturalizando diferenças particulares?”

Podemos concluir, a partir dessas observações, que o personalismo, posição política que se firma na centralização das decisões num personagem central

hegemônico, predomina na organização interna das associações de moradores, inibindo as discussões e os momentos de aprendizado político e favorecendo a cooptação das associações para colaborarem com projetos estatais que contrariam os interesses dos moradores. Diante da ambiguidade resistência x controle, o personalismo potencializa o caráter controlador da associação, fazendo-a funcionar como uma forma de controle tão efetiva quanto os controles externos.

CAPÍTULO 3

Expansão de Viracopos e luta por moradia no Campo Belo

Os interesses na expansão de Viracopos

Após a 2ª. guerra mundial, intensificou-se o fluxo mundial de filiais de empresas para países onde os custos da produção (força de trabalho, matérias primas, impostos, rede de transportes) fossem menores. Foi nesse movimento que muitas empresas multinacionais se instalaram em Campinas e região, com um modo de produção ancorado nos padrões fordistas: produção em série, estoque de mercadorias, centralização da produção e contratação direta da maioria dos trabalhadores. O estabelecimento desses centros produtivos e de toda uma rede de serviços (instituições de tecnologia e pesquisa, telecomunicações, informática, redes de vendas) a eles ligadas dinamiza um percurso das mercadorias em que a rapidez de transporte é um fator central na concretização do lucro empresarial. Esse momento é marcado pela concentração da produção em alguns locais, enquanto a comercialização expande suas áreas de conexão. Os pontos de entrada e saída de mercadorias vão se ampliando para possibilitar a comunicação entre empresas com sede em diferentes países.

A crise na acumulação mundial de capital nos fins da década de 70 trouxe a necessidade de reformulação na organização produtiva, inclusive das relações trabalhistas; são aplicadas novas táticas de produção, que compõe o processo de reestruturação produtiva⁵¹. Como destacaram Antunes (2002) e Hirata (1983), os modelos fordistas entram em crise nas décadas de 1970 a 1990 e são gradativamente substituídos (ou convivem) com formas de acumulação flexível, que tomam como referência o modelo de produção implantado na fábrica automotiva japonesa, a Toyota: produção rigidamente vinculada à demanda e suas fragmentações,

⁵¹ A discussão sobre reestruturação produtiva é tratada por Harvey (2001). No Brasil, as reflexões sobre a reestruturação produtiva e suas consequências estão presentes em vários autores, Maria Tereza Serafim Gomes (2011) faz um panorama sobre o debate na bibliografia brasileira, indicando diferentes abordagens. Destacamos, para a pesquisa, as considerações levantadas por Antunes (2002), Antunes e Alves (2004), Hirata (1983) e Negri e Pacheco (1994).

heterogeneidade nos tipos de produtos, trabalho em equipe e multifuncional (em contraposição ao especialista anterior) e produção “just in time”, a qual se fixa na produção descentralizada das peças e na montagem para consumo imediato, reduzindo os espaços de estoques. Este último aspecto, que explica muito da importância crescente dos aeroportos de cargas, é observado por Antunes:

“Enquanto na fábrica fordista, cerca de 75% era produzido em seu interior, na fábrica toyotista é somente cerca de 25%. Ela horizontaliza o processo produtivo e transfere a terceiros grande parte do que anteriormente era produzido dentro dela” Antunes (2002:237)

Essa produção segmentada aumenta a interdependência entre as empresas relacionadas à produção de diferentes componentes das mercadorias e amplia a necessidade de diminuir o tempo de transporte de peças, tecnologias e informações. A produção de determinada mercadoria envolve produção de peças e montagem em diferentes lugares, de modo que é preciso existir acessos rápidos de um local a outro, tanto dentro do país como entre países. A expressão ‘logística integrada’ passou a compor cotidianamente o vocabulário empresarial e está presente também em textos de economistas e administradores de empresas preocupados com a integração da cadeia de suprimentos e o aumento de seu dinamismo. O espaço urbano é visto por esses grupos, prioritariamente, como meio de passagem de um a outro ponto de produção, troca de informações ou comercialização de mercadorias.

A necessidade de escoamento rápido, que já se fazia em tempos anteriores, intensifica-se com a acumulação flexível e traz para as agendas governamentais a centralidade dos programas de expansão dos meios de transportes, em destaque para o aéreo, historicamente pouco explorado para o transporte de carga no Brasil. De acordo com dados⁵² do Ministério dos Transportes, até 2006 somente 0,33% das mercadorias foram transportadas por avião no país, sendo o sistema rodoviário responsável por 57,7% do fluxo, seguido dos 25% pelas ferrovias. A intenção do Ministério, segundo o Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT), é ampliar a

⁵² Vide em Anexos, tabela 11, sobre os tipos de transporte de cargas no Brasil.

participação do transporte aéreo de mercadorias, assim como o ferroviário e aquaviário e reduzir a do sistema rodoviário.

O programa de expansão de Viracopos é parte deste processo, surge enquanto necessidade diante das mudanças na organização produtiva das empresas e da necessidade de maior fluxo de peças, mercadorias e pessoas.

As características sociais e econômicas da cidade de Campinas a tornam um espaço que facilita essa movimentação. Primeiro, Campinas se localiza em um ponto de entroncamento de rodovias (Bandeirantes, Anhanguera, Dom Pedro), e está entre o interior e o Porto de Santos, principal espaço de importação/exportação⁵³ do país; segundo, é uma opção próxima ao aeroporto de Cumbica, em Guarulhos, o qual já apresenta problemas de fila e lentidão diante do acúmulo de fluxos que se dão no local e, terceiro, há, na cidade e proximidades, uma rede de empresas, de serviços (telecomunicações, informática, laboratórios, manutenção de equipamentos, entre outros) e centros de pesquisa que utilizam o aeroporto para transporte de cargas ou mesmo são responsáveis por fornecer informações e estrutura a tais atividades. O investimento da Infraero em Viracopos está diretamente relacionado, portanto, à facilidade de acesso entre Campinas e outras metrópoles, à saturação do aeroporto de Cumbica e aos grupos empresariais e de pesquisa instalados na região. O economista Josmar Cappa⁵⁴, professor da PUC-Campinas, têm apresentado, nos últimos anos, variados estudos sobre a expansão do aeroporto de Viracopos. O autor destaca o aumento do fluxo de mercadorias no aeroporto, com crescimento relativamente superior ao aeroporto de Cumbica e indica de Viracopos como ponto central nos novos processos de produção, os quais, marcados pelo estoque mínimo e produção que oscila com segmentadas demandas, dependem ainda mais da infraestrutura de

⁵³ Vide em Anexos, tabela 12, a distribuição das importações/exportações por aeroportos no país.

⁵⁴ Cappa é também diretor da Ciesp e tem publicado vários artigos em que destaca a importância da ampliação para a integração industrial mundial. O autor realiza análises detalhadas e indica os pontos que o Estado teria que priorizar para permitir o sucesso do empreendimento, tal como a integração entre diferentes meios de transporte e a restrição do uso residencial no entorno do aeroporto. Os estudos de Cappa têm sido constantemente divulgados pela mídia e nos encontros relacionados à expansão do aeroporto. Nas concepções gramscianas, o autor é o intelectual orgânico do capital industrial.

transporte e distribuição de mercadorias. O autor caracteriza o perfil das mercadorias mais propícias ao transporte aéreo:

“As características principais do transporte aéreo de mercadorias são: a) movimentam produtos de alto valor agregado como equipamentos eletrônicos, jóias, ouro, informática, máquinas e equipamentos industriais; b) predominam mercadorias de baixo peso e volume, apesar de ter capacidade de transportar qualquer produto como, por exemplo, aviões desmontados; c) mercadorias com data de entrega rígida e periodicidade de urgência como peças de reposição, produtos e instrumentos médicos, amostras relativas à saúde, documentos, produtos perecíveis (flores, frutas, peixes), entre outros; d) apresenta baixo nível de perdas que podem compensar, em certos casos, custos relativos maiores, como por exemplo, seguros” Cappa (2010:166)

Pelas características das mercadorias mais comuns no transporte aéreo, apontadas por Cappa, é possível identificar sua utilidade na produção “just-in-time” e compreender porque o transporte aéreo de mercadorias vem sendo alvo de ampliados investimentos estatais, com perspectivas de se transferir a operacionalização dos aeroportos ao capital privado⁵⁵.

A tabela a seguir apresenta a previsão da movimentação nos três principais aeroportos de cargas do Estado de São Paulo para 2015:

⁵⁵ A concessão dos aeroportos brasileiros para exploração comercial pelo setor privado, assim como ocorreu com as rodovias e os setores de telecomunicações e energia, era há tempos almejada pelo empresariado do setor de logística. O governo federal efetuou em fevereiro de 2012 a privatização de Viracopos, através de concessão, por um valor de R\$ 3,82 bilhões para o Consórcio Aeroportos Brasil (45% da Triunfo Participação e Investimentos, 45% pela UTC Participações e 10% da Egis Airport Operation).

Previsão de Movimentação Anual nos Aeroportos 2015 – Estado de São Paulo			
	Aeroporto de Cumbica (Guarulhos)	Aeroporto de Congonhas	Aeroporto de Viracopos
Fluxo de aeronaves	270 mil	220 mil	510 mil
Passageiros	49 milhões	15,7 milhões	45 a 50 milhões
Carga transportada (toneladas/ano)	390 mil	34 mil	2 milhões
Fonte: Cappa (2006:115)			

A perspectiva é de que o transporte de cargas e passageiros em Viracopos ultrapasse o fluxo de Cumbica⁵⁶, envolvendo o transporte de 45 mil passageiros e 2 milhões de toneladas de carga no ano e concentrando um volume de atividades que levam à classificação de Viracopos como um aeroporto-indústria. Assim anunciou Lula em abril de 2006⁵⁷. A denominação de aeroporto – indústria relaciona-se ao fato de que, dentro do aeroporto, uma área é destinada à instalação de indústrias, as quais têm facilidade para a montagem e exportação de seus produtos a partir dali mesmo. Além das indústrias, concentram-se nesta área, também, os Tecas (Terminais de Carga

⁵⁶ Tanto Cumbica como o aeroporto de Congonhas estão em seu nível máximo de capacidade, apresentando impossibilidades de expansão devido ao entorno urbanizado. A empresa Azul, por exemplo, em 2008, considerando a perspectiva de expansão do transporte de passageiros, optou por centralizar suas atividades em Viracopos e foi responsável por ampliar o número de passageiros anuais de Viracopos de 720 mil para 2,4 milhões em dois anos. O zoneamento do entorno é, inclusive, uma das principais questões que envolvem o aeroporto de Viracopos, havendo forte pressão empresarial para que a área circundante ao aeroporto, hoje classificada como “área de influência aeroportuária” seja reconhecida como área industrial, algo que afeta diretamente os moradores do Campo Belo. Na reportagem do Correio Popular do dia 10/12/2009, intitulada “Viracopos: Ciesp cobra municípios” (Anexos, reportagem 15), são mencionados os discursos de representantes do Centro das Indústrias do estado de São Paulo (Ciesp) cobrando do Estado a regulação do entorno de Viracopos, para evitar restrições como as existentes em Congonhas e Guarulhos, cercados de áreas residenciais. Josmar Cappa defende a regulação imediata: “Se nada for feito e a população tomar o entorno de Viracopos, o aeroporto será inviabilizado”

⁵⁷ Data em que o presidente veio ao aeroporto de Viracopos para, diante de empresários, do prefeito da cidade, da presidenta da Finlândia e dos moradores do Campo Belo, anunciar o novo plano diretor de ampliação do aeroporto, em breve aeroporto-indústria.

Aérea) que concentram empresas do setor de logística, oferecendo serviços de armazenamento e rastreamento de mercadorias⁵⁸, para a segurança do transporte.

O aeroporto-indústria permite que as empresas que utilizam o aeroporto para a importação e exportação de mercadorias possam se instalar em seu interior, poupando custos operacionais e diminuindo o tempo de produção. Cappa (2010) aponta que empresas do setor automotivo localizadas na região de Campinas, como Bosh (Campinas), Toyota (Indaiatuba) e Honda (Sumaré) e também do setor de materiais eletrônicos e de informática, como Hewlett Packard, Compaq, Motorola, IBM concentram grande parte do transporte de suas mercadorias em Viracopos. Empresas como essas poderão, a partir da ampliação, instalar-se no interior do aeroporto.

A ideia que ronda o aeroporto-indústria é a da produção com estoque mínimo, transporte de peças produzidas em diferentes localidades e montagem rápida para consumo imediato. As atividades que podem se concentrar no interior de um aeroporto com este perfil são tão variadas (serviços, bancários, de alimentação, comunicação, salas para conferências, lojas, locadoras de automóveis, espaços publicitários, livrarias, entre outros) que assemelham os aeroportos aos shopping-centers, no sentido de concentrar num mesmo espaço tantas pessoas envolvidas por relações de consumo, com o diferencial de que o entorno de um aeroporto de cargas é atrativo não somente para o setor imobiliário, mas para empresas de transporte.

Entre os moradores do Campo Belo, a ampliação do aeroporto foi uma questão sempre presente. As conversas informais e especulações, assim como também os encontros com representantes da Infraero funcionaram nestas décadas como principal meio de informação. Não houve, até os anos 2000, nenhuma tentativa mais rude de remoção. Entretanto, sempre que os moradores solicitavam algum serviço à

⁵⁸ Conforme detalha Cappa (2010: 163): “Nas Tecas são realizadas as atividades de recebimento, classificação, armazenamento, despacho e documentação de mercadorias, por meio de recebimento e distribuição de produtos por meio de containers e pallets. Essas operações envolvem todo o processo de embalagem das mercadorias”

prefeitura, a resposta⁵⁹ negativa tinha como argumento a iminente desapropriação da área. Houve sempre a expectativa de que, em algum momento, ocorresse um enfrentamento mais incisivo entre o governo municipal e os moradores, mas nenhuma ação concreta por parte da prefeitura ocorreu até 2000. No início de 2001, o governo municipal retomou com força a discussão sobre a remoção das famílias do Campo Belo I e II, contrariando a intenção da maioria dos moradores, que desejavam a permanência no Campo Belo, com a urbanização do bairro. O que se comentou menos – embora não fosse ignorado nem pelos governos e nem pelos moradores – foi que os principais interesses que movem a ampliação do aeroporto tornam também toda região do entorno de Viracopos muito atrativa, pois é um espaço que pode abarcar atividades de suporte tanto ao fluxo de mercadorias – no caso, galpões de armazenagem, serviços de manutenção de equipamentos aéreos – quanto de pessoas (hotéis e rede de serviços variada), além da necessidade de um transporte complementar, que ligue Viracopos ao restante da cidade, o que intensificou, inclusive, as negociações em torno da passagem do Trem de Alta Velocidade (TAV)⁶⁰ por Campinas, com paradas na rodoviária e Viracopos, fato que tornaria o entorno desses dois pontos comercialmente mais atrativo.

No interior do Campo Belo há um trecho de linha férrea desativada (Anexos, figura 3). A intenção da prefeitura é reformar a linha, podendo utilizá-la para passagem do TAV. Tanto a passagem do trem como o perfil de atividades comerciais internas do aeroporto tornam o entorno do aeroporto propício à instalação de atividades ligadas à produção e oferta de serviços, como galpões industriais, hotéis, empresas de transporte de cargas, lojas de manutenção de máquinas, entre outros.

⁵⁹ Ruth contou como os moradores desafiaram o argumento da desapropriação para exigir que a água encanada chegasse à escola: já haviam sido protocolados vários ofícios pedindo o serviço e a resposta era de que ali era área de desapropriação. Os moradores ocuparam a empresa municipal de tratamento de água (Sanasa) e exigiram a ligação da água. Houve um acordo e o serviço foi implantado.

⁶⁰ Sobre o TAV, Trem de Alta Velocidade, foi realizado em 2006 pela prefeitura de Campinas um estudo do potencial de valorização imobiliária cuja intenção era demonstrar as vantagens empresariais de se investir na passagem do trem pela cidade. O estudo destacava a possibilidade de exploração imobiliária no entorno dos pontos de embarque e desembarque do trem, ou seja, nos arredores da rodoviária e do aeroporto. Esta questão é retomada mais adiante, na reflexão sobre a reversão da desapropriação, anunciada em 2006.

As atividades comerciais no interior do aeroporto-indústria atraem outras atividades complementares e de suporte para o entorno, o qual tende, portanto, a passar por uma forte regulação. A ampliação do aeroporto apresenta, neste contexto, duas ameaças de remoção: uma relacionada à desapropriação, em que a retirada dos moradores seria oficializada, e outra trazida pela valorização da região circundante, em que a retirada tende a ocorrer de forma gradativa e mais silenciosa, conforme aumentam as especulações imobiliárias. A reversão da desapropriação do Campo Belo não remete diretamente à garantia da permanência dos moradores no local.

Os moradores contra a desapropriação

Como mencionado anteriormente, a área que corresponde ao Campo Belo foi, na década de 50, incluída no perímetro urbano e loteada. Quem comprou os terrenos não tinha a intenção de morar, a obtenção do lote era uma forma de poupança⁶¹: investe-se um capital excedente na compra do terreno, na expectativa de que no futuro possa comercializá-lo por um valor maior.

O loteamento de áreas rurais é uma tática de acumulação comum no setor imobiliário, baseada em acordos entre o governo local e empresários ligados a terra e moradia urbanas. Como aponta a tabela 7 (Anexos), na década de 50, o perímetro urbano de Campinas foi ampliado em 74%, algo que se deu com a aprovação de loteamentos nessas novas áreas urbanas, mecanismo que valoriza as áreas que ficam entre os loteamentos periféricos e o centro. Nesse processo, o Campo Belo foi loteado, porém não recebeu investimento em energia elétrica e nem sistema de encanamento de água e esgoto.

⁶¹ Durante o trabalho de campo, a Associação de Moradores do Campo Belo I estava organizando os documentos de vários moradores para entrar com a ação de usucapião. Um dos documentos exigidos é a matrícula do terreno no cartório de imóveis, a partir dela identifica-se o nome do último proprietário. Em grande parte das escrituras, a última venda tinha se dado em fins de 1970 (momento do decreto da desapropriação) e muitos dos compradores não tinham residência em Campinas; muitos dos terrenos estavam em nome da mesma pessoa.

Para entender a história de formação do bairro, procuramos pelos moradores mais antigos e, entre eles, não encontramos alguém que morasse ali desde a década de 50. A moradora mais antiga entrevistada, a Dona Ana, chegou ao bairro em 1973 e contou que havia ali mais seis famílias apenas. Anos depois é que começavam a chegar outras pessoas, através da ocupação espontânea de um pedaço de terra, como foi o caso de Ana, Maria e Pedro, ou da compra de um terreno sem a escritura através da venda⁶² realizada por novos loteadores, pessoas que moravam ali mesmo, como no caso dos filhos⁶³ de Dona Ana ou corretores ligados a pequenas ou grandes imobiliárias.

A comercialização de terrenos e as ocupações (tanto as espontâneas como as organizadas), sob o contexto da valorização imobiliária das áreas mais estruturadas da cidade, foram os mediadores da expansão populacional do bairro. Nas décadas de 1970/80 se verificou, em Campinas, número expressivo de pessoas que, em busca de trabalho e de uma vida melhor, entraram na cidade⁶⁴: cerca de 62% do aumento populacional da cidade, nestes 20 anos, ocorreu por migrantes (Baeninger, 1998). Boa parte dessas pessoas tinha pouca ou nenhuma renda e para morar buscava as áreas em que fatores⁶⁵ como preço do terreno, familiares e pessoas conhecidas por perto e proximidade do emprego estivessem presentes. No caso específico do Campo Belo, as principais razões de escolha do bairro pelos moradores foram: a possibilidade de ocupar ou comprar um terreno mais barato, a existência de fazendas ao redor (onde os que tinham experiência rural podiam complementar renda) e do aeroporto (vagas principalmente na área de limpeza e segurança), as relações de amizade e parentesco

⁶² No artigo de Nelson Baltrusis (2008), "O mercado irregular", há detalhes sobre algumas formas de organização do mercado de terras urbanas sem escritura (irregulares) na favela.

⁶³ Um dos filhos de Dona Ana envolveu-se em várias brigas relacionadas à comercialização de terrenos, uma delas envolveu um acidente automobilístico, em que o filho de Ana teve ferimentos graves, ficando com seqüelas na articulação da fala.

⁶⁴ Vide em Anexos, tabela 2, o aumento populacional em Campinas.

⁶⁵ Autores como Baltrusis (2008), Valladares (1978) e Abramo (2001) refletem sobre os critérios usados pelos moradores de favelas para escolha do local de moradia e salientam que é preciso observar os aspectos econômicos e políticos (relacionados a custo, possibilidade de acesso a um emprego próximo, prioridade da área para remoção para casas da Cohab) e os afetivos (relações de vizinhança, existência de amigos ou parentes).

no bairro e a possibilidade de ser indenizado⁶⁶ em caso de desapropriação. Esses itens tecem tanto o vir para o bairro como a decisão de permanecer e são presentes, em diferentes intensidades, nos grupos que habitam o bairro: há os que mantêm um vínculo afetivo mais forte com outros moradores e as experiências vivenciadas no lugar, há os que se interessaram mais pela possibilidade de comercializar terrenos ou vislumbravam um dinheiro com a desapropriação, há também os que se envolveram em atividades políticas cujo sentido está ligado aos problemas do bairro e há ainda aqueles que julgam indiferente morar no Campo Belo ou em outra periferia, por isso que, entre os moradores, a reação à desapropriação foi diferenciada, e a resistência à desapropriação foi posicionamento hegemônico.

1. Da década de 1980 até 2005: construindo a resistência

Em 1979, foi publicado o decreto estadual que tornava o Campo Belo área de utilidade pública para fins de expansão do aeroporto de Viracopos⁶⁷. Alguns anos depois, a Infraero começou as visitas ao bairro e as conversas com os moradores. Nesse momento, o Campo Belo II ainda não existia, e no Campo Belo I formavam-se grupos para exigir do governo municipal a urbanização do bairro. Pedro ajudou a formar a primeira associação assim que chegou, em fins dos anos 70. Ruth fazia a mesma movimentação, mas dentro de outro grupo.

É importante salientar que entre o grupo de Pedro e o de Ruth existiam diferenças: Pedro e seus vizinhos moram numa área ladeada por um córrego e que seria, de acordo com o desenho do loteamento da década de 50, área pública, destinada a uma praça, escola ou outro espaço coletivo; já Ruth comprou – com a

⁶⁶ Este fator somente se faz presente a partir de 90, quando a Infraero começa a falar em indenização, e se intensificou em 2001, quando a empresa estatal fez o levantamento de famílias no local.

⁶⁷ Em Anexos, figura 2, há tabela em que apontamos o histórico das decisões estatais referentes a Viracopos e das transformações no Campo Belo de 1980 até 2006.

escritura⁶⁸ - o terreno de sua casa. Para ela e outras pessoas que tiveram acesso ao terreno pela compra, o grupo do Pedro é menos legítimo de estar ali. Muitos no bairro chamam o local em que Pedro vive de ‘favelinha’ ou ‘boca do sapo’⁶⁹, diferenciando-se deles. Somente percebi essa diferenciação quando Ruth deu sua opinião sobre os planos⁷⁰ da prefeitura de remover as famílias que moram na ‘boca do sapo’ (ou Núcleo São João, como consta no cadastro municipal e como os moradores da área chamam o lugar):

“Faz tempo que a gente está em cima da Sanasa por causa do esgoto, agora tão dizendo que vão fazer, mas que precisam de acesso ao córrego, precisam fazer obras lá porque o esgoto vai escoar para lá, mas tem aquele pessoal que não tá querendo sair. Eu falei pro Pedro, perguntei a ele: ‘você estão há tantos anos aí e nunca pagaram aluguel, por que não economizaram dinheiro nesses anos para comprar um terreno?’ Eles têm mais é que sair mesmo”. (Ruth, moradora do Campo Belo, opinando sobre a retirada das famílias do Núcleo São João, no Campo Belo I, 05/05/2011)

Tanto Ruth como Pedro moram há mais de 30 anos no Campo Belo I, entendem com adversidade a remoção para desapropriação, se sentiram ameaçados e engajaram-se em lutar contra esta, mas para o grupo de Ruth, moradores como Pedro são menos legítimos de permanecerem no bairro. Talvez essa diferenciação interna tenha influencia no fato de que a associação de que Pedro faz parte aproximou-se, no início dos anos 80, do movimento Assembleia do Povo (Asp)⁷¹ e a de Ruth não. Lopes (1997) aponta que uma das divergências internas da Asp era na definição do foco do movimento: seriam os bairros pobres – e a luta se centralizaria, então, em cobrar serviços públicos do município – ou seriam as favelas, cujo diferencial estaria na

⁶⁸ A maioria dos que chegaram pela compra do terreno foi sem a escritura. Ana faz parte do reduzido grupo que tem a escritura. A divisão entre os que chegaram pela compra (seja com ou sem a escritura) e os que ocuparam existe, mas não se mostra sempre, ela se fortalece nos momentos de concorrência por espaço, por vagas na escola, por serviços públicos e é muitas vezes incentivada pelo Estado, como ocorre no momento atual, quando dizem que querem as áreas públicas para trazer melhorias para o bairro.

⁶⁹ Esse nome se fez em referência à existência do córrego, em volta do qual se aglomeram vários sapos à noite, dando agradável som musical ao lugar.

⁷⁰ A prefeitura intenciona remover as famílias que moram nas áreas públicas, dando como justificativa a necessidade de espaços para construção de praças, creches, entre outros.

⁷¹ O Movimento Assembleia do Povo (Asp) é descrito nos capítulos 1 e 2.

centralidade da questão da regularização fundiária. A autora aponta que a segunda vertente teve mais força e muitos militantes se direcionaram na construção de projetos de urbanização em favelas. A inclinação política da Asp favorecia a aproximação entre o movimento e os grupos que se reconheciam como favelados⁷². Pedro e mais alguns vizinhos se identificaram com a Assembleia do povo, se reconheciam nos objetivos do movimento. Nas lembranças de Pedro, a Assembleia do Povo existiu e fez parte de um momento de construção de planos no bairro. Para Ruth, a Asp não existiu.

Essa diferenciação contribuiu para que duas movimentações de resistência à desapropriação ocorressem no bairro: uma consistia na organização de protestos, na cobrança feita sobre os vereadores e prefeitos para urbanização do bairro e reversão da remoção – essa contava com a atuação tanto do grupo de Ruth como o de Pedro - e outra concentrava esforços na organização de novas ocupações no bairro. Essa não era aprovada pelo grupo de Ruth.

Pedro contextualiza a primeira ocupação feita no Campo Belo II, em 1992, como parte da resistência à desapropriação, encarecendo os valores que a Infraero teria que dispor para indenização e aumentando o impacto social de uma possível remoção. Esse entendimento era diferente para os que não se viam como favelados: as novas ocupações eram sinônimos de problemas, de aumento da criminalidade, de falta de vagas na escola⁷³, entre outros. Numa análise geral, pode-se afirmar que os moradores do Campo Belo I que eram contrários à desapropriação se uniam para

⁷² Lopes (1997) aponta que, nos seis anos de existência da Asp, foram realizadas assembleias em que participavam pessoas de diferentes favelas na cidade. A autora detalha as reuniões, a pressão sobre os prefeitos e narra o momento, no dia 27 de fevereiro de 1981, em que foi votado na câmara de vereadores o projeto de lei que regularizaria as áreas ocupadas da cidade.

⁷³ A primeira escola estadual a se instalar no bairro foi a Celeste Palande Mello, em 1985. Trabalhei como professora nesta escola no ano de 2008 e pude perceber a intensidade do problema da falta de vagas na escola. As salas de 5ª. a 8ª. séries eram numerosas, em média havia 45 alunos por sala, e para poder abarcar maior número de estudantes, a escola reduziu a carga horária por período. Outro fato espantoso, adotado pela escola, era abertura de salas de 8ª. série no período noturno, jovens de 13 a 15 anos eram obrigados a estudar no período noturno para cursar esta série, o que desesperava muitas mães.

desafiar a classificação do Campo Belo como “área imprópria à urbanização”⁷⁴ e efetuaram pressão sobre o governo municipal para investimento em serviços públicos⁷⁵, porém em relação à legitimidade do acesso à terra urbana que não fosse pelo meio comercial havia fortes divergências, tanto que até hoje muitos moradores do Campo Belo I chamam o pessoal do Campo Belo II (os que vieram através das ocupações organizadas) de invasores.

A diferença de concepção política divide os moradores mais antigos em dois grupos: aquele formado por pessoas como Pedro, que se identificam como favelados e questionam o caráter mercadológico da moradia, e o formado por pessoas como Ruth, que se engajam na luta pela urbanização do bairro a partir do discurso do proprietário, mostram maior identificação com a lógica comercial imobiliária.

Os dois grupos passam a conviver, a partir da década de 90, com um terceiro grupo, formado por militantes ligados a grupos de esquerda que trazem uma concepção de luta política mais delineada. As novas ocupações que ocorreram no Campo Belo II, por terem a participação do MST⁷⁶ e de partidos políticos, como o PT e o PC do B, trouxeram ao bairro pessoas com experiência na militância partidária, o que as diferenciava de moradores que atuavam nas associações de bairro sem estarem ligados a uma organização mais estruturada. Esses novos moradores militantes trazem uma noção de política em que a atuação nos espaços institucionais de interlocução entre sociedade civil e Estado é tida como caminho central para ampliar o controle popular sobre as decisões políticas. As ações diretas também compunham as táticas desses grupos, mas a expectativa das conquistas pelas vias institucionais se tornou mais forte ao longo do tempo. Esses militantes passam a ser vistos, então, em reuniões, audiências públicas e conselhos participativos e ganham maior visibilidade. Tanto que hoje, quando se fala em lideranças no Campo Belo, são essas as pessoas

⁷⁴ Essa classificação constou no Plano Diretor de 1996 até 2006, momento em que o plano é reelaborado e a região passa a ser classificada como “Área de Influência Aeroportuária”.

⁷⁵ Segundo relatos dos moradores, a energia elétrica foi disponibilizada em algumas ruas em 1987, depois expandiram o acesso.

⁷⁶ Essa colaboração foi indicada por alguns moradores, mas não consegui maiores informações sobre esta vinculação.

mencionadas, não porque sejam as únicas em ação ou porque tenham grande poder de mobilização no bairro, mas porque são as mais vistas e as mais conhecidas pelos secretários e assessores de governo.

Há, ainda, o quarto grupo, constituído por aqueles moradores que não estão comprometidos em enfrentar coletivamente a situação que os coloca sob risco de remoção. São pessoas que até participam de uma ou outra reunião ou ato público, mas cotidianamente não estão envolvidas na construção da resistência. Para esse grupo, o enfrentamento público não faz tanto sentido, a ideia de que “sempre foi assim e sempre será”, ou de que “não dá para confiar nas associações” ou mesmo de que “a corda sempre arrebenta do lado mais fraco” são colocadas como justificativas do afastamento. Há, ainda, a visão de que a solução é pessoal: é o empenho individual que pode proporcionar outro futuro e, desse modo, quem se esforça, alcança outro caminho.

A interpretação de que a situação histórica nunca muda, a visualização dos espaços de representação como local de troca de conveniências políticas, o medo de punições e a visão de que é o indivíduo que, por seus esforços e dotes pessoais, deve mudar sua posição e não as relações que o subordinam, são essas idéias que desenham a posição política deste agrupamento. Os integrantes desse grupo são, geralmente, pessoas que têm uma longa jornada de trabalho, saem de casa de manhã e voltam à noite e, nos dias de descanso, ficam mais reclusas em casa, não circulam muito pelo bairro, tanto que conhecem um e outro vizinho, cujo contato é ocasional; nele está, também, a maioria dos jovens, os quais mostram aversão à participação política, e há, ainda, muitos religiosos (católicos, evangélicos e uma minoria da umbanda e candomblé) que priorizam o uso do tempo livre para atividades ligadas às igrejas/templos/ terreiros. Formam um grupo que se mostra, hoje, pouco suscetível à atuação política coletiva, diferente do que ocorreu num momento anterior, em que a inclinação à participação política era maior. Como ele é o mais numeroso e o que apresenta o posicionamento mais difuso, é também para este o grupo que são, mais incisivamente, direcionadas as tentativas de convencimento a aderir à outra posição política. Os outros três grupos estão constantemente formulando discursos para

conquistá-los como novos aliados, assim como o Estado e os agentes do mercado também o fazem. Nas chamadas para reuniões e manifestações, por exemplo, esse grupo é alvo de variadas tentativas de convencimento à participação e sua suscetibilidade aos chamados varia de um momento histórico a outro.

As diferenças políticas entre os moradores se expressaram na variedade dos atos públicos de resistência à desapropriação: fechamentos e queima de pneus na rodovia, vários abaixo-assinados, a participação nas reuniões com representantes da Infraero e da prefeitura, a hostilidade⁷⁷ no tratamento dado a funcionários da prefeitura e Infraero quando em visita ao bairro e, entre os que tinham vinculação partidária, as conversas com os representantes do partido na câmara dos vereadores e prefeitura⁷⁸.

Embora a desapropriação fosse confirmada pela existência do decreto e discursos da Infraero, os prefeitos municipais da década de 1990 tentavam convencer os moradores de que se empenhariam na reversão da desapropriação (Anexos, pp. 149). A postura predominante, tanto entre os prefeitos como dos vereadores procurados, foi de evitar confirmar a desapropriação como algo irreversível e reafirmar constantemente que havia um processo de negociação com a Infraero. Nesta década, Viracopos ainda não tinha ampliado suas atividades e, talvez, ainda não houvesse tanta pressão dos empresários na expansão de Viracopos. A importância dos aeroportos como corredores de exportação aumenta nos anos 2000, com a lentidão do tráfego terrestre e a expansão das empresas de transporte aéreo.

O cenário de tensão, para surpresa dos moradores militantes do PT, aumentou no ano de 2001, quando Toninho, eleito para prefeito pelo partido, anuncia o projeto

⁷⁷ Ruth contou da tentativa da Infraero impedir a ligação da água na escola, isso se passou em 1987. No dia em que as obras eram feitas, chegou uma funcionária da empresa, alegando a proibição da obra visto que ali era área de desapropriação. Ruth conta como reagiu: “Perguntei se ela tinha mandado judicial para impedir. Ela ficou quieta. Falei, então, que se ela não tinha o mandado, era melhor sumir dali porque senão eu ia contar para a vizinhança o motivo da visita dela e o negócio ia ser feio.”

⁷⁸ Destacaram-se no bairro, militantes do PT, envolvidos principalmente na 1ª. ocupação do Campo Belo, e também do PC do B, que atuaram na ocupação de uma área do bairro chamada Dom Gilberto, em homenagem à colaboração do mesmo a esta movimentação por moradia.

de criação da Cidade Viracopos, que indicava a remoção dos moradores e a construção de outro bairro para moradia das famílias. Para as lideranças da Associação do Campo Belo II, o anúncio foi uma decepção, esse ano é lembrado como momento de ampliação da insegurança dos moradores:

“Bem o Toninho, um governo do PT, foi colocar lenha na fogueira. Para nós foi uma surpresa.” (Carolina, associação de moradores Campo Belo II)

“Depois de um tempo de tanta conversa e nada de concreto, muitos já pensavam que a intenção da desapropriação já estava morta, que não vingava. Quando Toninho assumiu, aumentou a nossa expectativa de que esse fantasma não vivia mais e de que, finalmente, teríamos investimento no nosso bairro. Para nossa surpresa, foi o contrário, bem esse governo foi o que retornou com o assunto. Muita gente do setor imobiliário pressionava o governo e queria essa área vazia, porque sabiam que aqui tava valorizando e quanto mais gente aqui, mais caro pra especulação imobiliária conseguir espaço. Aí a gente também partiu pra briga, fomos nos armar, partimos pra luta política e também jurídica” (Carlos, associação de moradores do Campo Belo II)

O principal argumento da gestão de Toninho a favor da desapropriação, segundo relatos públicos do prefeito, era que, mesmo que a área não fosse desapropriada, os moradores acabariam por ser prejudicados pelo trânsito interno dos aviões e pela pressão dos agentes imobiliários e empresários interessados em se instalar na região. Garantir outro local com estrutura para moradia das famílias seria, conforme essa leitura, a melhor forma de resolver a questão.

No site (Anexos, reportagem 3) organizado pela família do Toninho para divulgar a inércia na investigação⁷⁹ do assassinato do prefeito, são apresentados fatos que poderiam suscitar a intenção de eliminar Toninho. A alteração no valor do contrato do lixo, fechamento dos bingos, assim como a questão de Viracopos são destacados como causa de interesses empresariais na morte do prefeito. Em relação à ampliação de Viracopos para a área do Campo Belo, há denúncias de que grupos

⁷⁹ A esposa do Toninho segue numa batalha para que o assassinato passe a ser investigado pela Polícia Federal, diante da incoerente solução dada pela Polícia Civil, de que Toninho foi morto porque estava na rota de fuga de assaltantes. Roseana organizou um relatório que aponta possíveis causas do assassinato e foi organizado um abaixo-assinado, entregue a Lula em 19/05/2005, pedindo que a PF investigasse o caso. O pedido está, desde 2008, na Procuradoria Geral da República, aguardando parecer.

ligados ao comércio de entorpecentes seriam contrários à desapropriação, visto a funcionalidade do lugar no fluxo e comércio de tais mercadorias.

A trajetória de Toninho, formado em arquitetura, foi marcada pela militância nos movimentos de urbanização de favelas. Em seu mestrado, por exemplo, Toninho reflete sobre o processo de ocupação do bairro Jardim Londres, periferia da região oeste de Campinas, onde Toninho trabalhou com os moradores na construção de um projeto de urbanização local. O arquiteto faz, neste trabalho, uma reflexão sobre os processos de periferização que ocorrem em Campinas durante o século XX e traz a seguinte consideração: “Acabamos ainda mais por realçar a necessidade de se recolocar na arena urbana uma gestão democrática da política habitacional, voltada ao interesse social das maiorias excluídas” (Santos, 1985:54).

Toninho assumiu a prefeitura, comprometendo-se a administrar a cidade “na rua”, referindo-se a um ideal de governo em que os grupos populares tivessem voz de decisão. Pela trajetória política de Toninho, marcada pela atuação nos movimentos sociais, há de se entender a expectativa dos moradores de que seu governo não aprovasse que uma área ocupada há mais de duas décadas fosse esvaziada, ainda mais quando os moradores expressavam publicamente a intenção de não sair.

O argumento do governo de Toninho, de que a remoção dos moradores para outra área era o único modo de garantir a moradia digna e protegida da especulação imobiliária e dos problemas trazidos pelo aumento do tráfego aéreo⁸⁰, não tinha ressonância no bairro. A reação de surpresa entre os moradores diante da posição do prefeito indica que não houve discussão e decisão conjunta. O discurso da prefeitura neste período não amenizava entre os moradores uma questão latente: por que a ampliação tinha que ocorrer no Campo Belo?

⁸⁰ Com a ampliação do aeroporto, a previsão é de que o tráfego de aviões que é hoje de 1 avião a cada 22 minutos passará a 1 avião a cada 1 minuto e 15 segundos (dados em www.discutaviracopos.com.br), aumentando o ruído na área ao entorno. Durante o trabalho de campo, notei que o barulho é realmente alto, nos momentos em que os aviões passam é preciso falar mais alto nas conversas. Nos relatórios sobre o impacto da ampliação de Viracopos deve constar o nível de ruído, mas as declarações são ainda muito confusas, dado os fatos políticos que envolvem a ampliação. Há especulações, hoje, em 2011, sobre a necessidade de zonear a região ao entorno como área industrial, impedindo o uso residencial

As associações de moradores nunca se colocaram contra a ampliação, entenderam-na como forma de geração de emprego⁸¹ e também como meio de valorizar os imóveis. O questionamento nunca foi direcionado à ampliação em si, nem nunca se questionou se a expansão tinha correspondência com as necessidades da população. A questão do conflito era onde se daria a ampliação.

Viracopos fica entre duas áreas com perfis sociais bem diferentes. De um lado, está o Campo Belo, onde, já em 2000, havia perto de 18.000 pessoas⁸². Do outro lado do aeroporto, há uma área rural de 19 km², formada por 84 propriedades rurais, em que moram 200 famílias. De acordo com os dados⁸³ da prefeitura, há nessa região plantações de café, frutas (uva, maracujá e manga), milho, feijão, batata; há as criações de gado e suínos, as quais se destinam à 'boutiques' de carnes de São Paulo e ainda existem chácaras de veraneio e alguns haras. A área é marcada também pela existência de duas colônias de imigrantes, uma suíça – chamada Helvética, e outra alemã – chamada Friburgo. Para desapropriar essa área, o valor estimado, segundo a Infraero, é de R\$ 150 milhões, R\$ 200 milhões a menos que o previsto para a desapropriação no Campo Belo⁸⁴.

Desapropriar o Campo Belo significava, além do gasto econômico, enfrentar a questão de onde iriam morar essas pessoas, numa cidade em que quase 20% da população (Secretaria de Municipal de Planejamento Urbano, 2005) reside em favelas e ocupações. A afirmação de que os efeitos das atividades aeroportuárias (barulho e poluição atmosférica) trariam impactos à saúde dos moradores fica numa discussão cercada pelos interesses econômicos, pois, se haveria impacto nos moradores, haveria, também, para quem está na área rural. Além disso, há aeroportos, como o de Cumbica, com área residencial ao lado. Tal área incomoda menos os moradores que

⁸¹ O aeroporto, do ponto de vista do mercado de trabalho, tem o efeito de um shopping, gera algumas vagas de trabalho nas lojas, restaurantes, serviços de atendimento, segurança e limpeza. Das vagas geradas, algumas podem ser ocupadas por moradores do entorno, o que causa expectativa de conseguir um emprego no local.

⁸² Dados do relatório da Infraero de 2001.

⁸³ Dados obtidos nos cadernos de subsídios ao Plano Diretor, 2006.

⁸⁴ Nos Anexos, a reportagem 9, do jornal Correio Popular de fevereiro de 2006, menciona que a alteração da área traz a redução de R\$ 200 milhões no valor do gasto para a desapropriação.

empresários interessados na expansão das atividades empresariais no entorno de Cumbica. Houve sempre uma questão em silêncio: que critérios levaram a se manter de 1979 a 2005, a área do Campo Belo para desapropriação e não alterar a área do outro lado, que é inclusive maior e que, de qualquer modo, também será recontextualizada?

Em 2003, o PT assume a presidência da república e, conseqüentemente, a direção da Infraero. Em 2005, numa aliança entre PT, PDT, PC do B, em oposição ao PSDB/PFL, a prefeitura de Campinas foi assumida por Hélio de Oliveira Santos (PDT). Segundo relatam os moradores, no momento da campanha eleitoral para prefeito de 2004, Hélio fez visitas ao bairro, se comprometendo a impedir a desapropriação, assim como outros foram e prometeram o mesmo. O tipo de resistência que se formou ali no Campo Belo fez com que a questão ganhasse visibilidade.

Entre os moradores, o empenho em resistir à remoção foi aumentando. A necessidade de moradia, o afeto construído nas relações sociais locais, os interesses comerciais⁸⁵ e políticos formaram uma importante rede de rejeição à remoção, a qual constituiu uma força política que atuava pela ação direta – feita através dos protestos dos moradores na rodovia, as ocupações – até as intervenções institucionais: inserção nas reuniões, ações judiciais, participação nos conselhos.

Para o Estado, o controle dessa força social não poderia se dar somente pela coerção física, a remoção compulsória traria prejuízos políticos consideráveis. Entre os quase 30 mil ali no Campo Belo, havia lideranças que já estabeleciam relações com outras ocupações (como o Parque Oziel, por exemplo) e alguns também já estavam sociabilizados nas reuniões dos conselhos e mesmo dentro do PT. Mesmo considerando que a inserção institucional em espaços como o conselho funciona, em muitos momentos, mais como um adaptador social do que como espaço de conquistas

⁸⁵ Uma rede de pequeno e médio comércios (materiais para construção, mercados, farmácias) foi se instalando pelo bairro e esses comerciantes tinham/têm interesse especial na manutenção do bairro. Baltrusis (2008) comenta que nas favelas de São Paulo em que pesquisou, os empresários de material para construção realizam também, pelo bairro, a venda de terrenos. Há boatos, também, sobre o comércio de entorpecentes, mas não consegui informações mais precisas sobre a questão, que exigiria uma análise cuidadosa e com mais dados.

políticas, não se pode desconsiderar que a atuação nesses espaços permite aos militantes tecerem na cidade uma rede de relações que torna mais fácil a divulgação de acontecimentos locais e, conseqüentemente, uma reação mais abrangente e planejada.

No caso de uma remoção, as pessoas que resistiam à desapropriação não desapareceriam, seriam reinseridas na cidade de alguma forma, carregando consigo as experiências da resistência. Para o Estado, no seu papel de atenuar e mascarar os conflitos, convencer os resistentes de que a situação não era tão ruim seria um modo menos conflitivo de tratar a questão.

Goffman (2009) analisou os processos de administração da indignação/raiva/revolta nas situações que envolvem prejuízos de um indivíduo/grupo a partir da ação do outro. O autor visualiza essa situação no “conto do vigário”⁸⁶, em que o otário, sujeito-alvo do golpe, pode ter reações que venham a prejudicar golpes futuros, por isso é controlá-lo, encontrar um meio de direcionar sua revolta, tornando-a inofensiva. Esse caminho tático de contenção da revolta, o autor nomeia como “acalmar o otário”:

“Ele (o otário) pode se sentir movido a chamar a polícia ou a perseguir os operadores. Na terminologia do ramo, o otário pode “chiar”, vir em cima ou “agüentar”. Do ponto de vista do operador, esse tipo de comportamento é ruim para o negócio, pois confere aos membros da quadrilha uma má reputação com a polícia, que não havia antes, e também com os otários que ainda não foram extorquidos. Para evitar essa publicidade adversa, uma fase adicional é, eventualmente, acrescentada no final do golpe: trata-se de acalmar otário. Depois que a limpeza foi executada, um dos operadores fica com o otário e faz um esforço para manter a raiva do otário em um grau controlável. O operador segura a barra de seus colegas com o potencial; poderíamos chamar o operador de acalmador, o qual exercita a *arte da consolação sobre o otário*.” Goffman (2009:196)

A observação de Goffman destaca a importância, para quem lesa um sujeito/grupo, do momento de relativização da perda, em que se tenta convencer o outro de que o fato não foi tão grave ou, ainda, da ineficácia de reagir. Controlar a

⁸⁶ Conto do vigário, como explica Goffman, é uma “Forma de obter dinheiro por meio de falsos pretextos, pelo exercício da fraude e do engano”. Há vários exemplos de “contos do vigário” que ocorrem nas cidades no dia-dia, um que ficou bem conhecido é o golpe do bilhete premiado.

revolta é parte essencial para permanência dos golpes. No caso do Campo Belo, a expansão do aeroporto ameaçou/ ameaça, seja pela desapropriação ou pela especulação imobiliária, a permanência das famílias mais vulneráveis no local e o discurso estatal se deu sempre no sentido de amenizar a interpretação dos fatos, um modo de ganhar tempo e ir diluindo a resistência. Nesse contexto, foi anunciada, em 2006, a mudança na área de desapropriação e o investimento de 74 milhões em obras de urbanização do Campo Belo⁸⁷, projeto batizado com o nome de Vip-Viracopos. A decisão foi publicizada aos moradores em dois momentos que são lembrados por muitos: o discurso de Lula no Aeroporto de Viracopos, em 06 de abril de 2006 (Anexos, reportagem 7) e a visita de Hélio ao bairro.

A reversão da desapropriação foi fruto da resistência dos moradores e assim foi comemorada como vitória, mas também causou o enfraquecimento de toda crítica construída nos anos anteriores, diluindo o conflito mais abrangente que envolve esse e outros Campos Belos pelo Brasil.

2. O momento da mudança na área de desapropriação

O decreto estadual de 1979 indicava a desapropriação do Campo Belo e deixava a área rural, localizada do outro lado do aeroporto, livre da ameaça de remoção. Mas essa região não ficaria inalterada, seria recontextualizada: em razão de sua valorização comercial, passaria a ser alvo de empresários, tanto do setor imobiliário, como hoteleiro e o industrial. Do mesmo modo que, se a desapropriação fosse revertida para a área rural, seriam os moradores do Campo Belo, então, que enfrentariam as pressões mercadológicas.

Tanto os moradores do Campo Belo como os da área rural estão envolvidos em pressões para a saída, seja pela desapropriação ou pela especulação imobiliária. A diferença é que a segunda alternativa tende a gerar um retorno financeiro maior para quem tem a posse da área pretendida. Para os grupos que desejam a área para

⁸⁷ (Anexos, reportagens 5 a 8)

exploração comercial, a compra de terras rurais seria financeiramente mais vantajosa⁸⁸, e a negociação pode ser feita com um ou outro proprietário e não várias famílias; por outro lado, se a desapropriação atingisse a área rural, o Campo Belo tem as vantagens de possuir uma via mais fácil de acesso a Valinhos, Vinhedo, Indaiatuba e ao centro de Campinas e, desde que o Estado normatizasse a área de modo a favorecer seu uso comercial, não haveria grandes perdas aos grupos empresariais.

Na área rural, são 88 propriedades rurais numa área de 19,93 Km², envolvendo próximo de 800 pessoas (200 famílias), entre médios e grandes agricultores (plantio de tomate, café, hortaliças, milho, uva, maracujá) e/ou pecuaristas e pessoas que trabalham nas plantações. No Campo Belo, numa área de 12 km² vivem aproximadamente 34.000 moradores⁸⁹, a maioria em situação econômica muito vulnerável⁹⁰. Na escolha da área a ser desapropriada, pesavam as características socioeconômicas dos dois diferentes grupos, os interesses empresariais por uma e outra área e a força política de cada grupo de moradores para influenciar as decisões do Estado.

Na interpretação de alguns representantes das associações de moradores do Campo Belo, a desapropriação do bairro atenderia os interesses de grupos imobiliários consolidados na cidade. Principalmente os representantes mais institucionalizados, que participavam das reuniões com a Infraero e dos conselhos municipais, apontam que há informações suficientes para afirmar que o mais conveniente para a especulação imobiliária era que a desapropriação ocorresse no Campo Belo, pois sabiam que muitas terras ao redor do bairro já estavam sendo vendidas a grupos imobiliários interessados na construção de condomínios, tal como os que existem em Indaiatuba, Valinhos e Vinhedo, cidades que fazem divisa com o bairro:

“A ampliação é boa para cidade, tem mesmo que acontecer, mas por que aqui? Do outro lado, há uma área rural bem maior e com pouca gente morando, por que eles queriam mexer bem com a gente? Ali o custo e

⁸⁸ O preço da terra rural é bem menor que o da urbana.

⁸⁹ Tomo como referência estimativas da Cohab (Companhia Habitacional de Campinas), 2010.

⁹⁰ Vide dados sobre ocupação e renda no Campo Belo (Anexos, tabela 5, pp 144).

impacto para desapropriar é bem menor. Por que queriam, então, aqui essa área? Porque o problema é quem está nela, aqui ao redor tão crescendo os condomínios fechados, em Valinhos e Indaiatuba, que são cidades vizinhas, e já sabíamos de peixe grande comprando os sítios ao redor na expectativa da desapropriação. Para eles, a gente aqui só atrapalha, favelado deixa a área feia e ainda pode continuar crescendo, né?! (Joel, representante da associação de moradores do Campo Belo II, análise sobre a escolha do Campo Belo para a desapropriação, novembro de 2009)

Joel, ao indicar o menor custo para desapropriar a área rural e o número de pessoas a ser atingida em cada caso, aponta claramente a diferença mais decisiva na indicação da área a ser desapropriada: o perfil da população que nelas habitam. As associações passaram a questionar a escolha do lugar, com argumentação muito forte, afinal havia uma área maior e menos populosa. Ficava claro que, além da ampliação, o uso do entorno era uma preocupação central e uma população com o perfil dos moradores do Campo Belo atrapalhava, pois daria mais trabalho negociar o uso da área com 6.000 famílias e ainda sob o risco de novas ocupações ocorrerem nas proximidades.

Uma população numerosa e com um acúmulo de experiências de resistência e pressão para permanecerem no local era algo que exigiria um trabalho mais intenso de convencimento à saída, além do dispêndio financeiro maior. Seria mais conveniente, para os grupos interessados no entorno do aeroporto, que o Estado gastasse mais e se ocupasse da dispersão da força política que se formara ali. Para o Estado, por sua vez, principalmente para o governo municipal, a questão era como lidar com as exigências empresariais e, ao mesmo tempo, controlar as reações dos grupos populares que seriam atingidos e que já tinham relativa presença pública.

No início de 2006, foi anunciado pela Infraero que, após um acordo entre o governo federal – desde 2003 sob o governo do PT – e a prefeitura de Campinas (aliança entre PDT e PT), ficara decidida a mudança na área de desapropriação e, também, um investimento de 104 milhões⁹¹ em obras de infraestrutura no Campo

⁹¹ Desse valor, 30 milhões vêm dos cofres municipais e 74 milhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Belo (Anexos, reportagens 5 a 8). A ampliação ocorrerá, conforme o acordo, na área rural, do lado oposto ao Campo Belo. O impacto social da remoção, que atingiria mais de 30 mil pessoas, foi a justificativa. Houve um trabalho discursivo intenso no sentido de destacar que a preocupação com as famílias do Campo Belo foi o motor da alteração.

Em abril de 2006, ocorreu uma cerimônia que foi constantemente citada pelos moradores durante o trabalho de campo (2009/2010): Lula visitou o aeroporto de Viracopos e discursou sobre a ampliação e a intenção de garantir aos moradores do Campo Belo a estruturação da área em que lutaram tanto para ficar: “Se for preciso fazer um aeroporto redondo, a gente faz, mas não tira o povo de onde está” (Lula, discurso no aeroporto de Viracopos em abril/ 2006)⁹².

No encontro, havia próximo de 2.000 pessoas, entre elas estavam moradores do Campo Belo, empresários de vários setores, representantes da Infraero, o prefeito de Campinas, Hélio da Costa, o presidente da Apex (Agência Brasileira de exportações e investimentos), a presidente da Finlândia e representantes políticos do PT. Não houve presença do governo estadual. No discurso de Lula, transparece a análise dos quatro anos de governo, destacando como característica do governo federal maiores investimentos em escola e indústria do que em unidades prisionais⁹³. O presidente defendia a marca popular da administração petista, a qual abarcaria tanto aos interesses de empresários como dos grupos populares:

“Qualquer um de nós, do mais humilde ao mais público dos brasileiros, sabemos do ditado popular que sempre aparece na rodinha de amigos: ‘a corda sempre arrebenta do lado mais fraco’. Na verdade, quem cunhou esse ditado foi um malandro, porque cunhou para tentar convencer a parte mais pobre que ela tem que perder sempre, que ela precisa sempre levar desvantagem, quando a gente poderia ter dito: ‘a corda não precisa arrebentar’. Por que a corda tem que arrebentar? A corda pode ficar sem arrebentar e a gente pode fazer com que os vários segmentos da sociedade

⁹² O discurso de Lula no evento, do qual destacamos alguns trechos no desenrolar deste capítulo, pode ser encontrado em: www.biblioteca.presidencia.gov.br.

⁹³ No discurso do presidente, num contexto de pré-eleições, é clara a intenção de diferenciar-se do governo tucano e por isso a menção às unidades prisionais, um dos investimentos expressivos do governo paulista sob comando do PSDB.

possam viver em harmonia, cada um tendo aquilo que é possível ter naquele momento, sem que ninguém possa prejudicar ninguém na distribuição do bolo que nós temos que fazer nesse país” (Lula, discurso em Viracopos, 06/04/2006)

Destacamos este trecho do discurso de Lula por entender que ele expressa, pela metáfora da corda, num plano mais específico, as tensões que envolviam a desapropriação do Campo Belo e, no mais geral, uma característica estratégica do governo petista, que é a de garantir os interesses de grupos empresariais e, ao mesmo tempo, convencer os movimentos sociais de que estão sendo minimamente contemplados nas decisões políticas, mantendo um controle mais persuasivo sobre estes.

A mensagem transmitida pelo presidente – ganham os empresários, ganham também os moradores – teve considerável receptividade entre os grupos do Campo Belo. A pressão dos moradores foi bem absorvida pelo Estado, assim como parte do empresariado envolvido com atividades ligadas ao aeroporto também se fez presente e aplaudiu o discurso. Para Ruth, Pedro, Ana, Maria, Joel e muitos outros moradores, Lula e Hélio expressavam sua inclinação em contemplar os interesses populares, diferenciando-se dos representantes do PSDB⁹⁴. Muitos militantes analisaram que, se o governo federal estivesse sob controle tucano, seriam menores as chances de uma alteração no projeto de ampliação do aeroporto. A fala de Joel, da associação do Campo Belo II e militante petista, expõe tal entendimento:

“Aqui Hélio sempre será lembrado como o prefeito que foi contra a desapropriação. Temos uma dívida com ele, porque nenhum prefeito até agora havia tido a coragem que ele teve. Tudo bem que existe o fator eleitoral, mas tem o perfil político do prefeito e do presidente também. Não haveria diálogo se fosse o Alckmin ou o Serra no governo, tanto que os vereadores do PSDB foram os primeiros a escrever no Correio Popular

⁹⁴ O PSDB forma o principal grupo de disputa pela prefeitura municipal de Campinas. Nas eleições de Toninho do PT, o principal concorrente foi Carlos Sampaio, o qual disputou nas eleições seguintes com Hélio, ficando todas as vezes em segundo lugar. Na denúncia de fraudes nas licitações da Sanasa (Empresa Municipal de tratamento de água e esgoto), ocorrida em julho/ 2010, o PSDB aparece como um dos protagonistas da denúncia e do pedido de impeachment, tentando destacar-se como alternativa. O único grupo popular que defendeu publicamente o prefeito, em meio a tantos grupos “Fora Hélio”, era formado pelos representantes da associação de moradores do Campo Belo II.

criticando a mudança e agora (2009) a secretaria estadual do meio ambiente está enrolando pra liberar a licença ambiental” (Joel, associação de moradores Campo Belo II, analisando os porquês da mudança de 2006, novembro/ 2009)

A interpretação de Joel é presente em alguns grupos no Campo Belo, que apontam diferença tática entre os dois partidos e depositaram expectativas na abertura política que o governo petista/pedetista teria proporcionado na questão da disputa pela reversão da desapropriação do bairro. A reação contrária dos representantes tucanos no município ocorreu (Anexos, reportagem 10, pp 161), o que reforçou a associação entre o PSDB e os grupos imobiliários interessados na desapropriação, dando espaço para que o prefeito trabalhasse sua imagem de defensor dos interesses dos moradores do Campo Belo:

“Não tem o menor fundamento achar que a melhoria da qualidade de vida de 40 mil pessoas não tem importância. Proponho a quem defende a saída daquele povo, que vá lá no meio do Campo Belo e diga aos moradores que eles têm que sair para que os jogos de pólo sejam protegidos” (Hélio da Costa, reportagem Correio Popular, 22/06/2009)

A argumentação do prefeito veio como resposta às críticas de um vereador do PSDB, o qual levantou o discurso que se mostrou mais comum na crítica à mudança: os impactos ambientais que a ampliação do aeroporto traria para a área rural. Hélio menciona os jogos de pólo para referir-se ao perfil dos proprietários da área e também à posição social dos grupos contrários à reversão da área de desapropriação, reforçando o binarismo da interpretação PSDB/grupos imobiliários x PT/movimento popular.

As reações contrárias ao novo projeto de desapropriação – manifestadas principalmente pelo PSDB, pelos moradores da área rural e pelo Ministério Público⁹⁵ - evidenciam que a reversão realmente contrariava o interesse de alguns grupos da

⁹⁵ O Ministério Público iniciou em 2006 uma Ação Civil Pública, pleiteando o impedimento das obras de infraestrutura no Campo Belo até que fosse liberado o relatório dos impactos ambientais que a ampliação teria sobre a nova área indicada (o documento deve ser apresentado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente). O promotor alegava que o investimento no bairro inviabilizaria a desapropriação do Campo Belo, o que não poderia ocorrer antes da definição técnica dos impactos ambientais, visto que a desapropriação deveria se dar onde os impactos ambientais fossem menores. A decisão em primeira instância impediu os investimentos, porém a decisão do judiciário foi revertida na 2ª. instância, garantindo o início das obras no Campo Belo.

cidade, que articularam seus representantes para criticar publicamente a alteração, tentando barrá-la.

Para ter mais clareza das forças políticas que se incomodaram com a alteração seria necessário maior conhecimento sobre os modos de agir mais específicos dos agentes imobiliários e das relações que estabelecem com as instituições estatais, entre elas o judiciário. A questão demandaria outra pesquisa, dada a sua complexidade, mas é possível trazer alguns apontamentos apresentados em pesquisas como a de Miranda (2002), que investigou, na cidade de Campinas, o interesse dos agentes imobiliários pelas áreas rurais, dada a possibilidade de ganho financeiro quando tais áreas são convertidas em urbanas. A autora destaca a pressão dos proprietários de terras rurais e empreendedores sobre as secretarias municipais para alteração no zoneamento, destacando, inclusive, que muitos cargos do governo são ocupados por sujeitos ligados ao capital imobiliário, o que facilita as alterações exigidas. A desapropriação do Campo Belo deixaria a área rural livre para comercialização e talvez essa fosse a expectativa de alguns empreendedores. Tal interesse, aliado ao incômodo político de ter que lidar com moradores com histórico de resistência política, funda a reação contrária de alguns grupos à alteração efetuada pelos governos federal e municipal.

Por outro lado, interesses de grupos industriais e do setor logístico de importação/ exportação permaneciam inabalados pela alteração. Sem esse consentimento empresarial, o governo não promoveria a mudança. A nova área a ser desapropriada é mais extensa que a primeira, o que favorece as empresas interessadas em atuar dentro do aeroporto, nos chamados “condomínios logísticos”, que são os espaços aeroportuários para empresas envolvidas com o manuseio e transporte de cargas aéreas. Uma das principais reclamações de empresários do setor (Anexos, pp 163) é exatamente o tamanho da área do aeroporto destinada a esse fim. Há também a área que deve ser destinada às indústrias que pretendem realizar sua produção no interior do aeroporto, agilizando, assim, a montagem e o fluxo de mercadorias. Essas atividades demandam espaço e tornam cada metro de ampliação do aeroporto muito importante. A tabela abaixo concentra os dados relacionados à ampliação no Campo Belo e na área rural, facilitando a comparação:

População atingida e Gastos com a ampliação de Viracopos antes e depois de 2006		
	Antes de 2006	Depois de 2006
Gastos previstos com para infraestrutura ampliação	Aproximadamente 350 milhões	Aproximadamente 350 milhões
Gastos com a desapropriação	360 milhões	150 milhões (site Infraero) + 74 milhões do Vip-Viracopos (pago pelo PAC)
População atingida	25.615 pessoas (Seplama)	193 famílias (aproximadamente 600 pessoas)
Área	Urbana: 12 Km ²	Maioria rural: 88 propriedades -12,30 Km ² (decreto de 2006) + 9 km ² (decreto de 2008) = 21,5 km ² + 8 (área do aeroporto atual (=29,9 km ²))
Área do aeroporto (8 km²) somada à ampliação	20 km ²	29,9 km ²
Economia com a alteração: cerca de 200 milhões		
Área do aeroporto em 2006: 8 km²		
Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados em reportagens da imprensa local e nos sites da Infraero e prefeitura de Campinas.		

Os dados da tabela indicam que na área rural o espaço de ampliação é maior e é menor o valor para desapropriação, que antes era de R\$ 350 milhões e, depois de 2006, passa a ser de R\$ 150 milhões. Para os grupos interessados em atividades no interior do aeroporto, a ampliação na área rural é interessante: são 9,9 km² a mais de área de atividades aeroportuárias. Já para o Estado, significa uma redução no montante direcionado à desapropriação, uma redução de 200 milhões. Por essas informações, é possível considerar que, para algumas frações empresariais, a alteração na desapropriação era vantajosa e, para o Estado, era forma de reduzir custos e lidar,

relativamente bem, com as tensões que o cercavam, atendendo ao mercado e “acalmando” os moradores.

Entre os grupos interessados na comercialização do entorno de Viracopos, houve aqueles que contavam com o esvaziamento do Campo Belo e se viram prejudicados, porém isso não significa que as alterações impossibilitam a inserção de atividades lucrativas no bairro. A apropriação comercial do Campo Belo não é impedida pela alteração, talvez até venha a facilitá-la. É preciso investigar mais cuidadosamente de que modo a mudança afetou as relações econômicas e políticas no bairro, assim como é preciso analisar se o novo decreto veio como sinônimo, tal como entenderam os moradores, de garantia da permanência no bairro.

3. As mudanças no projeto de ampliação: garantia de permanência?

A alteração na área de ampliação foi divulgada junto com a notícia do investimento de 104 milhões em obras no Campo Belo. Se a Infraero economizou 160 milhões nos custos da desapropriação, o governo federal, em contrapartida, direcionava parte deste valor (74 milhões foi a sua parte acordada com a prefeitura) para as obras no Campo Belo, prometendo o atendimento de uma das demandas dos moradores: a estruturação do bairro.

A decisão sobre a urbanização foi conquista da mobilização dos moradores, o que não invalida o fato de que os serviços públicos inseridos são necessários, também, a qualquer grupo que pretenda se instalar ali. A estruturação torna a área mais atrativa para múltiplos usos, a correlação das forças políticas que concorrem pelo lugar vai definir os grupos que terão preferência no acesso à área e a normatização estabelecida pelo Estado a partir de tal conjuntura.

As normas que definem o uso do lugar foi alvo de mudanças em 2006. Além da alteração na área de desapropriação e da verba para urbanização, houve alterações no

Plano Diretor da cidade, inclusive na classificação da macrozona 7⁹⁶, região em que se encontra o Campo Belo. Foi elaborado pelo governo municipal um plano de gestão da área que traz como principais alterações:

Alteração 1: de área imprópria à urbanização, o local passa a área de influência aeroportuária. A nova regulação admite a região enquanto espaço para fins de moradia e comércio, embora as atividades incentivadas fiquem restringidas à noção abstrata de “influência aeroportuária”.

Alteração 2: São estabelecidos locais destinados à preservação ambiental, as chamadas APPS (Áreas de Proteção Permanente). Os dois lugares definidos como APP no Campo Belo são ocupados já há tempos, como no caso do Núcleo São João⁹⁷ (Campo Belo I), em que os moradores residem ali há mais de 30 anos. O lugar em que vivem passou, então, a ser considerado APP, denominação estranha aos moradores, como enfatizou Ivete, da associação do Campo Belo I: “Estamos há 30 anos aqui, de repente o lugar vira meio ambiente e dizem que a gente tem que sair”.

O planejamento municipal indica a remoção das famílias que moram nessas áreas, com a transferência dos moradores para as casas da Cohab-Jardim Marisa, área vizinha, também no Campo Belo I (Anexos, fotos 11/12), a serem pagas pelos moradores através de um financiamento de 10 anos.

Alteração 3: O plano de gestão menciona a regularização fundiária, ao mesmo tempo em que contempla um mapeamento de todas as áreas públicas no bairro. A atenção às áreas públicas é associada à necessidade de espaços para equipamentos comunitários e de lazer.

As mudanças no plano diretor representam uma nova normatização da área, que formalmente viriam a atender, conforme as expectativas dos grupos locais, as

⁹⁶ A macrozona 7 é a que engloba o Campo Belo, o aeroporto de Viracopos e toda área rural ao seu lado. O plano de gestão da macrozona, que compõe o Plano Diretor de 2006, pode ser encontrado no site da prefeitura de Campinas, link da Seplama (Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano)

⁹⁷ Na área que é chamada Núcleo São João viviam, em 2009, 154 famílias, muitas há mais de 20 anos no local. Juridicamente, a área é pública e a prefeitura, desde 2006, passou a pleitear a área, sob a justificativa de ‘área de risco’.

promessas estatais de permanência dos moradores no lugar. Na prática, porém, elas podem significar um modo de efetuar, de forma controlada, a transição no modo de ocupação predominante no Campo Belo. Ficou evidente no plano de gestão a preocupação com as áreas públicas e a insistente indicação da necessidade de novos usos para esses locais, sem nenhuma referência à regularização de moradias.

Todas as alterações no zoneamento ocorrem no contexto de valorização do Campo Belo e da evidente – porém pouco comentada – necessidade de adequar a região para dar suporte às atividades relacionadas ao aeroporto. Entre os moradores, prevaleceu o entendimento de uma conquista política e de que o uso residencial e popular do bairro ficou garantido. O programa Vip-Viracopos foi festejado, pois em todos os anos de ameaça de desapropriação, o principal argumento ouvido pelos moradores era de que a área seria esvaziada, por isso não seriam implantados serviços públicos no local; o investimento foi entendido, então, como reconhecimento público da legitimidade dos moradores estarem ali.

A mudança na área de desapropriação, do modo como ocorreu, foi conquista e também enquadramento. Houve aproximação entre as associações de moradores e o governo municipal, o que diluiu, nos anos seguintes, o questionamento às ações da prefeitura, até que a ameaça de remoção de cento e cinquenta famílias de uma área pública provocou nos atingidos a percepção do vínculo entre prefeitura e os interesses empresariais no Campo Belo. Formou-se um pequeno grupo de oposição à remoção, que permaneceu isolado em meio a tantas expectativas sobre o projeto municipal para o bairro. Consenso e confronto são posições que coexistem entre os moradores.

4. O Campo Belo nos anos 2000

Os 74 milhões do projeto Vip-Viracopos seriam direcionados, conforme anunciado pela prefeitura (Anexos, pp. 154/158), para ações de reurbanização do Campo Belo, contemplando: regularização fundiária, saneamento básico, iluminação

pública, construção de um posto de saúde e de casas populares, asfalto e equipamentos sociais e de lazer.

Houve diferenças nos posicionamentos tomados pelas associações de moradores para cobrar a realização das obras: aquela cujos representantes já tinham uma relação mais próxima com a prefeitura aumentou a participação nas reuniões dos conselhos e com as secretarias municipais e intensificou no bairro o papel de gestor de serviços públicos: essa é a postura de uma das associações acompanhadas, que controla o acesso aos terrenos, a distribuição de cestas básicas e administra um recurso municipal direcionado ao funcionamento de uma creche. Esse controle se dá na região que é abrangida pela associação, há um limite territorial, estabelecido pela existência de outras associações. Já a outra associação que acompanhei durante o trabalho de campo vivia um momento de conflito com o governo municipal. Em abril de 2006, dois meses depois do anúncio da reversão da desapropriação, ocorreu uma reunião (Anexos, Documentos das associações 1) entre a associação de moradores do Campo Belo I e a secretaria municipal de habitação. O encontro foi proposto pela prefeitura, para informar as 154 famílias do Núcleo São João de que a área em que moravam há décadas era 'área de risco' e de que seriam transferidas para casas no Jardim Marisa⁹⁸. Conforme consta na ata da reunião, houve perguntas dos moradores aos representantes da prefeitura, entre quais se destacam: o que acontece se o morador não conseguir pagar as prestações? E as famílias que não tem renda? E as famílias que moram, hoje, juntas numa mesma casa de 250 m², vão caber nas casinhas de 32 m²? "Levei 20 anos para construir minha casa, agora tenho que deixá-la e pagar por outra"? Na ata constou também que muitas perguntas ficaram sem resposta.

Em agosto do mesmo ano, os moradores do São João realizaram uma assembleia (Anexos, Documentos 2) para discutirem os objetivos da prefeitura. Foi mencionada a cerimônia de anúncio da reversão da desapropriação, em que Lula

⁹⁸ O Jardim Marisa é, assim como o Núcleo São João, parte do Campo Belo I. A diferença é que o Jardim Marisa fica alguns metros mais distante do aeroporto. Com recursos vindos do PAC e da prefeitura, foram construídas 185 casas de 39,5 m², pelas quais os moradores devem pagar R\$ 60,00/mensais e 85 casas de 32 m², R\$ 40,00/mensais, ambas num período de 10 anos. O valor gasto nas construções, de acordo com outdoor da prefeitura no bairro, é de 12 milhões (Anexos, fotos 13).

afirmou que ninguém seria removido. Neste momento, os moradores questionaram a classificação 'área de risco': "mesmo com os esgotos no córrego, não há danos para as moradias, elas estão em área seca, são colocadas pela secretaria municipal de habitação como área de risco, e isto não é confirmado pela população"⁹⁹ (Valéria, associação de moradores do Campo Belo I). A assembleia resultou na posição contrária dos moradores à remoção.

A associação do Campo Belo I começou a questionar os planos da prefeitura para a região e tentou convencer os vizinhos que moravam ao redor a ajudarem os moradores do São João a resistir à saída (Anexos, Documentos 3). A ânsia do governo municipal no controle das áreas públicas e o silenciamento dado à questão da regularização despertaram em alguns grupos a desconfiança em relação aos fins que movem a reurbanização do Campo Belo.

Entre os representantes da associação do Campo Belo II, a mensagem de Lula – todos ganham, empresários e moradores – teve uma aderência maior, algo que se relaciona também à militância no PT. Esse grupo, em particular, entende o projeto Vip Viracopos como garantia de estrutura para os moradores, mas também como atrativo para empresas e visualizam esse processo como algo que trará um retorno inclusivo para alguns grupos locais, tal como geração de empregos e acesso a espaços de cultura e lazer. Postura diferente da que predomina nos moradores do Núcleo São João. Por estarem ameaçados de remoção, esses têm confrontos mais incisivos com o governo municipal e acabam por visualizar o projeto de urbanização em sua dimensão hierarquizante e de ameaça à permanência das famílias.

Quando alguns moradores que estão na 'área de risco' perguntam: 'mas o que acontece se no percurso eu não tiver dinheiro para pagar as prestações?', 'e se mais de duas famílias vivem na mesma casa, onde vão caber?' 'e quem não tem renda?' eles estão mostrando uma previsão política de algo que pode ocorrer num futuro próximo. Grande parte dos que vivem no Campo Belo não tem uma renda fixa e nem um vínculo

⁹⁹ Representantes da associação mostraram os inúmeros ofícios que protocolaram na prefeitura pedindo a limpeza do córrego ali próximo. Foram anos e muitos ofícios, sem nenhuma ação concreta. Fabricação do risco.

de trabalho que garanta certa previsão orçamentária futura. E o que acontece quando a família está sem renda e o pão da padaria vai ficando mais caro? E a quitanda vai virando shopping das frutas? E quando a família não tem renda e o lugar em que ela mora passa a representar um valor que lhe garantiria a sobrevivência por mais tempo que o trabalho precário? Valladares (1978), quando analisou o processo de transição de moradores de uma favela carioca para um conjunto habitacional, destacou algo que já é de conhecimento sólido nos governos: os primeiros grupos populacionais a habitar um conjunto habitacional não permanecem por muito tempo. Logo há uma mudança¹⁰⁰ no perfil socioeconômico dos moradores, as casas vão sendo transferidas, vendidas, perdidas por dívidas para grupos que têm melhores condições de arcar com os custos relacionados à moradia, é uma forma de expulsão silenciosa, hoje vai um, amanhã, outro.

Ao caminhar pelo Campo Belo, observar as casas em reforma ou construção, e conversar com os moradores, ficam nítidas as mudanças que vêm acontecendo no bairro. Novos moradores continuam a chegar, novas casas vão sendo levantadas. São casas simples, mas aumenta também o número de construções maiores e mais caras, assim como os preços no comércio local (padaria, açougue, farmácia) vão indicando que chegam ali famílias cuja renda pode abarcar tal preço.

Conforme a região vai se valorizando, existe a tendência das famílias de maior instabilidade econômica terem maiores dificuldades de consumo básico. As regulações estatais interferem nesse processo, na direção que pode ser identificada ao acompanhar as ações do governo municipal nos anos posteriores à mudança na ampliação.

Em 2008, ocorreu na prefeitura um evento com empresários do setor hoteleiro e imobiliário, em que foi divulgado pelo governo municipal o relatório: “Potencial imobiliário de sustentação da viabilidade do trem de alta velocidade na área de Campinas”. O estudo aponta as possibilidades de retorno financeiro para empresas que se propuserem a investir na área circundante ao percurso do futuro Trem de Alta

¹⁰⁰ Valladares (1978) nomeia tal processo de urbanização removedora.

Velocidade (TAV) em Campinas. De acordo com o estudo, essas empresas poderiam ampliar sua lucratividade através de atividades comerciais nos trechos de passagem do trem, o que tornaria mais atrativo aos empresários o investimento no TAV:

“Campinas dá um passo a frente e apresenta um estudo importante sobre empreendimentos imobiliários e empresariais que podem ser implantados na região central da cidade e do aeroporto de Viracopos, agregando valores. Este estudo serve de subsídio para consórcios empresariais que apresentarem propostas na licitação para implantação do TAV. São 20 milhões de m² nas proximidades do aeroporto e 40 mil m² na área ferroviária central. Entre os benefícios para atrair os investidores e tornar o TAV atrativo no trecho dentro de Campinas, constam ainda incentivos fiscais e alterações no potencial construtivo nas áreas do entorno” (Hélio Carlos Jarreta, Secretário municipal de urbanismo, 09/10/2008, Anexos, pp.)

O estudo deixou evidente o empenho do governo municipal em garantir a implantação do TAV em Campinas. A fala do secretário municipal deixa clara a intenção da prefeitura em investir na estrutura necessária e em alterações no “potencial construtivo” da área indicada.

Após a divulgação do relatório, quase que diariamente há reportagens, no jornal local, sobre a ampliação do fluxo de mercadorias e passageiros em Viracopos e a disputa do governo municipal pela passagem do TAV por Campinas. Sobre o entorno de Viracopos, é frisado que são km² livres para investimento e sobre a possibilidade de múltiplos usos da região: construção de condomínios residenciais, shoppings, rede de hotéis, postos de armazenagem de cargas (Anexos, Reportagem 18). As reportagens são incisivas em propagandear os benefícios de se investir na região e fornecem indícios claros de que há grupos na cidade, inclusive dentro do Estado, dirigindo grandes esforços para uma contextualização econômica mais incisiva do entorno do aeroporto.

Os diferentes grupos do Campo Belo que estiveram envolvidos com a luta pela permanência na área expressam diferença na interpretação das mudanças, os grupos mais institucionalizados são mais aderentes aos discursos do governo municipal, há os que fazem um enfrentamento mais direto, embora não abandonem as práticas

clientelistas e há ainda um comportamento geral, cada vez mais generalizado, de medo/aversão¹⁰¹ à manifestações públicas.

Os quatro campos discursivos que apontamos no capítulo 2 mostram-se na história da luta dos moradores contra a desapropriação e se fazem presentes, também, nas reações dos moradores à recontextualização econômica do Campo Belo. Há momentos em que as posições políticas dos moradores se mesclam, em outros, se confrontam, repercutindo no fato de que oposição e concordância aos projetos empresarias/estatais coexistem e vão alterando a intensidade e proporção com que se mostram.

Podemos indicar que o personalismo predomina na organização das associações. A centralização das decisões em lideranças carismáticas e/ou experientes inibe a amplitude das discussões e incita uma posição de espera, que se transfere da liderança local à autoridade estatal. Efeito semelhante ocorre no participacionismo, que traz uma grande expectativa nos canais institucionais, ao mesmo tempo em que os momentos de deliberação coletiva tornam-se raros, dificultando ao grupo qualificar os argumentos. Tanto o personalismo como o participacionismo facilitam ao Estado maior possibilidade de persuasão, inibindo a resistência mais incisiva às transformações que atendem aos interesses do mercado imobiliário.

Na sociabilidade dos moradores se fazem também presentes momentos em que se reconhecem como grupo e questionam o sistema de hierarquização social que lhes indica o acesso precarizado a um lugar na cidade. Esse coletivismo alimenta as

¹⁰¹ Esta constatação foi sendo construída ao longo do trabalho de campo, onde se percebia uma dificuldade de adesão dos moradores à propostas de manifestação coletiva dos problemas enfrentados no dia-dia. O episódio de transporte dos alunos de uma escola estadual foi um exemplo, presenciei porque dava aulas nesta escola na época em que ocorreu o fato. Era antiga a intenção da secretaria estadual de educação de transferir alunos do bairro para uma escola, na cidade vizinha, mas sempre houve forte resistência das mães e a secretaria adiou a decisão. Em 2007, a mudança ocorreu, foi anunciado que a partir do ano seguinte, os alunos – crianças de 5ª. a 8ª. série – seriam transportados de ônibus todos os dias para a escola na cidade vizinha. Não houve resistência à decisão, diferente da postura anterior. No final de 2009, uma aluna, que estava com parte do corpo para fora durante o transporte, bateu a cabeça num poste e morreu. Como disse Ruth, em tempos passados isso era motivo para fechar a rodovia para brigar pela construção de outra escola no bairro, mas a reação coletiva, apesar de toda indignação, não se transformou num ato político. Existe hoje uma dificuldade maior de expressão da discordância com as decisões políticas, o que expressa a precária participação política dos movimentos sociais.

ações diretas e pressiona as lideranças cooptadas e o Estado a recuarem em algumas posições.

Conclusões

A preocupação inicial da pesquisa foi entender os processos urbanos que conduziram ao problema atual da moradia em Campinas. Este objetivo nos levou a investigar os modos como o Estado operacionaliza os interesses do mercado imobiliário na cidade e como se dão as resistências. Nosso desafio foi pontuar as movimentações das classes dominantes sem desconsiderar as elaborações populares, contrapondo-se a ideia da paralisia política popular, como se os grupos populares fossem de um lado para o outro, guiados pelos interesses do Estado e do mercado, sem uma elaboração política própria.

A dificuldade de entender a política como produto do conflito de forças sociais, reconhecendo as resistências e lutas populares, foi sendo enfrentada no diálogo com autores que detiveram suas análises na elaboração política dos grupos subalternos. As considerações de Eder Sader sobre as matrizes discursivas que balizaram o envolvimento dos trabalhadores nos movimentos sociais nos anos de 1980 levaram a refletir sobre o caminho entre a experiência e sua tradução, mediada por discursos (ou conjuntos de ideias) que travam entre si momentos de aproximação e de confronto. Avtar Brah (2006), nesta mesma direção, ressalta que: “é na experiência que o sujeito se forma” (Brah, 2006), chamando a atenção para o fato de que a relação entre os sujeitos e os campos discursivos não é mecânica e nem linear. Há, no sentido gramsciano, uma batalha pelo convencimento, e nessa batalha os grupos populares vão formando suas posições, as quais contemplam pontos de consenso à lógica que mantém a subalternidade e pontos que a desafiam.

Consenso e resistência constituem as reações populares e conduzem a existência, no interior de um mesmo grupo, de diferentes posições políticas. Essa

reflexão nos foi importante para compreender que não há somente a dominação, ou somente a resistência, ou a apatia, ou a cumplicidade, essas coexistem e se mostram na variedade de respostas que emergem no interior do grupo subalternizado. Diante desta percepção, passamos a concentrar maior atenção na forma como os moradores se diferenciam e hierarquizam na construção dos espaços populares de mediação, para pensar em que medida o modo como se organizam pode facilitar ou dificultar a concretização dos projetos estatais que os subordina. Para tanto, delineamos quatro campos discursivos que sobressaem nas posições políticas dos moradores.

Os campos discursivos identificados foram aqui nomeados como coletivismo, marcado pelo reconhecimento de pertencer a um grupo que vive uma mesma situação de restrição e questiona as hierarquias que centralizam as decisões; o personalismo, formado pela busca constante de uma autoridade legítima em decidir pelo grupo; o participacionismo, formado por um misto entre as ideias de democracia representativa e participativa; e o liberalismo, com a tese central de que a política é questão técnica restrita aos representantes institucionalizados e que cabe a cada um concentrar-se em seu caminho individual e empenhar-se em obter melhor inserção social para si e sua família.

No primeiro campo, participar é deliberar coletivamente (seja no interior do movimento ou fora dele); no segundo a participação é sempre tutelada por um personagem central que, numa escala hierárquica, é o mais legítimo para decidir e direcionar o grupo; no terceiro participar é ocupar os canais institucionais de interlocução com o Estado e lutar pelo reconhecimento de direitos; no quarto, participar é colaborar com o Estado, ajudando a melhorar os efeitos perversos de uma configuração social inevitável.

Os quatro campos discursivos coexistem no interior das associações. Entre eles, o personalismo tem predominância e acaba por definir o modo de organização interna da associação. Na maioria das vezes, formam-se as lideranças, legitimadas pelo seu carisma, experiência política ou conhecimento sistematizado, e essas passam a “falar pelo grupo”, são elas que nomeiam prioritariamente o contexto vivenciado. Há clara

divisão entre o pensar o contexto (elaboração intelectual) e o agir nele (que se transforma em seguir as orientações do personagem central).

A predominância do personalismo na organização das associações de moradores, a torna mais vulnerável às táticas estatais de desagregação e convencimento à “colaboração de classes”. O distanciamento que se estabelece entre o pensar (monopolizado pelas lideranças) e o agir faz com que o grupo tenha pouco ou nenhum poder de controle sobre a ação das associações.

O participacionismo, em certo sentido, acaba por alimentar as relações personalistas. Ao centrar as expectativas na atuação nos canais institucionais acaba por criar uma militância especializada, formada por lideranças que acabam por incorporar as normas e vocabulário burocrático e priorizam as decisões nesses espaços em detrimento de processos deliberativos entre os moradores, que deveriam ser os norteadores da atuação das associações. São precisas, neste sentido, as ressalvas de Hirata (2010) sobre o caráter mistificador da democracia participativa e também de Naves (2010) quando observa que o Estado democrático de direito e as formas de participação que este prevê absorvem as críticas mais profundas dos processos de subordinação política e as redireciona à discussão sobre reformas pontuais. Cabem, ainda, as considerações de Maricato (2007)¹⁰², de que a forte atração pelos espaços institucionais deixam muitas vezes de considerar que o Estado é o cerne de manutenção da desigualdade e tem sedutor poder de persuasão e cooptação.

O episódio de 2006, em que o presidente Lula vem ao Aeroporto de Viracopos e anuncia o fim da desapropriação e o investimento em urbanização, foi um sofisticado momento de convencimento, acalmaram-se as controvérsias e firmaram-se os heróis da alteração: o presidente Lula e o prefeito Hélio. Repetimos aqui as palavras do discurso de Lula no aeroporto, em abril de 2006:

¹⁰² Maricato, Ermínia. Nunca fomos tão participativos. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br>. Texto elaborado para a 3ª Conferência Nacional das Cidades, de 29 de novembro de 2007.

“(...) a corda não precisa arrebentar. Por que a corda tem que arrebentar? A corda pode ficar sem arrebentar e a gente pode fazer com que vários segmentos da sociedade possam viver em harmonia, cada um tendo aquilo que é possível naquele momento.”

A alteração, do modo como foi feita, fortaleceu entre os moradores duas ideias: a de que a permanência estava garantida e a de que a expansão do aeroporto trará benefícios aos moradores. As manifestações se acalmaram e algumas lideranças estreitaram os laços com os representantes do governo.

A predominância do personalismo na organização dos moradores facilitou e potencializou esse processo de convencimento. Em certo sentido, a expectativa em relação às lideranças é transferida aos representantes políticos, grande parte dos moradores acreditou que agora bastava esperar pelos investimentos. Nas eleições presidenciais de 2008, as lideranças se concentraram na campanha eleitoral de Lula e Hélio, as reuniões da associação pararam de ocorrer e as propostas de manifestação que surgiam eram adiadas, na espera da implantação do programa de urbanização batizado como “Vip-Viracopos”.

As resistências e os questionamentos não deixaram de existir, são marginais, mas se fazem presentes e continuam a travar confronto, principalmente nos episódios como a remoção no Núcleo São João. O enfrentamento ocorre misturado a um grau de consenso aos projetos estatais. Consentimento e resistência coexistem, embora as posições que favoreçam o primeiro tenham mais força na organização dos moradores.

Acompanhar o processo de luta por moradia no Campo Belo e observar em que momentos os diferentes campos discursivos conseguem menor ou maior aderência nos leva a visualizar que a disputa por diferentes formas de organização social permanece viva e se reconfigura no processo histórico. O momento atual é marcado por uma retração do já marginal discurso de base mais coletivista, pelo reforço dos discursos neoliberais e a ascensão das expectativas nos canais institucionais de interlocução com o Estado. Essa configuração não é permanente, sua alteração é motorizada na relação entre as condições materiais de existência e os discursos que a

interpelam. Neste sentido, cabe-nos investigar a intensidade e táticas discursivas e os graus de ascensão que conseguem em diferentes conjunturas.

Ao acompanhar a luta por moradia no Campo Belo - da ocupação massiva, passando pela reversão da desapropriação e reestruturação do bairro - podemos afirmar que, nos anos de mobilização contra a desapropriação, houve, resguardadas as diferentes posições políticas, coesão entre os grupos articuladores e ampla participação dos moradores nas manifestações. Foi um longo período que combinou mediadores com discursos basistas (CEBs, PT em início, Movimento Assembléia do Povo) e uma população que, enfrentando sérias dificuldades de sobrevivência, reservava expectativas de melhor inclusão e mobilidade sociais.

A reversão da desapropriação ocorreu com um persuasivo discurso estatal: “ganha o rico, ganha o pobre” e que coloca os governos municipal e federal como “aliados do povo”. A posição de colaboração com o Estado que alguns grupos de moradores passam a assumir, colocando-se como parte da gestão, dificulta a discussão coletiva sobre os interesses empresariais no Campo Belo e sobre como o Estado vai materializando tais interesses. Na oposição a esses grupos mais institucionalizados, a resistência vai se reconstruindo, todavia ela se dá num contexto bem diferente do encontrado nos anos 80.

A diluição dos mediadores populares de discursos mais coletivistas, o aumento da precarização das formas de sobrevivência e a ascensão do discurso do indivíduo-consumidor desenham um conjunto de moradores menos dispostos à mobilização política. Porém nem tudo parece ter se desmanchado. Há um conhecimento político construído na história das lutas populares que nutre as tentativas de reinvenção. A burocratização e o convencimento não se dão sem momentos de contraposição, ocorre que os espaços que alimentam os dois primeiros são mais numerosos e frequentes.

Nos espaços de mediação populares há, dado o contexto apresentado, forte tendência de que estes operem mais como forma de controle social que de

emancipação política. Entretanto, a ambigüidade e o conflito não deixam de existir e a luta por diferentes modos de organização política persiste.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Pedro. **Quatro notas preliminares sobre a teoria econômica na favela: localização residencial e mercado de trabalho.** In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., 2001, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2001

ABRAMO, Pedro; FARIA, Teresa Cristina. **Mobilidade residencial na cidade do Rio de Janeiro: considerações sobre os setores formal e informal do mercado imobiliário.** Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a139.pdf>, 2000.

ALMEIDA, Ronaldo de. **Religião na metrópole paulista.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, Vol. 19 nº. 56 outubro/2004

ALVES, Doraci Lopes. **Marginais da história? O movimento dos favelados da Assembléia do Povo (1979/1986).** Campinas/ SP: Editora Alínea, 1997.

ANDERSON, Perry. **As ideias e a ação política na mudança histórica.** *En publicación: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas* Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.17.doc>

ANTUNES, Ricardo. **Neoliberalismo, reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho.** *Revista da Faculdade de Direito de Campos*, Ano III, n. 3, 2002.

ANTUNES, R. e ALVES, G. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital.** *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>.

ARAÚJO, M.P. **A luta democrática contra o regime militar na década de 1970.** In: *História e Memória*, Capítulo 10, 2005.

ARRETCHE, Marta T. S. **Estado e mercado na provisão habitacional: três modelos de política.** Dissertação de mestrado em Ciência Política. IFCH/Unicamp, 1990.

AVRITZER, Leonardo (org). **A participação em São Paulo.** Editora Unesp, 2004.

BAENINGER, Rosana. **Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista.** Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia. IFCH/ Unicamp.

BAIERLE, Sérgio G. **Um novo princípio ético-político: prática social e sujeito os movimentos populares de Porto Alegre nos anos 80.** Dissertação de mestrado em Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1992.

BAIERLE, Sérgio G. **Porto Alegre neoliberal: a decapitação social-capitalista dos líderes comunitários e os limites do Novo Gerencialismo Público Inclusivo.** Coleção Cadernos da Cidade. Centro de Assessoria e Estudos Urbanos, Porto Alegre/ RS, N. 15, V. 12, Nov/ 2009.

BALTRUSIS, Nelson. **Favelas, a comercialização de imóveis informais e irregulares para baixa renda.** *Cadernos IPPUR*, ANO XXII, No. 1, JAN-JUL 2008.

BENOIT, Hector. **O assentamento Anita Garibaldi. Entrevista com o MTST.** *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, nº 14, 2002.

- BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias em São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1985.
- BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da Habitação Social no Brasil**. *Análise Social*, vol. xxix (127), 1994 (3.º), 711-732.
- BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. *Cadernos Pagu* (26), janeiro-junho de 2006: pp.329-376.
- CANEDO, Letícia B. **A classe operária vai ao sindicato**. São Paulo. Editora Contexto, 1998.
- CAPPA, J.; SOUZA, J. H. **A importância do aeroporto internacional de Viracopos para as estratégias empresariais no mercado internacional**. *RGA, Revista Geografia*, v. 4, n. 1, 2010.
- CAPPA, J. **O aeroporto Internacional de Viracopos como fator de desenvolvimento para a região de Campinas e a competitividade internacional para empresas**. *Revista Econômica*, Rio de Janeiro, V. 12, N.1, p. 155-175, junho/ 2010.
- CARVALHO, Edemir de. **Crise Urbana e Habitação Popular em Campinas, 1870 -1956**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Sociais, IFCH/ Unicamp, 1991.
- CARVALHO, José Jorge de. **O olhar etnográfico e a voz subalterna**. *Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 107-147, julho de 2001
- CARVALHO, Maria Carmo Albuquerque. **Participação social no Brasil hoje**. São Paulo: Instituto Polis/PUC-SP, 1998. Papers no. 2.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras: 2006
- DAGNINO; OLVERA; PANFICHI. **Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina**. In: Dagnino, E; Olvera, A; Panfichi, A (orgs). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. Unicamp, Editora Paz e Terra, São Paulo, 2006.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo 1920 – 1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DOIMO, Ana Maria. **Movimento social urbano, igreja e participação popular**. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, IFCH/Unicamp, 1983.
- DOIMO, Ana Maria. **Pluralidade religiosa à brasileira, associativismo e movimentos sociais em São Paulo**. In: **L. Avritzer (org.)**. *A participação em São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 2004. In: AVRITZER, Leonardo. (Org.). *A Participação em São Paulo*. São Paulo: UNESP, 2004, p. 123-196.
- DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração em São Paulo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1984.
- FELTRAN, Gabriel. **Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2005.
- FELTRAN, Gabriel. **Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo**. *Lua Nova*, São Paulo, 79:201-233, 2010.
- FERNANDES, Ari. **Legislação urbana recente no município de Campinas**. *Cadernos PUCCAMP*, 2002.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica**. São Paulo, Editora Globo, 2006.

GOFFMAN, E. **Acalmando o otário: alguns aspectos da adaptação à falha**. Tradução. Plural. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, V. 16, N. 1, pp. 195-211, 2009.

GOMES, Maria T. S. **O debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil**. Revista RA'EGA 21 (2011). Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR.

GONÇALVES, José Roberto. **Espaço, tempo e memória. Reconstituo a trajetória das vilas populares em Campinas: o exemplo da Vila Castelo Branco**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Artes e Multimeios. Unicamp. 2002.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** Em: Silva, Tomas Tadeu (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, Vozes, 2000.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Liv Sovik (Org.). Adelaine La Guardia Resende (Trad.)... et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. 434 p. -- (Humanitas; v.93)

HARVEY, DAVID. **El "nuevo" imperialismo: sobre reajustes espacio-temporales y acumulación mediante desposesión**. Revista Teoria, Cultura e Gênero, 2001.

HIRATA, Helena. **Receitas japonesas, realidades brasileiras**. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo:CEBRAP, v.2,n.2,p.52-60,1983.

HIRATA, Francine. **A luta pela moradia em São Paulo. Dissertação de Mestrado em Ciência Política** - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2010.

KURZ, ROBERT. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna a crise da economia mundial**. Tradução De Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LEITE, Márcia Leite. **Classe, ideologia e trabalhismo**. Coleção Cadernos Cedec, no. 8, 1987.

LOPES, Doraci Alves. **Marginais da história? O movimento dos favelados da Assembleia do Povo (1979/1986)**. Editora Alínea, 1997.

MARICATO, Ermínia. **Nunca fomos tão participativos**. Texto elaborado para a 3ª Conferência Nacional das Cidades. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br>. de 29 de novembro de 2007.

MESTRE, Ana Paula. **Os usos do território e as políticas urbanas: o Jardim Campo Belo no processo de fragmentação da cidade de Campinas**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. Unicamp, Campinas, SP.: [s.n.], 2009.

MIRANDA. Z. A. I. **A Incorporação de Áreas Urbanas Rurais às Cidades: um estudo de caso sobre Campinas, SP**. 2002. 300 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

NAVES, Márcio Bilharinho. **Contribuição ao debate sobre a democracia**. *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, v. 10, p. 111-128, 1981.

NAVES, Márcio Bilharinho. **A democracia e o seu não lugar**. Revista Ideias, N. 1, nova série, 1º. Semestre de 2010.

- NEGRI, Barjas; PACHECO, Carlos Américo. **Mudança tecnológica e desenvolvimento regional nos anos 90: a nova dimensão espacial da indústria paulista.** *Espaço e Debates*. São Paulo: NERU, n.38, p.62-83, 1994.
- OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco.** Boitempo editorial, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco; Rizek, Cibele Saliba (orgs). **A era da indeterminação.** Boitempo editorial, 2007
- OLIVEIRA, Nathália Cristina. **Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo (1995-2009).** Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Campinas: IFCH/UNICAMP, 2010.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao bar. A utopia da cidade disciplinar,** Paz e Terra, 1985.
- RIDENTI, Marcelo. **Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores.** In: História e memória, Capítulo 3, 2005.
- Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas de trabalhadores na grande São Paulo.** São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- SANTOS, Antonio da Costa. **O ato de morar: uma oficina de posseiros.** Dissertação de mestrado. São Carlos: Escola de Engenharia da Universidade de São Paulo, 1985.
- SCOTT, Joan. **A invisibilidade da experiência.** Projeto História. Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História. PUC/SP, N.16, fevereiro de 1998.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra: experiência e memória.** São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Editora da UFMG, Belo Horizonte, 2010.
- SOUZA, Paulo Domingos. **Aspectos socioambientais das propostas de expansão do aeroporto de Viracopos, em Campinas, São Paulo.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2008.
- RIBEIRO, Cláudia M. L. **Ou é casa ou é nada: um estudo sobre lógica de ocupação dos espaços construídos à margem da legislação no município de Campinas – SP.** Dissertação de Mestrado. PPGS em Gestão Urbana. Puccamp/ Campinas, 2006.
- TATAGIBA, Luciana. **Os desafios da articulação entre Sociedade Civil e Sociedade Política sob o marco da democracia gerencial. O caso do projeto Rede Criança em Vitória/ES.** In: Dagnino, E; Olvera, A; Panfichi, A (orgs). A disputa pela construção democrática na América Latina. Unicamp, Editora Paz e Terra, São Paulo, 2006.
- TATAGIBA, Luciana. **A institucionalização da participação: os conselhos municipais de políticas públicas na cidade de São Paulo.** In: AVRITZER, Leonardo (org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p.323-370.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

TRAGTEMBERG, M. **Rosa Luxemburg e a crítica dos fenômenos burocráticos**. In: Rosa Luxemburg: a recusa da alienação. Loureiro, Isabel; Vigevani, Tullo (orgs). Editora Unesp, São Paulo, 1991.

VALLADARES, Licia. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1978.

VERRI, Narcisa Beatriz Whitaker (2008). ***Os sem-teto do centro de São Paulo: um balanço dos anos 2001-2004***. Campinas. 272p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Vol. 1. Editora de Brasília, 2009.

ANEXOS

Figuras

1)



Ao norte de Campinas estão as áreas mais valorizadas da cidade, onde se localizam bairros como o Taquaral, Barão Geraldo e a Cidade Universitária, indicados na figura. No outro extremo, ao sul, está o Campo Belo, do lado direito da rodovia Santos Dumont e o aeroporto está do outro lado, à esquerda da referida rodovia.

2) Histórico do aeroporto de Viracopos

Momento	Aeroporto de Viracopos	Campo Belo
1930	Abertura de um campo de pouso criado para esconder aviões de guerra usados por militares contra o governo de Getúlio Vargas (Revolução Constitucionalista de 1932)	Fazenda Singer, Fazenda Itaguaçu, Fazenda Palmeiras
1946	Expectativa de transformar o campo de pouso em aeroporto conduz ao decreto municipal 111;46 que desapropriou 246 alqueires de terra e investiu na construção de um barracão para passageiros	Fazenda Singer, Fazenda Itaguaçu, Fazenda Palmeiras - 1ª. Loteamento da região: fazenda palmeiras (vide tabela pg. ---)
1960	Governo estadual investe na construção de pista de 3.200 metros para receber aviões a jato. Inauguração oficial de Viracopos, enquanto aeroporto internacional de passageiros e cargas	Fazenda Palmeiras e parte da fazenda singer são incluídas no perímetro urbano e loteadas. Terrenos são vendidos, mas área não é ocupada, apenas alguns trabalhadores da antiga fazenda permanecem no local
1963	Governo Estadual redireciona aviões a jato de Congonhas para Viracopos. É construída a segunda pista de manobras e ampliada a área de recepção de cargas	Dona Hilda chega ao Campo Belo com o marido e filhos. Só havia outras 4 casas na região, uma delas era de seu irmão, antigo trabalhador da fazenda
1970	Infraero passa a administrar o aeroporto para fortalecer sua vocação para o transporte de cargas	
1979	Decreto Estadual 14.031;79 fixa grande área para ampliação do aeroporto. Nesta área está incluída toda a região do Campo Belo, neste momento, ainda pouco habitada. (Depois a desapropriação foi reforçada por decretos de utilização pública da área: Decretos Estaduais nº 18.985/82, 31.910/90, 40.196/95, 5.058/00, 49.763/05)	- Chegam novas famílias de migrantes ao Campo Belo como a de Seu Manoel, que ajudará a organizar a 1ª. associação de moradores e a de Dona Maria. - Assembléia do povo está presente no lugar, ajuda na elaboração de projeto de urbanização local
1985	Inaugurado Aeroporto Internacional de Guarulhos para onde são redirecionadas parte das atividades de Viracopos, que fica com movimentação reduzida.	- Aumenta a comercialização de terrenos no Campo Belo, chegam moradores de outras áreas da cidade, assim como migrantes, atraídos pelo preço mais baixo dos terrenos. Alguns moradores conseguem trabalho no aeroporto, outros trabalham nas plantações (café, amendoim, algodão) das fazendas próximas e também na fábrica de vassouras Euvétiá ali próxima. Linha de ônibus que liga bairro ao centro passa no começo da manhã e à tarde
1992	Retomada das atividades de transporte internacional de carga no aeroporto	- Ocorre a ocupação organizada do Campo Belo II

<p>1995</p>	<p>Infraero investe 300 milhões em novo terminal de cargas e na construção da maior torre aeroportuária do Brasil</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento acelerado da população da região. Organização da associação de moradores contra a desapropriação - São constantes as conversas entre lideranças locais e representantes da Infraero, foi o nome de Paulo Macedo que seria o responsável por intermediar o diálogo entre a Infraero e os moradores
<p>2006</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Decretos municipais 15.378/06, 15.503/06 alteram a área de desapropriação, excluindo a área do Campo Belo e incorporando uma área rural de chácaras, haras e uma colônia alemã a oeste do aeroporto. Em evento na cidade, Lula vem falar a população do Campo Belo sobre o fim da desapropriação na área. - Macrozona 7, antes classificada no plano diretor como Área Imprópria a Urbanização (AIU) passa a Área de Influência Aeroportuária (AIA) 	<ul style="list-style-type: none"> - Moradores comemoram - Voltam a se fortalecer as históricas rivalidades entre as associações - Projeto Vip Viracopos: inclusão do Campo Belo no Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários de 2006. A verba será de R\$ 20 milhões, sendo que a Prefeitura Municipal de Campinas e a SANASA investirão R\$11 milhões, o restante virá do Governo Federal. - Verbas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para infraestrutura e construção J. Marisa - Decreto 15.504/06 – desapropriação de área para construção do Jardim Marisa para abrigar famílias em área de risco

Fonte: Produção da autora.

3) Localização da região do Jd. Campo Belo em Campinas-SP e da linha férrea desativada



Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano de Campinas, 2007

Tabelas

Tabela 1 - Conjuntos Habitacionais construídos em Campinas – 1946 a 1954

Entidade Responsável	N. de casas	Ano da entrega
Prefeitura Municipal	72	1946
CAP – Mogiana (Ferrovia)	149	1942 e 1952
CAP – Cia Paulista Estação Fepasa	93	1950
IAP - Industriários	304	1950
IAP - Comerciais	50	1950
Fundação da Casa Popular	943	1954
TOTAL	1611	

Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas, 1954, organizado por Carvalho, Edemir.

Tabela 2 – Componentes do crescimento populacional – Campinas 1950-1980

Ano	Total	Rural	Urbana	Crescimento Absoluto (a.a.)	Participação do Crescimento Vegetativo no aumento populacional	Participação da Migração no aumento populacional
1900	67.694					
1918	105.160	44%	55%	2,48	93	6,6
1920	115.567			4,83	34	65
1934	132.819	48%	51,6%	1,0	166	-66
1940	129.949	35%	64,6%	1,62	141	- 41
1950	152.547	29,9%	70%	3,70		
1960	257.066	25%	75%	5,54	58%	41,5%
1970	375.864	21	89	5,86	37,5%	62,5%
1980	664.566	21	89	2,24	36%	64%
1990	847.500	3	97	1,50		
2000	969.396					

Fonte: Baeninger, R. (1992) e Cadernos de Subsídio ao Plano Diretor, 2006 – Seplama (Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano)

Tabela 3 - População Total e Favelada por Macrozona e Taxa de Crescimento, 1991 e 2000

Macrozona	População Total		População Favelada		% da Pop. Favelada		Taxa de crescimento (%a.a)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	Total	Favelada
1	12.950	20.153	787	0	6,08	0	5,04	-100
2	5.579	5.733	0	0	0	0	0,30	0
3	28.801	32.231	544	0	1,89	0	1,26	-100
4	593.865	599.945	43.569	55781	7,34	9,30	0,11	2,78
5	127.220	196.381	10542	45451	8,29	23,14	4,94	17,63
6	2620	2969	0	0	0	0	1,40	0
7 (Região do Campo Belo e aeroporto)	11.089	26.720	1500	9770	13,5	36,55	10,3	23,15
8	3.827	9.499	0	0	0	0	10,63	0
9	61.336	75.747	6507	16645	10,61	21,97	2,37	11
Município	847.287	969.386	63449	127.647	7,49	13,17	1,51	8,08

Fonte: Fundação IBGE- Censos Demográficos de 1991 e 2000. Elaborado por Seplama (Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano), 2006

Tabela 4 – Crescimento populacional do Campo Belo (Campinas/SP), de 1981 a 2008

Ano	No. de Habitantes
1981	5.000
1996	15.650
2001	17.863 (5.635 domicílios, IBGE, 2000) Prefeitura já registrava 25.615 em 2000 (Plano Diretor de 2006)
2005/2006	16.016 segundo estudo da Infraero (6.245 domicílios em 2005). Estimativa da prefeitura: aproximadamente 30.000 pessoas
2008	Estimativa de 34.000 pessoas

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados na imprensa, no Caderno de Subsídios do Plano Diretor 2006, e bibliografia selecionada (Souza, 2008; Ribeiro, 2006; Mestre, 2009)

Tabela 5 - Responsável pelo domicílio segundo formas de renda – Jardim Campo Belo, Parque Oziel e Campinas, anos 2000

	Empresários (%)	Trabalhador Formais técnicos e do comércio (%)	Informais técnicos e do comércio (%)	Formais de serviço básico (%)	Informais (%)	Desemprego na semana de referência (%)
Região do Campo Belo	3,9	13,7	6,5	5,1	44,8	26,1
Parque Oziel	3,9	11,1	5,3	5,9	47,1	26,7
Campinas	18,7	19,8	6,7	5,8	32,6	16,3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados retirados do Censo IBGE 2000 e do projeto de pesquisa do NEPO/ UNICAMP, coordenado pelo Prof. José Marcos Cunha: “Dinâmica intrametropolitana e vulnerabilidade sócio-demográfica nas metrópoles do interior paulista: Campinas e Santos”

Tabela 6 - Registro de Ocupações por décadas

Década	Total de Ocupações
1960	9
1970	73
1980	53
1990	110
2000	4
TOTAL	249
População em ocupações (2006)	166.156

Fonte: Cadernos de Subsídio para o Plano Diretor 2006, Seplama (Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano)

Tabela 7 - Ampliação do perímetro urbano em Campinas – SP 1952 a 2000

Ano	Perímetro Urbano m2.	Acréscimo	% de acréscimo
1945	16.246.000		
1952	41.216.000	30.652.000	74
1969	71.868.000	69.390.210	96
1979	141.258.210	227.749.920	160
1981	369.008.130	1.989.870	5
1994	388.900.000	130.000.000	33
1996	410.900.000	11.000.000	2,5
2000	421.900.000		

Fonte: Cadernos de subsídio ao Plano Diretor, 2006 – Seplama (Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano)

Tabela 8 - Área construída em Campinas – 1960 a 2004

Período	Area de construção	N. de imóveis	Área construída em relação a área urbana	População	N. de habitantes por imóvel
Até 1960	2.005.792	12.044	4%	219.303	18
1961 a 1970	4.306.477	25.691	6%	375.864	14
1971 a 1980	12.769.115	78.083	9%	664.566	8,5
1981 a 1990	24.484.970	160.990	6%	847.500	5,2
1991 a 2000	33.934.987	224.973	8%	969.396	4,3
2001 a 2004	35.245.589	234.383			

Fonte: Cadernos de subsídio ao Plano Diretor, 2006 e Plano Diretor de Campinas, 2006

Tabela 9 - Perfil dos domicílios em Campinas-SP, 2010

Domicílio	Quantidade
Casas	252.029
Casas em vilas ou condomínios	9.879
Apartamentos	85.011
Habitação em casa/ cômodo/ cabeça de porco	1.349
Imóveis não ocupados	39.161
TOTAL	348.268

Fonte: Censo demográfico do IBGE, 2010

Tabela 10 – Déficit de moradias, imóveis vazios e total de imóveis – Brasil, São Paulo e Campinas, anos 2000

	Total do déficit (famílias precisando de imóvel)	Renda das famílias atingidas	Imóveis vazios em condições de ocupação (IBGE, 2010)	Total de imóveis (ocupados e vazios) (IBGE, 2010)
Brasil	6.273.000	- 89,4% até 3 s.m. -6,5% de 3 a 5 s.m. -3,1% de 5 a 10 s.m	7.051.262	56.344.188
São Paulo	1.234.306	83% até 3 s.m. 9,6% de 3 a 5 s.m. 6,2% de 5 a 10 s.m	1.468.080	12.906.218
Campinas	Censo de 2000: 47.965 Cohab (2002): 36.000	80% possuem renda igual ou menor que 3 s.m (Dados da Cohab, 2002)	39.161 (IBGE em 2010)	388.263

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do relatório da Fundação José Pinheiro: “Déficit habitacional no Brasil, 2007”, Censos IBGE de 2000 e 2010 e dados da Secretaria Municipal de Habitação de Campinas

Tabela 11 – Distribuição do transporte no Brasil (em %), 2007

Ano	Aéreo	Dutoviário	Aquaviario	Ferrovioario	Rodoviário
1995	0,32	3,95	11,53	22,29	61,91
1997	0,26	4,54	11,56	20,73	62,91
1999	0,35	4,58	13,83	19,46	61,82
2004	0,10	4,50	12,20	23,80	59,30
2006	0,30	4,00	13,00	25,00	57,70
2025*	1,0	5,00	29,00	35,00	30,00

*Estimativa do Plano Nacional de Logística e Transportes do Ministério de Transportes, 2007

Fonte: Ministério dos Transportes, 2007, retirado de Cappa (2010:164)

Tabela 12 – Participação dos aeroportos nas exportações/importações no Brasil, 1996-2006

Aeroporto	Exportação (%)	Importação (%)
Cumbica (Guarulhos)	43	35
Viracopos (Campinas)	38	30
Manaus	4	11
Porto Alegre	3	3
Salvador	2	1

Fonte: Cappa e Souza (2010:78)

- 1) "Acordo livra Campo Belo de ameaça de desapropriação", Diário Oficial do município de Campinas, junho de 1995

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS

R\$ 0,30

Quarta-feira, 7 de junho de 1995

Nº 6.238 - Ano XXI

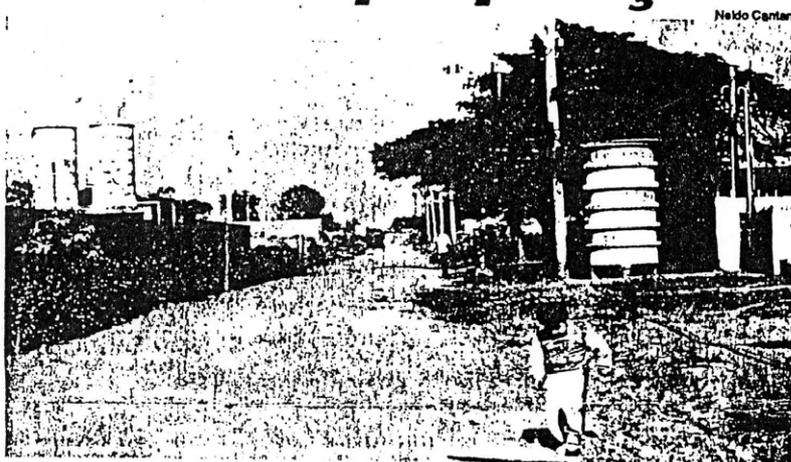
Bairro estava ameaçado com o projeto de ampliação do Aeroporto de Viracopos

Acordo livra Jardim Campo Belo da ameaça de desapropriação

O Jardim Campo Belo está finalmente livre da ameaça de desapropriação em função da ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos (o maior terminal de cargas do País). A Prefeitura Municipal de Campinas, através de diversas negociações junto à Infraero, conseguiu a redução da área total de ampliação, diminuindo para apenas 20 ou 30 residências a necessidade de retirada do local, dentre as mais de 600 que existem hoje no bairro.

O loteamento do Campo Belo foi declarado de utilidade de pública há cerca de 20 anos, visando justamente as obras em Viracopos. Os proprietários desses lotes passaram a sentir a ameaça mais de perto quando a Infraero confirmou seu projeto de ampliação.

Agora, com o risco de desapropriação extinto, as famílias têm condições de iniciar melhorias nas suas casas. Contudo, frente a garantia de que o bairro não será mais atingido, a Prefeitura advertiu os moradores para fiquem atentos à especulação imobiliária, pois certamente aproveitadores tentarão tirar vantagem com a valorização dos imóveis e terrenos.



Neldo Cantani

Livre da ameaça de desapropriação o Jd. Campo Belo receberá melhorias

Fim do fantasma

O fim do fantasma da desapropriação também fará com que a Administração passe a atender, efetivamente, antigas reivindicações para melhorias no bairro. Já foi anunciada, por exemplo, a abertura do plano comunitário para rede de água, com previsão do início das obras em 120 dias. Hoje, os moradores se servem de caixas d'água instaladas nas ruas.

Já na área de Saúde o Campo

Belo será melhor atendido com a construção de um centro de saúde no Jardim São Domingos. Além disso, contando com um mini-hospital no Jardim São José, será eliminada a necessidade de deslocamento até os hospitais maiores, distantes do bairro. A Prefeitura determinou também que os técnicos de outras áreas do Poder Público avaliem imediatamente reivindicações como iluminação, educação e transporte coletivo.

- 2) Toninho: "Prefeito de Campinas impõe condições para ampliação de Viracopos",
Correio Popular, Caderno Cidades, 14 de março de 2001

CAMPINAS, QUARTA-FEIRA, 14 DE MARÇO DE 2001

CIDADES

Prefeito de Campinas impõe condições para ampliação de Viracopos

Embora seja de competência do Estado, Toninho entra no debate, defende projeto, mas sem prejuízo a famílias

MARCELO PEREIRA
Do Correio Popular
marcelop@cpopular.com.br

O prefeito de Campinas, Antonio da Costa Santos (PT), defende o projeto de expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos, mas impõe pelo menos três condições para que a ampliação seja concretizada sem prejuízo aos moradores das imediações. São elas: 1) a área que abrigará as famílias que terão seus imóveis desapropriados deve ter infraestrutura urbana planejada e compatível; 2) a expansão tem que evitar impactos ambientais negativos; 3) é preciso levar em conta o novo modelo urbano resultante da expansão, já que a cidade ganhará um novo eixo de crescimento.

Estas condições estão sendo expostas pelo prefeito como ponto de partida para a discussão do projeto. Ao avocar a tarefa de intermediador, Toninho abre a possibilidade até de embargar legalmente a expansão, conforme apurou o **Correio**, o que poderia ser feito por meio da Justiça. Mas segundo salienta a assessoria

do prefeito, o petista "quer que o aeroporto seja ampliado", ou seja, a hipótese do embargo não está sendo sequer considerada no momento.

Segundo a assessoria, o interesse do prefeito sobre o caso é preservar os direitos dos moradores.

A assessoria de Imprensa da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (Infraero) informou ontem que "concorda com as condições colocadas pelo prefeito" e que acha "plausível" a agenda de discussão definida pela Prefeitura para debater o assunto. Segundo a empresa, as preocupações relatadas por Toninho "já estavam previstas".

O processo de desapropriação atinge 17 bairros, entre eles ocupações urbanas como o Campo Belo I, II e III e o Jardim Itaguaçu. Cerca de 55 mil pessoas moram na área a ser desapropriada, que envolve 8 mil lotes e 35 propriedades rurais.

A expansão vai ser efetiva por meio de um convênio entre a Infraero e o Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo (Daesp), órgão da Secretaria Estadual de Transportes.

O processo de desapropriação será aberto por meio de um decreto estadual, que ainda não foi assinado.

Uma empresa será contratada pela Infraero para cadastrar as famílias que moram na área a ser desapropriada. A Infraero disponibilizou R\$ 58,7 milhões para a desapropriação. A ampliação vai permitir que a área de Viracopos passe de 19 para 23 quilômetros quadrados.

Anteontem o prefeito e representantes da Infraero reuniram-se para discutir o projeto. Paralelamente, uma comissão formada por moradores e representantes do governo municipal estudará a questão. O Poder Público conta com representantes da Companhia Municipal de Habitação, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria de Cooperação Internacional e Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (Sanasa).

"A iniciativa do prefeito de chamar a discussão é a contribuição do Poder Executivo municipal para o desenvolvimento aeroportuário do Brasil", diz nota divulgada ontem pela assessoria da Prefeitura

3) “Manifesto de 9 anos de omissão e impunidade num crime político”, Site: http://www.quemmatoutoninho.org/new_9_anos_de_omissao_e_impunidade.php, consultado em outubro de 2011

Manifesto de 9 anos de omissão e impunidade num crime político

Incansável lutador social desde 1976, o arquiteto, urbanista, acadêmico, cidadão e prefeito Antônio da Costa Santos teve como sua preocupação central a cidade de Campinas. Em meados dos anos 70 uniu-se aos favelados campineiros no movimento Assembleia do Povo, tornando-se seu arquiteto e aliado na urbanização das favelas e nas conquistas por melhores condições de moradia, projeto ao qual dedicou 15 anos de sua vida.

No início da década de 80, começou uma luta em defesa do patrimônio histórico de Campinas, momento em que criou a Fundação Febre Amarela, que foi responsável pela preservação de vários prédios históricos da cidade, inclusive a sua própria casa: pouso bandeirista do século XVIII, contendo a Casa Grande e Tulha, restaurados por Toninho, e tombados pelo Condephaat e Condepacc, a seu pedido.

Em 1989 foi eleito vice-prefeito de Campinas na chapa do PT, único partido de sua vida. Foi também, nessa época, nomeado Secretário de Obras da PMC, período em que denunciou corrupção envolvendo o prefeito Jacó Bittar, o governador Quéricia e o presidente Fernando Collor.

Em virtude dessas denúncias foi exonerado do cargo de secretário e banido da prefeitura. Após tal fato, aprofundou seus estudos sobre a cidade de Campinas em seu doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela USP, e iniciou uma incansável batalha contra os interesses nefastos da especulação imobiliária aliada às empreiteiras, movendo várias ações judiciais, fazendo denúncias junto aos órgãos fiscais da lei e organizando protestos públicos em defesa da coisa pública.

Em 2000, foi eleito prefeito de Campinas, tornando-se o primeiro prefeito do século 21. Com a “caneta na mão”, como ele dizia, Toninho deu início a profundas mudanças estruturais na administração pública municipal, conseguindo reduzir, em média, 30% no valor dos contratos públicos nas áreas de merenda escolar, segurança, coleta de lixo, etc, economizando com isso muitos milhões de reais aos cofres municipais. Criou a Lei da APA – Área de Preservação Ambiental de Sousas e Joaquim Egídio – projeto

que estava há 12 anos engavetado – e iniciou o projeto de criação da Cidade Viracopos, que consistia na ideia de construir um grande bairro, com toda a infraestrutura necessária, para abrigar as famílias que seriam desalojadas pela inevitável expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos. Com essas e muitas outras ações em curso, Toninho estava contrariando os interesses dos históricos saqueadores do erário público, e foi assassinado em 10 de setembro de 2001. Governou Campinas por apenas oito meses e dez dias, quando um tiro certeiro lhe acertou na altura no peito, praticamente a queima roupa.

As investigações do seu assassinato foram conduzidas pela Polícia Civil de Campinas, que fez uma tremenda lambança no caso, desrespeitando o local do crime, executando os principais suspeitos – no episódio da chacina de Caraguatatuba – dentre tantas outras contradições existentes na fictícia investigação realizada. Tanto é que, em primeira e segunda instância do judiciário paulista – sendo na segunda por unanimidade dos desembargadores – a denúncia efetuada pelo Ministério Público de São Paulo foi rechaçada sob o argumento de que as investigações foram falhas e não havia indícios suficientes para a conclusão destas.

Em 2004, a família do prefeito e o povo de Campinas, através de um abaixo assinado com 53.000 assinaturas; parecer favorável dos membros do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (composta por membros do Conselho Federal da OAB); votação favorável da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados em audiência pública, pedem a federalização das investigações, com a imediata entrada da POLÍCIA FEDERAL NO CASO! Tudo isso ganha mais força agora com a sentença e acórdão do judiciário paulista confirmando as falhas e vícios da Polícia Civil de São Paulo, que não possui qualquer credibilidade para retomar as investigações.

Hoje, após nove anos de luta, o pedido de federalização das investigações do caso Toninho encontra-se, desde junho de 2008, na mesa do Procurador Geral da República para que este emita parecer sobre a possibilidade da federalização 2009. 2009.

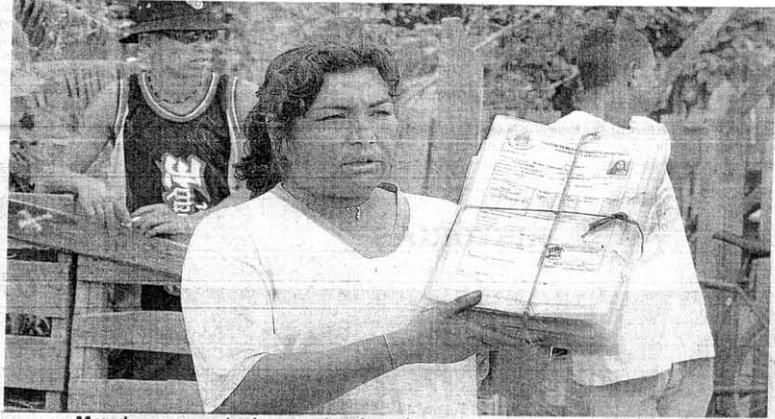
Pasta: _____

■ CONFLITO

Campo Belo 2 rejeita levantamento

A presidente da Associação dos Moradores do Campo Belo 2, Edilva Vicente da Silva, afirmou que os cadastradores da empresa Grupo de Planejamento e Pesquisa (GPP) e funcionários da Companhia de Habitação Popular de Campinas (Cohab) foram ontem ameaçados por moradores de linchamento, bem como de terem seus carros tombados. A revolta, segundo ela, se deve ao fato de os moradores recusarem o cadastramento sócio-econômico encomendado à GPP pela Prefeitura. Mas, a assessoria de imprensa da Cohab negou que foram recebidos com as tais ameaças. Entretanto, confirmou que os cadastradores foram "convidados" a saírem do bairro e que Edilva teria rasgado uma ficha de cadastramento já preenchida. "Eu rasguei muitas fichas", rebateu a representante do bairro, onde moram cerca de 2,2 mil pessoas.

Diante do clima de hostilidade, que os cadastradores também encontram no Campo Belo 1, a assessoria de imprensa da Cohab informou que o cadastramento será suspenso nos dois bairros e que os presidentes das duas associações serão convidados, no início desta semana, para conhecer a importância do levantamento mais uma vez. A GPP tem até o próximo dia 5 para entregar a pesquisa. Dos 17 bairros previstos para serem desapropriados para a ampliação do Aeroporto Internacio-



Moradora apresenta documentos do cadastramento da população do bairro

nal de Viracopos, esses dois bairros são os únicos onde os cadastradores encontram dificuldades em realizar o serviço. A Cohab informou que quer saber o que os moradores do Campo Belo 1 e 2 querem acrescentar ao levantamento.

Segundo Edilva, os moradores só querem uma garantia do prefeito de Campinas, Antonio da Costa Santos (PT). "Cadê as casas que estão sendo construídas? Para onde a gente vai?" A falta de respostas para essas indagações, de acordo com a presidente do Campo Belo 2, criam um clima de desconfiança com relação aos

governos estadual e municipal. "Os pessoal do cadastramento chegou por volta das 9h em quatro carros, ou seja, invadiram aqui porque sabem que a gente não quer participar do cadastramento", disse. "Na hora de fazer melhorias, ninguém faz nada", continuou. Edilva contou que chegou a se chorar para que o diretor administrativo da Cohab, Miguel Jorge Nicolau. "Me humilhei ao chorar para ele (Nicolau), mas ele não foi embora. Foi preciso passar viaturas da Polícia Militar para eles irem embora."

Entretanto, segundo a

assessoria de imprensa da Cohab, Nicolau não teria ficado insistindo. A assessoria informou ainda que cerca de 30 moradores do Campo Belo 2 é que não querem participar do cadastramento. "Não dá para confiar nesse prefeito (Toninho), que foi eleito pelo povo, porque disse que o povo seria ouvido". O projeto do Aeroporto Internacional de Viracopos prevê a ampliação de sua área de 19 para 23 quilômetros quadrados, envolvendo um custo de cerca de R\$ 58 milhões para a desapropriação. A Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) já firmou acordo com a Prefeitura para essa ampliação, mas depende da remoção de vários moradores.

O cadastramento será suspenso no Campo Belo 1 e 2

5) “Lula anuncia que Viracopos vai se transformar em aeroporto industrial”, Assessoria de Imprensa da Aviação Brasil, São Paulo, reportagem de 2006, site consultado em outubro de 2011

Lula anuncia que Viracopos vai se transformar em Aeroporto Industrial

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou oficialmente nesta quinta, 06/04/2006, em Campinas, que o Aeroporto Internacional de Viracopos será transformado em aeroporto industrial. O anúncio foi feito em solenidade realizada em Viracopos, e que contou com a participação, entre outros, do presidente da Infraero, José Carlos Pereira, do prefeito de Campinas, Hélio de Oliveira Santos, e da presidente da Finlândia, Tarja Halonen.

Em seu discurso, o presidente Lula ressaltou a importância do projeto, um antigo pedido do empresariado da região. “Viracopos vai se transformar num extraordinário aeroporto industrial. Dezenas e centenas de empresários brasileiros e estrangeiros, vão aqui, poder fazer seus investimentos, fabricar produtos de alta tecnologia com muito valor agregado, enriquecer ainda mais a região, São Paulo e o País”.

O prefeito de Campinas também falou com destaque sobre as consequências do projeto para o empresariado da região. “Há oito anos os empresários aguardavam a transformação de Viracopos em Aeroporto Industrial. Esse é um importante momento para a cidade de Campinas”.

José Carlos Pereira destacou o número de pessoas que se dedicaram à implantação do projeto em Campinas. “A Infraero já deu o primeiro passo com o aeroporto industrial em Confins, onde está obtendo excelente resultado, agora é a vez de Viracopos”.

Serão investidos dois milhões de reais para viabilizar o projeto. Uma área de 50 mil metros quadrados será disponibilizada para instalação das plantas industriais. Os detalhes técnicos do projeto estão no Edital de Licitação publicado hoje no Diário Oficial da União.

A nova proposta de área para a construção da segunda pista de pousos e decolagens de Viracopos também foi anunciada pela Infraero durante a cerimônia. A relocação da nova pista irá manter o potencial do sítio aeroportuário de Campinas, que deve se tornar o principal centro cargueiro da América Latina; e irá minimizar o impacto social na região, decorrente da desapropriação necessária para a expansão do aeroporto. “Foi realizado um trabalho técnico extremamente sério onde ficou definido o novo posicionamento da segunda pista de Viracopos, e com isso milhares de pessoas não serão retiradas das suas casas”, declarou o presidente da Infraero.

A alternativa proposta para a nova locação da segunda pista do aeroporto foi aprovada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), em decisão tomada em conjunto com a Prefeitura de Campinas. Lula, que informou ter tratado pessoalmente da questão, ainda fez questão de reiterar sua preocupação com as cinco mil famílias que vivem atualmente no entorno aeroportuário. “Se for preciso fazer um aeroporto redondo a gente faz, mas a gente não tira o povo do bairro onde está”, afirmou.

O Plano Diretor do aeroporto prevê o desenvolvimento de obras que permitirão, em longo prazo, atender uma demanda de 55 milhões de passageiros por ano, e um total de 470 mil operações de pousos e decolagens. A construção da segunda pista é uma das principais obras previstas neste Plano.

Participaram também da solenidade, o ministro das Cidades, Márcio Fortes, o senador da República, Aloizio Mercadante, a presidente da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho, e o presidente da Apex, Juan Quirós.

Aviação Brasil – Assessoria de Imprensa – São Paulo/SP

6) “Governo desiste de desapropriar entorno de Viracopos. Decisão pode atrasar obras e expansão do local”, Folha de São Paulo, abril de 2006

Governo desiste de desapropriar áreas no entorno de Viracopos. Decisão pode atrasar as obras de expansão do local

MAURÍCIO SIMIONATO
DA AGÊNCIA FOLHA, EM CAMPINAS

O governo federal anunciou ontem que vai rever o Plano Diretor de expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (95 km de SP), para evitar a desapropriação de 16 mil pessoas.

A decisão põe em xeque e pode atrasar o projeto de transformá-lo no maior terminal de cargas da América Latina e de descentralizar o tráfego aéreo internacional e nacional dos aeroportos de Guarulhos (Cumbica) e Congonhas, na capital paulista.

A mudança foi feita depois de a Prefeitura de Campinas anunciar anteontem que não iria mais desapropriar a área e iria investir R\$ 104,3 milhões em obras de infra-estrutura em 13 dos 17 bairros no entorno. As obras começam em março, segundo a prefeitura.

De acordo com a Infraero (Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária), a decisão de desistir das desapropriações foi conjunta -entre a prefeitura e o governo federal- e teve como base dados obtidos em um estudo socioeconômico. A prefeitura quer desapropriar uma área menos habitada localizada do lado oposto à que seria utilizada.

"A orientação do presidente Lula é para que consideremos o custo social da desapropriação e busquemos uma solução alternativa", disse o presidente em exercício da Infraero, Adenauer Figueira Nunes, após reunião com o prefeito de Campinas, Hélio de Oliveira Santos (PDT).

O Plano Diretor que norteou a ampliação do aeroporto foi elaborado há quase 20 anos. O terreno é considerado de utilidade pública, para viabilizar a ampliação do aeroporto, desde a década de 70. Ao menos 16 mil pessoas seriam desapropriadas nos 9 km² previstos para a ampliação.

A prefeitura, no entanto, anunciou que beneficiará 40 mil pessoas na região com obras de iluminação, pavimentação, saneamento, lazer, saúde e educação. Segundo o prefeito, a região de Viracopos é uma das que apresenta os piores indicadores sociais da cidade, com 75% dos moradores vivendo com renda igual ou abaixo de um salário mínimo.

Mais passageiros

Em outubro passado, o vice-presidente da República e ministro da Defesa, José Alencar, participou da inauguração da primeira fase da expansão, com a ampliação do terminal de passageiros, que teve sua área ampliada de 11 mil m² para 30 mil m² e teve sua capacidade aumentada de cerca de 700 mil passageiros por ano para 2 milhões neste ano.

Para os próximos anos, o Plano Diretor previa obras divididas por etapas, para dotar o aeroporto de capacidade para atender a 55 milhões de passageiros, operar 470 mil pousos e decolagens e manipular 2 milhões de toneladas de carga aérea de importação e exportação por ano.

Em 2006, deveriam ser entregues o novo edifício administrativo da Infraero e o anexo de serviços do terminal de logística, que interligaria as áreas de importação e exportação e abrigariam as equipes operacionais da Infraero e de alguns órgãos públicos.

A Infraero informou ontem que iniciará imediatamente os estudos de viabilidade técnica para a construção da segunda pista do aeroporto em outra posição dentro do atual sítio aeroportuário e que o novo plano deve estar concluído em um prazo de 90 dias.

Dos R\$ 104 milhões anunciados pela prefeitura para os 13 bairros, a administração tem R\$ 30 milhões aprovados no Orçamento. Os moradores comemoraram ontem o anúncio. "Nunca fiz reformas em casa porque sempre esperei pela desapropriação. Agora posso ter o meu terreno e ter uma rua asfaltada", disse a dona-de-casa Maria dos Reis, 37.

7) - "1, 2, 3. Lula outra vez, era o coro dos simpatizantes", Correio Popular, 07 de abril de 2006 sobre presença de Lula em Viracopos em 06/04/2006.

A visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Campinas, na manhã de ontem, teve todos os ingredientes de uma campanha eleitoral. Houve discursos inflamados, cabos eleitorais, bandeirolas e palavras de ordem. Um refrão – que promete permeiar toda a campanha a partir de agora – foi cantado em diversos momentos da solenidade: "1, 2, 3. Lula outra vez", se ouvia no aeroporto durante quase toda a manhã.

Entre as aproximadamente duas mil pessoas que participaram da solenidade de lançamento do aeroporto-indústria havia muitos simpatizantes de Lula – que aplaudiam o presidente a cada frase de efeito.

Um grupo de alunos da Escola Infantil Passo a Passo – mantida no Jardim Campo Belo com a contribuição da própria comunidade – se preparou para a visita do presidente. Alguns estudantes vestiram verde e amarelo; outros pintaram os rostos com as cores da bandeira. Mas todos eles, cantaram com entusiasmo. Bem ensaiados repetiam: "1,2,3,. Lula outra vez".

Mas havia também pessoas que foram ao aeroporto para cobrar. Representantes dos 12 bairros atingidos pelas obras lotaram 13 ônibus e acompanharam a solenidade com expectativa.

"Viemos aqui para ver se as autoridades vão mesmo cumprir a promessa de não mexer (desapropriar) com a gente", disse a dona de casa Sônia Rodrigues.

Presidente aproveita ocasião e faz campanha

De olho na reeleição, Lula discursou como candidato por 40 minutos para uma plateia de 2 mil pessoas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva transformou a cerimônia de lançamento do aeroporto-indústria, ontem, em Campinas, num ato político. Discursando por cerca de 40 minutos para uma plateia de aproximadamente 2 mil pessoas, o presidente falou como candidato. Deu grande ênfase às conquistas na área econômica; deixou claro que quer a reeleição e – mesmo sem citar o nome – criticou o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin – seu principal opositor na corrida presidencial.

Ao elogiar a formação de jovens trabalhadores numa fábrica em Camaçari, na Bahia, onde esteve anteontem, o presidente atacou o governo tucano de São Paulo. “Quando eu vi aqueles garotos tão bem preparados para o mercado de trabalho, a gente fica imaginando que haverá um dia neste país em que nós teremos menos Febem e mais escolas. Nós, muitas vezes, ficamos horrorizados com as cenas que vemos na TV, mas deveríamos ficar horrorizados conosco mesmos, porque essa meninada é resultado do descaso”, disse ele, numa referência à rebelião ocorrida anteontem na Febem Tatuapé, em São Paulo, quando um grupo de mais de 20 pessoas foi tomado refém pelos menores.

As críticas ocorreram justamente no dia em que uma pesquisa do Ibope revelou que Alckmin teria 46% das intenções de voto no Estado, contra 28% de Lula.

“O governante precisa se conscientizar que cada tijolo que ele puser para construir uma escola, será um tijolo a menos que ele precisará para construir uma prisão. Nós temos que fazer essa opção, para saber que país queremos para os próximos 15 ou 20 anos”, disse.

Lula rebateu a tese defendida pelos tucanos segundo a qual São Paulo cresceu mais que o Brasil.

“Os estados só começaram a crescer depois que o Brasil começou a crescer. Por que não cresceram antes? Por que não cresceram nos últimos 8 anos?”, perguntou ele, referindo-se ao período FHC.

Lula reclamou dos pessimistas de plantão”, mas garantiu que, apesar deles, o Brasil vai muito bem.

8) “Prefeitura e Infraero confirmam ampliação de Viracopos”, Site do Jornal Local: www.jornallocal.com.br/reportagem de maio de 2006, acesso em agosto de 2010



A Prefeitura de Campinas e a Infraero assinaram um Termo de Cooperação Mútua para acelerar as desapropriações das áreas no entorno de Viracopos e dar início a ampliação do aeroporto.

A área total a ser desapropriada será de 11,93 km², declarada de utilidade pública em 2006, onde será construída a segunda pista de pousos e decolagens, principal obra prevista no desenvolvimento do aeroporto. “Nos próximos 30 anos Viracopos poderá receber de 85 a 90 milhões de passageiros por ano e será o maior aeroporto do hemisfério sul”, disse o presidente da Infraero Sérgio Gaudenzi.

O projeto será desapropriar cerca de 200 famílias, num total de 12 bairros, com 3.172 lotes urbanos e 88 áreas rurais. As indenizações custarão aos cofres públicos federais cerca de R\$ 150 milhões.

A primeira etapa, deverá ter início nos próximos meses, com os primeiros pagamentos da desapropriação. “Até o final do ano o projeto estará pronto e deverá ser licitado para início imediato das obras de construção da segunda pista”, diz Gaudenzi.

De acordo com o seu presidente, a Infraero concentrará esforços na ampliação do aeroporto já que o considera tecnicamente a opção mais viável para absorver o futuro tráfego da área terminal de São Paulo.

“Viracopos tem todos os requisitos técnicos para se transformar na melhor opção para desafogar os aeroportos de Cumbica e Congonhas. Por isso os técnicos da Infraero e da Prefeitura de Campinas brigaram muito para que a ampliação saísse do papel”, explica o prefeito de Campinas, Dr. Hélio dos Santos.

Até o final de 2008 a Infraero concluirá o projeto executivo para a construção da segunda pista, que terá 3,6 mil metros de comprimento por 60 metros de largura. O investimento será de cerca de R\$ 350 milhões, e deverá ficar pronta em três anos. Tanto a desapropriação – com o pagamento das indenizações – quanto a construção da segunda pista, serão pagos com verbas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A primeira fase do crescimento de Viracopos será concluída em 2015 e inclui, além da construção da pista, a ampliação do sistema de terminal de passageiros. “Viracopos está próximo da capital paulista e também haverá um trem rápido entre Rio e São Paulo, que deverá ter estação em Campinas”, informou Gaudenzi.

A segunda fase está prevista até 2025 com a implantação de uma terceira pista e até 2030 a idéia é construir uma quarta pista.

Desde 1995 a Infraero já investiu em Viracopos mais de R\$ 250 milhões na construção dos terminais de carga e de passageiros, além de outras obras. Em 2007, o aeroporto bateu recorde histórico de crescimento na movimentação de mercadorias importadas e na movimentação de passageiros com aproximadamente 955 mil pessoas.

VIP Viracopos

Paralelamente à desapropriação, a Prefeitura informou que vai levar investimentos para a área

do entorno do Aeroporto. Considerado como o maior projeto de inclusão social do interior do estado de São Paulo e orçado em R\$ 104 milhões, todo o projeto VIP Viracopos abrange uma área de cerca de 8 milhões de metros quadrados.

Neste espaço, a Prefeitura elaborou um plano que prevê reurbanização, regularização fundiária, saneamento básico, iluminação pública, saúde, educação, casas populares, transporte e equipamentos sociais e de lazer.

Os recursos são oriundos da Prefeitura e do Governo Federal. As obras já estão começando e o projeto global deverá ser entregue aos moradores até o final de 2008.

- 9) "Custo de SuperViracopos cai", Correio Popular, 02 de fevereiro de 2006

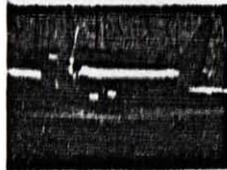
TRANSPORTE AÉREO III MUDANÇA DE ROTA

Correio Popular, 02 de fevereiro de 2006.

Custo de SuperViracopos cai

Desapropriação para a ampliação custaria R\$ 360 mi, está estimada agora em R\$ 90 mi

EXPANSÃO DO AEROPORTO



Adriana Leite
DIRETORIA ANHANGUERA
aleite@rac.com.br

A Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) garante que a desistência da desapropriação em bairros próximos ao Aeroporto Internacional de Viracopos não significa o fim da expansão de nove quilômetros quadrados para 17 quilômetros quadrados do terminal. As alterações no projeto de ampliação, segundo a estatal, foram provocadas principalmente pelo alto custo social da retirada das famílias. A Agência Anhangüera de Notícias (AAN) apurou que a desapropriação dos bairros custaria R\$ 360 milhões. O valor a ser pago pelas terras na área rural ficará em cerca de R\$ 90 milhões.

Área total do sítio aeroportuário passará de 9 para 17km²

No final da década de 90, a estatal havia estimado em R\$ 58 milhões o valor que seria pago para os proprietários dos terrenos e imóveis que vivem nos bairros próximos de Viracopos. De acordo com informações da Infraero, a segunda pista de pousos e decolagens será paralela ao local utilizado hoje para a subida e descida de aeronaves. A pista começará a partir da Rodovia Santos Dumont em sentido do atual sítio aeroportuário. No planejamento divulgado anteriormente, a segunda pista ultrapassaria a rodovia e se estenderia pela região dos bairros Itaguacu e Jardim Campo Belo 2.

Apesar da estatal reforçar a intenção de manter o projeto de ampliação do aeroporto, há setores em Campinas preocupados de que mais uma vez as obras não saiam do papel. Outro temor é que a ação vise apenas dividendos para as eleições deste ano. A expansão de Viracopos é um processo que teve

uma primeira ação em 1979, quando o governo do Estado de São Paulo publicou um decreto tornando de utilidade pública áreas próximas do aeroporto. Nos últimos 27 anos, Viracopos ganhou novos terminais de carga, passageiros, torre de controle, entre outras obras. Mas, a desapropriação das áreas para a construção da segunda pista não foi efetivada.

A Infraero diz que as mudanças no projeto irão agilizar a expansão. A AAN apurou que a empresa estatal trabalha com a perspectiva de iniciar a construção da segunda pista ainda este ano. O objetivo é desafogar o movimento nos aeroportos de Cumbica, em Guarulhos, e Congonhas, em São Paulo. A Infraero estuda transferir vôos desses terminais para Campinas. Mas há uma resistência das companhias aéreas e passageiros em função da falta de um meio de transporte rápido entre o município e a Capital paulista.

O Aeroporto de Cumbica também tem um projeto de ampliação. A Infraero pretende construir a terceira pista de pousos e decolagens

enfrentar outro processo de desapropriação de áreas com adensamento populacional. Em Guarulhos, quase 6 mil famílias terão que sair do local no qual será construída a pista. O superintendente da regional Sudeste da Infraero, Miguel Choucri, diz que não há como o projeto de Cumbica passar por mudanças como ocorreu com Viracopos. "Não há espaços rurais em Guarulhos", afirma.

Nos bastidores, há rumores de que a mudança no projeto de Campinas pode enterrar os planos de ampliação de Cumbica, pois a intenção é desafogar o movimento do terminal de Guarulhos transferindo vôos para Campinas. Além disso, a empresa avaliaria o custo da desapropriação.

A grande questão que ninguém consegue responder de forma clara é por que, depois de 27 anos do primeiro decreto de utilidade pública, só agora percebeu-se que a segunda pista em Viracopos pode ser construída em área rural e pouco adensada. A Infraero afirma que o projeto original, ou seja, com a desapropriação dos bairros, seria o ideal e, quando o

planejamento foi concebido não havia adensamento populacional na área. Entretanto, após o início da elaboração do censo o custo social seria alto buscou-se alternativas para o problema, segundo a empresa.

Entrave

Se a questão das famílias foi resolvida com o anúncio de investimentos nos bairros que seriam desapropriados e da permanência dos moradores na área, a Infraero ainda necessita conseguir as licenças ambientais para o terminal. Hoje, nenhuma obra nova pode ser executada dentro do sítio aeroportuário por falta da Licença de Operação. Para a expansão, preciso que seja elaborado um Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto de Meio Ambiente (EIA-RIMA). Secretaria de Estado do Meio Ambiente informa que está em análise a documentação para licença do atual sítio.

- 10) “Projeto Viracopos é irreversível”. Crítica de vereador tucano à alteração na área de desapropriação, Correio Popular, junho de 2009.

Projeto de Viracopos é ‘irreversível’

A decisão de ampliar o Aeroporto Internacional de Viracopos em uma área ao lado do atual sítio aeroportuário, provocando impactos ambientais e comprometendo duas comunidades históricas, Helvetia e Friburgo, é irreversível, segundo o prefeito Hélio de Oliveira Santos (PDT). Para ele, quem defende a retomada do projeto anterior de ampliação não sabe o que está dizendo. “Não tem o menor fundamento achar que a independência de 27 bairros não é importante, que a melhoria da qualidade de vida de 40 mil pessoas não tem importância. Proponho a quem defende a saída daquele povo que vá lá no meio do Campo Belo e diga aos moradores que eles têm que sair para que os jogos de polo possam ser protegidos”, disse, referindo-se aos campos para a prática do esporte existentes na região de Helvetia.

O vereador Artur Orsi (PSDB) afirmou que o prefeito, na ânsia de defender a população que vive nos bairros que anteriormente seriam desapropriados, corre o risco de inviabilizar a ampliação de Viracopos. “Se tivéssemos mantido o projeto original, o impacto ambiental seria muito menor. Mas tiveram a grande idéia de mudar o traçado sem sequer conhecer a região”, afirmou. Segundo ele, os recursos do Programa de Aceleração do Crescimento para Habitação (PAC da Habitação) poderiam ser usados agora para garantir moradia digna para aquelas pessoas.

Para Orsi, a mudança do traçado foi uma decisão eleitoreira, tomada em 2006. “O Lula veio em um comício e disse de forma eleitoreira que os moradores iriam permanecer naqueles bairros mesmo que o aeroporto tivesse que fazer curva. E, hoje, se os impactos ambientais inviabilizarem o uso da nova área que está em processo de desapropriação, a ampliação de Viracopos não sairá”, disse o vereador. “Sem dúvida que os moradores têm direito à habitação, que devem ser atendidos, mas isso poderia ser feito em outra área”, afirmou.

Em 2006, o promotor de Meio Ambiente, José Roberto Albejante, impetrou ação civil pública para impedir que o prefeito fizesse os investimentos de mais de R\$ 100 milhões em infraestrutura em 13 dos 17 bairros que estavam previstos para serem desapropriados na ampliação do Aeroporto de Viracopos enquanto não estivesse concluído o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima), que definiria qual das duas alternativas para a ampliação do aeroporto é a menos impactante, se a anterior, prevista no plano diretor do aeroporto, de desapropriação dos bairros, ou a recente, de implantar a nova estrutura em áreas rurais, ao lado e atrás do sítio aeroportuário.

“A efetivação dos investimentos limitariam os debates e inviabilizariam, de uma vez por todas, as desapropriações que vinham sendo cogitadas, caso a discussão técnica das alternativas de localização do empreendimento revele que a desocupação dos bairros é,

entre todas, a solução menos impactante e mais adequada ao caso, sob a perspectiva técnico-legal”, afirmou o promotor na ação que obteve liminar, mas cuja sentença acabou por liberar o prefeito para fazer os investimentos.

O prefeito recusa qualquer argumento para a retomada do projeto inicial de desapropriação. “Onde estavam esses defensores do meio ambiente que não viram a situação de mais de 40 mil pessoas vivendo no abandono por mais de três décadas? Não é possível que alguém queira pensar em voltar atrás no projeto. Os moradores já fizeram suas casas, têm uma vida cultural, têm enraizamento. Acho uma afronta ser contra a independência de 17 bairros”, disse.

O vereador Valdir Terrazan (PSDB) defendeu, em reportagem publicada ontem no Correio Popular, que, do ponto de vista ambiental, a primeira alternativa de ampliação do aeroporto, com desapropriação de 17 bairros era muito melhor. “Até do ponto de vista humano, porque as 40 mil pessoas vão continuar morando lá, com aviões passando o tempo todo em cima de suas cabeças e serão as principais vítimas da decisão”, afirmou.

Na prática, as 16.016 pessoas que moram em áreas que seriam desapropriadas, conforme apontaram os números preliminares do censo da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), não serão removidas, ao contrário do previsto antes. O levantamento também mostrou que quase 70% dessas famílias vivem com até três salários mínimos.

CORREIO POPULAR

Campinas, domingo, 25 de julho de 2010

Aeroporto-indústria nasce sob críticas

Área de 50 mil metros quadrados é considerada insuficiente por empresários e pelo setor aduaneiro

Milene Moreto

DA AGENCIA ANHANGUERA
milene@rac.com.br

A implantação do aeroporto-indústria em Campinas, feita sem planejamento, é insuficiente para atender à demanda da Região Metropolitana de Campinas (RMC), além de encarecer as operações das empresas que vão atuar no local. Esta é a opinião de empresários e de representantes do setor aduaneiro sobre a área de 50 mil metros quadrados, em Viracopos, que deverá receber o novo terminal, considerada pequena por eles.

Setores já pedem expansão do espaço previsto no projeto

Para o empresário Juan Quirós, presidente do grupo Advento, que fatura mais de R\$ 1 bilhão com quatro companhias na área de construção no Brasil, houve uma "visão mesquinha" do potencial da RMC ao delimitar essa área. "Acredito que em Campinas a área mínima para dar início a esse projeto deveria ser de 300 mil metros quadrados. Falta planejamento e estudo do potencial. Desta forma, não haverá competitividade", afirmou Quirós.

Este mês, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) publicou o edital de concorrência para a concessão do uso da área na criação do condomínio logístico. A abertura das cartas-propostas será feita no dia 12 de agosto e o preço mínimo é de R\$ 60 mil.

Dentro do Plano Diretor do Aeroporto de Viracopos, após a ampliação, os terminais de logística terão capacidade para processar até 720 mil toneladas de carga aérea por ano. O aeroporto gera atualmente cerca de 10 mil empregos diretos e desponta como um dos maiores empregadores da região de Campinas. Não existe uma estimativa da Infraero de quantas empresas devem se interessar pelo aeroporto-indústria nem da geração de empregos no local.

O presidente do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros e primeiro tesoureiro da Federação Nacional dos Despachantes Aduaneiros, Valdir Aparecido dos Santos acredita que a área de 50 mil metros quadrados vai servir apenas para teste. "Para começar serve. Mas com a chegada das empresas em Campi-

nas será essencial uma remodelação mais viável. Temos que analisar também a segurança neste tipo de investimento, ver como o mercado vai se comportar para então delimitar de forma correta a ampliação", afirmou.

Quirós, no entanto, acredita que a previsão deveria ter sido feita no início do processo, já que a região mostra a vocação para abrigar esse tipo de investimento.

Para o sindicalista, o longo processo para definir a regulamentação do aeroporto-indústria, que levou de três a quatro anos, também foi um problema para o setor. "Mas estamos otimistas com o projeto. Funciona muito bem em outros países e deve fomentar a economia", afirmou Santos.

O único aeroporto-indústria em construção atualmente no Brasil é o do Aeroporto Tancredo Neves (Confins), em Belo Horizonte, Minas Gerais. A área para o empreendimento neste local é de 1 milhão de metros quadrados. Apenas para as obras de infraestrutura básica em Minas, o orçamento foi de R\$ 10 milhões. O governo mineiro tem agora o desafio de atrair os investidores.

Dentro do processo de gestão do aeroporto industrial de Campinas, o empreendimento será administrado pela Infraero e mantido pelo concessionário, para implantação de indústrias e demais infraestruturas de operacionalização em regime de condomínio industrial logístico. O prazo de concessão é de 240 meses, ou 20 anos, e improrrogável.

O prefeito de Campinas, Hélio de Oliveira Santos (PDT), foi procurado pela reportagem para comentar as críticas dos empresários e do sindicato que representa os aduaneiros, mas não se pronunciou sobre o assunto.

Demora

O aeroporto-indústria em Viracopos foi anunciado com uma grande festa política pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2006, mas não saiu do papel até o momento porque a empresa que venceu a licitação na época não cumpriu os prazos. A meta inicial era estar com os prédios em funcionamento em meados do ano passado. Só agora a Infraero reiniciou o processo licitatório para a escolha do concessionário.

A Infraero informou, via

assessoria de imprensa, que segue o que está determinado no Plano Diretor de Viracopos e que está na primeira etapa do projeto, o que torna inviável a especulação sobre o aumento da área e a possível expansão. Mas acrescentou dispor de um local destinado à logística de cargas onde está contemplado o aeroporto industrial, e que a área poderá ser ampliada, se necessário e mediante os trâmites legais.

O aeroporto industrial deve atrair, principalmente, indústrias de alta tecnologia e produtora de produtos de valor agregado e de inserção do mercado internacional. A Infraero também informou que as empresas de produção para o comércio exterior serão as mais beneficiadas pelo modelo. A empresa afirmou ainda que o empreendimento tem relação com o terminal de passageiros.

Empresas terão isenção de tributos federais

O aeroporto industrial funcionará como um recinto alfandegário e foi criado para oferecer vantagens a investidores brasileiros e estrangeiros. A empresa que se instalar terá isenção de tributos federais, além do benefício logístico de estar dentro do aeroporto, o que acarretará redução de custos, riscos de transporte e tempo. Na área do empreendimento aduaneiro, as cargas ficam à disposição das empresas.

Aeroportos industriais estão sendo implantados no Galeão, no Rio de Janeiro; Tancredo Neves, em Minas Gerais; São José dos Campos, em São Paulo, e Petrolina, em Pernambuco.

Para se instalar nas zonas industriais é preciso participar de concorrência pública e não exercer atividades que comprometem o meio ambiente nem prejudiquem a segurança das operações aeroportuárias. Também não são permitidas a produção de fumo, de armas e de munições. (MM/AAN)

Diretor defende 'aeroporto-cidade'

Um dos temas discutidos pelo diretor comercial da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), Gerando Brandaglia de Almeida, com empresários do setor da construção civil, ontem, é o conceito de "aeroporto-cidade" que ele defende como ponto fundamental para o desenvolvimento do interior de Viracopos.

Durante o encontro promovido pelo Sindicato das Empresas de Construção, Instalação e Administração de Imóveis Comerciais e Residenciais de São Paulo (Secovi) sobre os impactos da construção do aeroporto sobre o setor imobiliário, Almeida sustentou a necessidade de um plano diretor municipal que contemple as novas funções para a região.

Para o diretor, é preciso que a sociedade local discuta e faça o planejamento urbano do entorno. Uma das preocupações é evitar uma corrida imobiliária sem que existam regras claras sobre as atividades que poderão ser desenvolvidas em cada área próxima a Viracopos.

O conceito de "aeroporto-cidade" agrega a visão de que nos arredores do sítio aeroportuário há um potencial para outras funções como condomínios residenciais, centros de educação e lazer e outras coisas.

O presidente do Secovi, Renato Chag Chag, destacou ontem que é uma tendência de que as pessoas queiram residir próximo de onde trabalham. O presidente está fora que a expansão de Viracopos vai gerar

mais empregos e negócios para o setor. "O crescimento econômico do País e da região gera uma capacidade maior de criação de postos de trabalho. E a região de Campinas é um pólo importante", afirmou.

O delegado geral do Secovi, em Campinas, Franklin Glinder, comentou que há várias ações a serem desenvolvidas dentro do escopo de medidas previstas para a expansão de Viracopos. E há boas perspectivas de que o setor de construção civil seja impulsionado por essa ampliação. O vice-prefeito de Campinas, Guilherme Campos Júnior (PTL), afirmou que o encontro foi importante para esclarecer dúvidas dos empresários e disseminar conhecimento sobre a ampliação do aeroporto. (AL/AAN)

CAMPINAS, QUARTA-FEIRA, 15 DE JUNHO DE 2005

Projeto libera instalação de hotéis e comércios na região de Viracopos

Proposta do vereador Paulo Oya (PDT) que acrescenta 22 novas categorias de zoneamento na área será discutido hoje à tarde em audiência pública na Câmara

Rose GUELIANNETTI
Da Agência Anhangüera
rose@rac.com.br

Projeto de Lei Complementar (PLC) de autoria do vereador Paulo Oya (PDT), propõe o acréscimo de 22 novas categorias no zoneamento da região do Aeroporto Internacional de Viracopos. A matéria, se aprovada em segunda discussão (mérito), permite a instalação de serviços de hotelaria, de lazer e diversão, comércio de produtos perecíveis, entre outros, na região de Viracopos. A atual legislação prevê apenas dois itens: 1) instalação de terminal de cargas e 2) armazéns alfandegários, de estocagem de mercadoria, depósito de despachos, de materiais e de equipamentos. O projeto já teve a legislação aprovada, no ano passado, pelos vereadores.

Apesar do PLC ser discutido hoje, a partir das 15h em audiência pública, a matéria não foi encaminhada pela Câmara de Vereadores de Campinas ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU), órgão consultivo que tem o papel de emitir parecer sobre o

conteúdo do projeto. "É uma pena não ter subido para o CMDU porque tudo o que se refere à região de Viracopos tem que ser estudado com muito cuidado por conta das implicações futuras", ressaltou o presidente do CMDU, engenheiro João de Souza Coelho Filho.

Segundo Coelho Filho, o projeto foi encaminhado ontem à tarde pela assessoria do Legislativo. "Vamos estudar a matéria porque temos trauma de ocupação inadequada. O desenvolvimento urbano deve ser bem controlado para evitar uma série de conflitos que temos visto", ressaltou Coelho. O CMDU deve apresentar um parecer sobre o projeto do pedetista dentro de dez dias. O presidente do CMDU disse ainda que irá levar em consideração na análise do PLC um estudo feito pela Secretaria Municipal de Planejamento sobre a ordenação do zoneamento da região de Viracopos.

O autor do projeto disse ontem que a proposta de acrescentar outras categorias na zona 18 (área de meio ambiente e aeroportuária) foi feita para atender comerciantes que já têm comércios instalados na região e não conseguem obter alvará de funcionamento na Pre-

feitura de Campinas.

"Vou defender quem precisa de alvará. Agora, a continuidade do projeto quem vai determinar é a audiência de amanhã (hoje). Quero deixar claro que não estou alterando o zoneamento", ressaltou Oya, temendo resistência da sociedade civil que questiona alteração pontual de zoneamento feita pelos parlamentares campineiros. Algumas delas estão sendo questionadas na Justiça. "Não vou deixar ninguém colocar emenda de alteração de zoneamento em meu projeto", alertou o pedetista. O PLC do pedetista modifica a lei complementar nº 05/2000 e que por sua vez alterou a Lei de Uso e Ocupação do Solo (6.031/88).

O presidente do Legislativo campineiro, Dário Saadi (PSDB), afirmou que não há previsão de colocar o projeto em pauta para ser votado pelos vereadores. O tucano afirmou ainda que irá definir hoje se irá agendar novas audiências públicas. "Se algum vereador ou entidade ponderar que ainda há dúvidas, marcaremos outra audiência", disse Saadi.

Já o presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comdema), Regis Romano Maciel, afirmou que pediu ontem cópia do PLC para a Câmara e que, só após a análise do conteúdo, irá emitir um parecer sobre a matéria.

Conselho de Desenvolvimento Urbano ainda analisa as mudanças

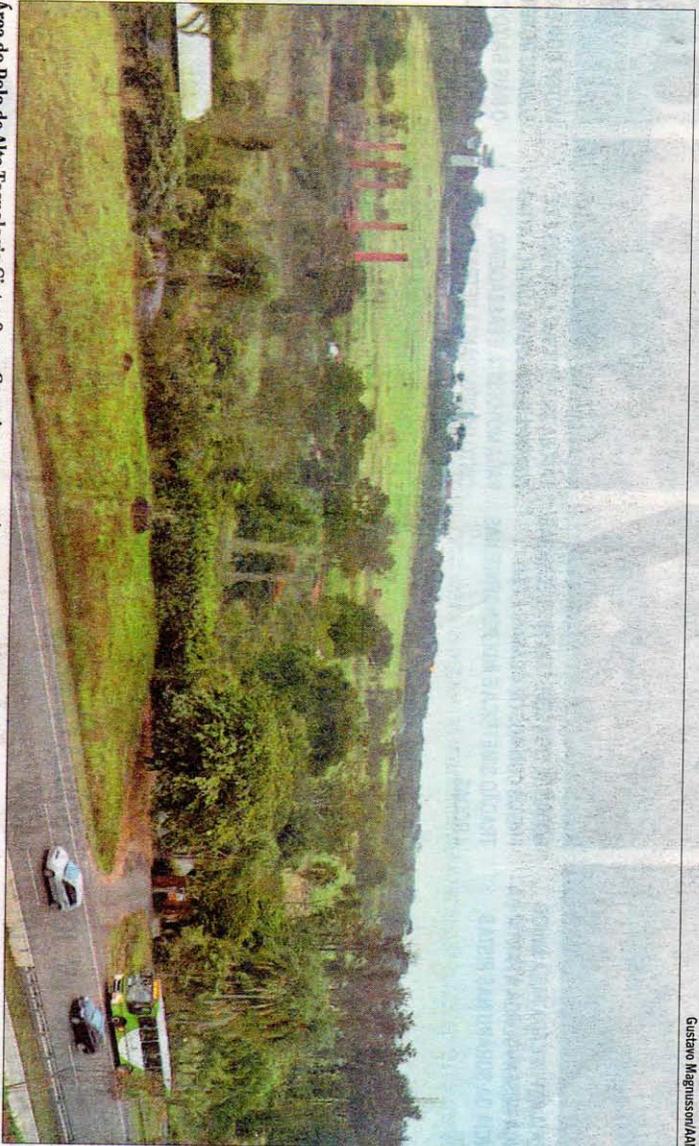
Trem vai beneficiar setor imobiliário em Campinas

Administração aposta no potencial das áreas do entorno de Viracopos, da região central, da Ciatec e da Vila Industrial

Milene Moreto
AGÊNCIA ANHANGUERA
milene@rac.com.br

Áreas do entorno do Aeroporto Internacional de Viracopos, da região central, da Companhia de Desenvolvimento do Polo de Alta Tecnologia (Ciatec) e da Vila Industrial são as apostas do governador Hélio de Oliveira Santos (DT) para explorar o potencial imobiliário de Campinas na implantação do trem de alta velocidade (TAV), que chegará à cidade, São Paulo e Rio de Janeiro. O secretário municipal de Urbanismo, Hélio Jarretta, mostrou a disponibilidade das áreas em cada uma das regiões aos empresários da construção civil durante o evento Apreendendo para o Mercado, realizado ontem no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp-SP/Campinas).

O projeto, intitulado *Requalificação e Desenvolvimento Urbano de Campinas*, foi parado, segundo o secretário, para receber a inversão do fluxo imobiliário com a chegada do TAV e também



Gustavo Magnus/AN

Área do Polo de Alta Tecnologia Ciatec 2, em Campinas: secretário municipal mostrou disponibilidades de cada uma das áreas estudadas

atender a demanda que virá após a ampliação de Viracopos. "Temos o maior entroncamento ferroviário, aeroporto de carga, entroncamento de rodovias. Precisamos nos preparar para eventos como a Copa. O que o governo quer neste momento é induzir a possibilidade de bons negócios que possam dar suporte ao crescimento e desenvolvimento ordenado da cidade." Jarretta disse também que, na região de Viracopos, são mais de 22 milhões de metros quadrados de áreas, sendo 11 milhões de áreas livres de ent

Revitalização
O Centro, com o projeto de revitalização e a exploração dos miolos de quadra, conforme mostrou reportagem do **Correio** esta semana, também é um ponto onde a Prefeitura pretende incentivar o potencial imobiliário, abrindo espaço para novos empreendimentos e modificando "a cara da cidade".

Jarretta afirmou que esse projeto é o que revitaliza as avenidas Campos Salles e Francisco Glicério já estão em andamento. O próximo passo é regularizar a situação dos camelôs, criando espaços para esses comerciantes com a cobrança de uso do solo. Além disso, o ponto de parada do TAV no Centro de Campinas vai receber praça no ponto de partida, já que a estação será subterrânea.

Outro projeto da Prefeitura de Campinas é a recuperação total da Estação Cultura, com a criação de um centro cultural e espaço para eventos. No entorno de Viracopos, Jarretta também falou sobre a criação do parque logístico Cidade Singer.

Viracopos: Ciesp cobra municípios

Correio Popular, 10/12/2009

Os empresários temem que a falta de planejamento dos municípios da Região Metropolitana de Campinas (RMC) acabe por transformar o Aeroporto Internacional de Viracopos em um “elefante branco” cercado de conglomerados urbanos, como já ocorre com os aeroportos de Guarulhos e Congonhas, e inviabilizar o desenvolvimento econômico regional e do próprio aeroporto. A maior preocupação vem do fato de os prefeitos não estarem se envolvendo para o planejamento conjunto do uso do solo em um raio de 15 quilômetros do aeroporto, de forma a incentivar a instalação de distritos industriais.

“Se o entorno do aeroporto continuar a ser ocupado por moradias, vamos inviabilizar Viracopos, porque não poderá funcionar à noite, justamente quando ocorre o maior volume do transporte de cargas. Se demorarmos mais para agir, vamos ter mais ocupações e Viracopos estará fadado a ser um elefante dentro dele mesmo, sem possibilidade de expansão e de instalação de centros logísticos no seu entorno”, disse o 1º vice-diretor regional de Campinas do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), José Nunes Filho, presidente do recém-criado Conselho de Infraestrutura e Logística do Ciesp-Campinas. O conselho nasceu com a missão de abrir o debate para o envolvimento da RMC em relação a Viracopos.

O primeiro debate ocorrerá hoje, às 18h, no Ciesp-Campinas, para discutir Viracopos e o futuro da RMC. Foram convidados representantes da região, na tentativa de montar uma agenda que inclua na RMC a meta de ter um projeto logístico conjunto. “A área que está em um raio de 15 quilômetros do aeroporto tem que ser pensada. É preciso infraestrutura viária e de saneamento para não termos futuramente um colapso logístico, como está ocorrendo em Congonhas e Guarulhos, que só podem ter atividade econômica dentro do próprio sítio aeroportuário”, afirmou o empresário.

Nunes Filho observou que, atualmente, 430 municípios utilizam Viracopos, porque o aeroporto é bastante eficiente no desembarço aduaneiro. Isso significa que ele já é um rub de carga e deverá também ser um rub de passageiros com a ampliação. “Mas sem planejamento, não haverá consumo nas cidades, nem geração de emprego e muito menos de tributos”, disse.

Momento de definição

Para o professor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (**PUC-Campinas**) e diretor técnico do Conselho de Infraestrutura e Logística do Ciesp, Josmar Cappa, chegou a hora de parar de falar que queremos Viracopos e partir para a segunda fase, que é definir se Viracopos irá servir à região ou irá servir-se dela. “Se for para servir-se, significa que a região não está olhando o empreendimento como deve ser olhado”, afirmou.

A questão, disse o empresário José Nunes Filho, é que Viracopos não deve ser pensado para ser o terceiro aeroporto de São Paulo. “Isso significaria existir para resolver o problema de Guarulhos e de Congonhas, trazendo para cá passageiros que apenas embararão aqui. Não consumirão, não irão demandar infraestrutura hoteleira nem nada. Não queremos apenas resolver o problema de São Paulo, queremos resolver o problema da região, de forma que o aeroporto tenha repercussão na geração de renda e emprego regional”, disse.

Para Josmar Cappa, o governo precisa olhar Viracopos como promotor do desenvolvimento regional e isso é possível com um plano diretor regional consistente. “Quanto mais incentivo à atividade econômica e menor ocupação urbana, melhor para o entorno do aeroporto”, disse. Segundo o economista, é hora de se pensar em planos locais de estímulo às atividades econômicas para garantir que a área não será tomada por moradias. “Se nada for feito e a população tomar o entorno de Viracopos, o aeroporto será inviabilizado”, afirmou.

SAIBA MAIS

O quê: Debate Viracopos e o Futuro da RMC

Palestrante: Josmar Cappa, da **PUC-Campinas**

Horário: 18h

Local: Ciesp-Campinas (Rua Padre Camargo Lacerda 37, Bonfim)

Campinas, quarta-feira, 3 de agosto de 2011

Macrozona 7 prevê regras para a região

Desde o ano passado, a Prefeitura de Campinas, acompanhada pela Infraero, está elaborando o projeto da macrozona 7, que abrange Viracopos. O principal objetivo é impedir o adensamento populacional e a implantação de projetos arquitetônicos na região, o que inviabilizariam as operações aeroviárias. O projeto está em fase de finalização, de acordo com a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. O projeto está passando por revisão de texto e diretrizes e deve ser encaminhado para aprovação da Câmara de Campinas até o próximo mês. Para a elaboração do projeto, o Município e a empresa formalizaram um acordo de cooperação técnica visando a integração dos planejamentos aeroportuário e municipal, especialmente quanto ao planejamento e controle do uso e ocupação do solo no entorno do aeroporto. Um dos principais pontos do projeto será o que prevê garantias de segurança para a região em função da operação aeroviária. Por isso, a macrozona 7 terá um zoneamento especial, principalmente com relação à emissão de ruídos pelas aeronaves e às regulações de voo. A prioridade dentro da macrozona 7 é a atividade industrial voltada para o setor logístico. A intenção da Prefeitura é permitir apenas a instalação de indústrias de teto baixo, que não liberem qualquer tipo de material no ar e que não produzam resíduos que possam atrair animais (como urubus) que colocam em risco a segurança das aeronaves. Com relação as famílias que moram em áreas próximas ao aeroporto, a intenção é de que elas deixem o local e sejam encaminhadas para conjuntos habitacionais. (LF/AAN)

CORREIO POPULAR, 06/03/2010

Viracopos privatizado só em 2011

Ministro da Defesa, Nelson Jobim, afirma que decisão sobre concessão fica para novo governo

Maria Teresa Costa
DA AGÊNCIA ANHANGUERA
teresa@rac.com.br

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, descartou ontem a possibilidade de o Aeroporto Internacional de Viracopos ser concedido à iniciativa privada neste ano. Ele disse que as regras para a concessão de alguns terminais administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) serão entregues ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva em abril, mas a decisão de fazer a concessão ou não ficará para o próximo governo.

Proposta será levada em abril a Lula, mas definição é do sucessor

"Não haverá concessões durante o ano eleitoral", afirmou, após aula magna a oficiais da Escola de Guerra Naval (EGN), no Rio de Janeiro.

A exceção será o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte, onde o governo vê necessidade urgente de aporte privado.

O adiamento da concessão de Viracopos representa perda de tempo no desenvolvimento do aeroporto, segundo o presidente do Conselho de Infraestrutura e Logística do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp-Campinas), José Nunes Filho.

"A concessão é essencial, porque o aeroporto nas mãos do governo não anda", afirmou. Ele disse que Viracopos é um aeroporto lucrativo que ajuda a equilibrar a manutenção dos terminais deficitários do País. "Com a concessão, os recursos ficariam aqui e seriam investidos aqui", afirmou. Para o empresário, é necessário que haja a abertura do capital da Infraero que, segundo ele, é uma empresa "eficiente, mas que acaba sendo usada politicamente".

Viracopos tem capacidade para atender 3,5 milhões de passageiros por ano, mas a demanda poderá chegar a 4,9 milhões até o final de 2010, o que significa que o terminal não irá aguentar esperar a ampliação e construção da segunda pista

e serão necessárias ampliações emergenciais. A ampliação do aeroporto depende da licença ambiental do Estado.

A Infraero informou que possivelmente na próxima semana será encaminhado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente as alterações no plano diretor, apontando algumas mudanças — como o deslocamento da segunda pista — para minimizar os impactos ambientais.

Para o professor da Faculdade de Ciências Econômicas da PUC-Campinas, Josmar Cappa, os sucessivos adiamentos sobre a concessão dos aeropor-

tos indicam que não há um consenso dentro do governo sobre o modelo de gestão a ser adotado.

Isso é motivado, segundo ele, porque na gestão dos terminais há o princípio da compensação, onde os aeroportos deficitários são ajudados pelos superavitários. "Poucos dão lucros e, se fizer a concessão, o que vai ocorrer com aqueles que têm baixa capacidade de arrecadação?", disse.

Cappa defende a abertura do capital da Infraero, como ocorreu com a Petrobras e a Vale do Rio Doce, com bons resultados.

Possibilidades

O governo analisa duas possibilidades: a abertura do capital da Infraero e transferir a administração de alguns aeroportos, como Viracopos, em Campinas, e Galeão, no Rio de Janeiro.

Segundo o ministro, o marco regulatório poderá inclusive ser uma conjugação dessas possibilidades e trará também a instituição de mais aeroportos de conexão.

Hoje, entre os 67 aeroportos federais, apenas os de Guarulhos, Congonhas e Brasília funcionam como aeroportos de conexão. O Aeroporto Internacional de Viracopos é cotado para ser um importante centro de distribuição de voos nacionais e internacionais.

A FRASE

"A concessão é essencial, porque o aeroporto nas mãos do governo não anda."

JOSÉ NUNES FILHO

Presidente do Conselho de Infraestrutura e Logística do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp-Campinas)

CORREIO POPULAR
Campinas, quarta-feira, 3 de agosto de 2011

Privatização cria novo eixo imobiliário

Luciana Félix
DA AGÊNCIA ANHANGUERA
luciana.felix@rac.com.br

A privatização do Aeroporto Internacional de Viracopos, marcada para 22 de dezembro, vai antecipar o boom imobiliário e as oportunidades de negócio no entorno do terminal que estavam previstos para acontecer com a implantação do trem de alta velocidade (TAV), que está com o cronograma atrasado e sem previsão definitiva para o fim das obras. As mudanças devem transformar radicalmente o cenário da região, criando um complexo comercial com rede de hotéis, postos de armazenagem de cargas, shoppings, setor logístico, área residencial e, conseqüentemente, novas perspectivas de emprego e renda.

Cenário na região será radicalmente mudado, avaliam especialistas

A exploração do entorno do terminal é uma das condições para tornar o processo de concessão atraente para o setor privado, já que o governo quer garantir que as tarifas não subam após a privatização. "Como o ministro anunciou que o governo não pretende alterar as tarifas de serviços (dos aeroportos), precisamos considerar as tarifas atuais, comparar essa receita com os investimentos que serão feitos e ver que modelos a mais de gestão do empreendimento podem ser atrelados ao negócio, como por exemplo, a questão imobiliária", afirmou o presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base (Abdiib), Paulo Godoy.

Godoy afirmou que o modelo é comum em muitos países e que nos aeroportos nacionais não deverá ser diferente. "Boa parte da receita se dá por uma criativa exploração imobiliária no entorno dos aeroportos, como hotéis", afirmou o presidente do Abdiib está semana, durante encontro com o ministro da Secretaria de Aviação Civil, Wagner Bittencourt. Os dois participaram de uma

discussão sobre o modelo de privatização que será adotado para o setor aéreo brasileiro.

O investimento privado em infraestrutura aeroportuária tem muitos defensores, especialmente pela agilidade de decisões e execuções. A empresa paga uma taxa pela concessão, se encarrega dos projetos, dos funcionários e o governo autoriza construção, operação e reformas. Com o novo modelo, o Aeroporto de Viracopos passará a ser administrado pela iniciativa privada, que terá participação acionária de 51% na Sociedade de Propósito Específico (SPE). Os outros 49% serão da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

Perspectivas

A perspectiva de um novo cenário no entorno de Viracopos anima o setor imobiliário do município. O diretor do grupo Home Hunters, Mauro Vanti Macedo, afirmou que as transformações no entorno do terminal poderão ser notadas em 5 anos. "O projeto de expansão do terminal irá refletir diretamente no setor imobiliário. E irá viabilizar, e muito, o aumento no número de empresas no local, além de atrair investimentos para toda re-

gião."

Para o diretor, além de empresas coligadas a estrutura do terminal e de logísticas, o local irá atrair firmas de tecnologia. "Com o grande volume

de trabalhadores, o setor de serviços tende a explodir com a construção de shopping e galerias para dar suporte a demanda dessas pessoas."

O secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Alair Roberto Godoy, afirmou que o processo da macrozona 7, que irá definir o uso do solo no entorno do aeroporto, está em fase de revisão e finalização (leia mais ao lado). "O uso do entorno do terminal será potencializado devido a modernização do aeroporto. E estamos modificando o perfil da região para que ela passe a ter o industrial." O secretário disse também que a mudança do entorno já é real e que deve atrair o interesse de empresários e indústrias. "O aumento no número de passageiros como ocorreu em Campinas é surpreendente. Isso não acontece em qualquer lugar. É natural que atraia mais investidores", disse Godoy. O secretário afirmou que o potencial econômico do entorno é alto, porém, não pode mensurar uma estimativa de valor.

Para o especialista em transporte e professor da faculdade de Engenharia Civil da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Carlos Alberto Bandeira Guimarães, o modelo encontrado pelo governo (concessão) é uma forma de dar agilidade ao processo de modernização dos aeroportos.

"Historicamente a Infraero tem sido incapaz de aplicar os investimentos necessários nos aeroportos de Campinas, Brasília e Guarulhos. Viracopos, por exemplo, está crescendo espantosamente nos últimos anos", afirmou.

Nos seis primeiros meses deste ano, o terminal de Campinas registrou um movimento de passageiros de 3,5 milhões de pessoas. O dado representa um crescimento de

45,7% em relação ao mesmo período do ano passado.

Para o professor, a nova estrutura do entorno do aeroporto irá gerar vagas de empregos e, conseqüentemente, poderá criar até uma expansão habitacional próxima ao terminal. "Os novos empreendimentos irão atrair trabalhadores. E muitos deles optarão em morar próximo ao trabalho. A área deve estar preparada para receber essa demanda. E isso também insere a cidade de Indaiatuba, que também é próxima ao terminal."

LEIA MAIS NA PÁGINA B1

A FRASE

"A ocupação do entorno do terminal acaba sendo uma consequência da concessão. Ela vai atrair primeiramente o interesse de serviços ligados ao aeroporto, como hotéis e empresas relacionadas ao transporte de carga aérea, no caso de Viracopos. Mas com o tempo gerará outros interesses."

CARLOS ALBERTO BANDEIRA GUIMARÃES

Especialista em transporte e professor da faculdade de Engenharia Civil da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Documentos das Associações de Moradores

1) Ata da reunião da Associação do Campo Belo I em 15/04/2006, quando representantes da prefeitura vêm aos moradores falar sobre a remoção das famílias do Núcleo São João para as casas da Cohab

Ata de assembléia extraordinária da associação de moradores de núcleos residenciais do jardim campo belo I, são João e outros.

Realizada no dia 15 de abril de 2006 na sede social situada a rua Maria da gloria leite penteado nº596, referencia Campo Belo I Campinas-SP

Esta reunião teve inicio as 14:30 sobre a liderança do Sr. Manoel Rodrigues de Souza o vice presidente Sr. Paulo Gomes de Oliveira a secretaria geral Maria Genilda de Souza Silva.

Esteve também presente representando o conselho popular de habitação

Sra. Valquiria, Sra. Lucia, Sr. Carlos Artiulli.

Iniciou-se com Sr. Manoel Rodrigues de Souza, colocando em pauta assuntos reacentamentos de famílias, projeto da secretaria da habitação construção de novas moradias e remoção de famílias de áreas de risco para outra área.

Após a apresentação da pauta o presidente franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer o uso, o Sr. Carlos Artiulli tomando a palavra falou em nome do conselho e da secretaria da habitação, apresentou projeto de construção de novas casas no bairro jardim Marisa com toda a infraestrutura completa no jardim Marisa, continua explicando que será 313 casas em construção sendo que o recurso vem do PAC(programa de aceleração do crescimento) projeto do governo federal e caixa econômica, a discussão definida será termo de adesão e a desapropriação somente para as famílias que estão em área de risco, cada terreno passado a família transformado em lote terá um valor variável, lote menores 40 reais ao mês e os lotes maiores 60 reais ao mês, comentou também que não é uma questão de não querer de ser beneficiado e uma questão de esclarecer duvidas e aos poucos pensar em uma questão de melhoramento.

Após o Carlos Artiulli, o Sr. Gilson perguntou se a área cabia toda a população, pergunta direcionada ao Sr. Carlos Artiulli e este não respondeu.

A moradora Verlete perguntou quando seria feita a remoção e onde iria as famílias, também ficou sem resposta. A moradora Sara perguntou se um morador atrasasse a mensalidade se perderia o lote, também ficou sem resposta, a senhora Ana Maria moradora perguntou como ela iria pagar um imóvel sem ter renda alguma, a senhora Lucia Silva representando a coordenadoria do conselho de habitação tomando a palavra explicou que nesses casos seria feito incluindo alguns beneficios, Elizangela fala que sendo para melhorar a situação dela aceita a remoção. O representante do senhor Luiz Carlos Zaratini deputado estadual, senhor Jose Carlos fala que esse projeto é importante para as pessoas que estão com suas casas em área de risco. Senhor Justino fala sobre a melhoria e prontificou a levar a tal proposta ao prefeito Dr. Helio para haver troca de casa em vez de remoção.

Presidente da associação de moradores do vila Palmeira, Sra. Sara Evangelista perguntou se jovens de 14 anos e 15 anos que moram com os pais e ate de 22 anos poderiam ter uma casa, o senhor Carlos Artiulli responde que será chamado de família agregada e nesse caso o lote será maior, convocando si por tanto ao todo presente para outra assembléia o qual ficou marcada para o dia 13 de agosto do ano em curso o presidente declarou encerrado o trabalho e agradecendo a todos.

Presidente: Manoel Rodrigues de Souza

Vice-presidente: Paulo Gomes de Oliveira

Secretaria: Maria Genilda Sousa Silva

Manoel Rodrigues de Souza
R.B. 13. 291.072 - X.F. 32656740

Maria Valdeir de Andrade
23. 687. 372 - 8

Paulo Gomes de Oliveira
RG 4279115

Campinas, 15 de abril de 2006

Jose Estelita Santos de Lencastre

24-766761-4

Paulo G. de Oliveira
1. 049. 9114-6

2) Ata da reunião da Associação Campo Belo I em 13/08/2006, em que decidem não deixar suas casas e se opoem à transferência para as casas da Cohab

ATA DE REUNIÃO DOS MORADORES DOS NÚCLEOS,
JARDIM CAMPO BELO I, JARDIM SÃO JOÃO E OUTROS

Campinas Estado de São Paulo, aos 13 (treze) dias do mês de agosto do ano dois mil e seis (2006). Estiveram reunidos em Assembléia Geral os moradores dos núcleos acima citados, em sua sede situada à Rua (M) Maria da Gloria Leite Penteado, nº 596, Jardim Campo Belo I Campinas-SP: para um debate, sendo pauta a desapropriação, esta Assembléia teve início as 09:45horas, estando presente os seguintes diretores: Sr. Presidente da Associação destes núcleos. Sr. Manoel Rodrigues de Souza, Sr. Vice-presidente Paulo Gomes, Srª secretária, Srª Genilda Sousa, Srª 1ª tesoureira, Srª Grinaura Silva, 2º tesoureiro, Sr. Carlos Cezar de Sousa, Conselho Fiscal, Sr Dionísio Raimundo França, Srª Daniele Monteiro, Srª Silvani Nogueira, Srtª Silvia Maria Santos e moradores cuja presença encontra Registrado anexo.

Após o número de presenças para esta Assembléia a Srª secretária, convidou o Presidente para iniciar a abertura desta Assembléia, o Presidente Sr. Manoel Rodrigues de Sousa tomando a palavra disse:

A importância dessa assembléia quando se trata de desapropriação, isso se fez lembrar da solene reunião com mais de cinco mil pessoas presentes do Shaicon do aeroporto de Viracopos, em Campinas, tal reunião foi realizada pelo secretário do Estado de São Paulo, a Associações das regiões oeste sul e leste de Campinas, Prefeitura Municipal de Campinas, Associação Comercial, Secretaria de Habitação, Câmara Municipal e autoridades da Infraero.

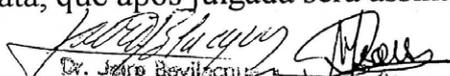
Nessa ocasião esteve também presente autoridades nacionais e internacionais e o Sr. Presidente da república EXMO. Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, deputado estadual Renato Simões, o presidente do Pc do B Sr, Sergio Benassi e o representante da Caixa Econômica Federal e o prefeito municipal Sr. Dr. Hélio de Oliveira Santos, e o presidente da república declarou a inexistência de

desapropriação, que ora atormentava os moradores das regiões acima citados, a qual também atingia nossa região. Mas a secretaria de habitação de Campinas junto ao prefeito provoca outro tipo de desapropriação, isso por interesse social e proclama a saída das famílias que moram em áreas públicas a mais de 40 (quarenta) anos contrariando a Lei 10.257 de 10 de julho de 2001.

Reconhecendo portanto o prejuízo que os moradores em assembléia tomaram a seguinte decisão: a não desapropriação, a não remoção de barracos.

O vice presidente Sr. Paulo Gomes continuou os trabalhos em pauta, por necessidade do presidente ter que se ausentar para participar de outra reunião que aconteceria no Parque Oziel, com a permissão de todos os presentes, retirou-se o presidente e o vice continuou.

Então o vice presidente perguntou ao presentes: se estavam de acordo com a desapropriação e transferência de suas casas para outra área designada pela COHAB, e todos por unanimidade disseram não, e optaram pela posse da terra, ainda nessa reunião o vice presidente franqueou a palavra para quem dela quisesse fazer uso, e Dn^a Raquel tomando a palavra perguntou se no caso dela se morando em terreno particular o que aconteceria caso fosse desapropriada, o vice presidente explicou de modo satisfatório, mas a conclusão foi por todos por unanimidade pela não desapropriação. O Sr. Evaristo ressaltou dizendo mesmo com os esgotos não causaria danos em moradias isso é aquelas que estão em áreas secas abrangendo-se Rua 1 do jardim Campo Belo e Rua M, imputada pela Secretaria Municipal de Habitação como área de risco das quais isto não é afirmado pela população. Não havendo nada mais a tratar o vice presidente declarou encerrado os trabalhos, marcando uma nova assembléia que acontecerá no próximo dia 20 (vinte) mês em curso, e eu secretária em exercício lavrei a presente ata, que após julgada será assinada por todos presentes e registrada.


Dr. Jairo Bevilacqua
OAB/SP. 99.815


Manoel Rodrigues de Sousa
P.O.


Manoel Rodrigues de Sousa



Solicitação

A Associação de moradores dos núcleos Residenciais Nos Bairros Jardim Campo belo I , Jardim São João e outras Registradas Sobre o nº 1.726 e CNPJ N° 08538189/0001-82 Sede : Social À Rua Maria da Gloria leite Penteado N° 596 Jardim Campo Belo Campinas – SP A/C do Exm SR . Presidente da câmara municipal de Campinas . SR vereador Marcos Abichedid

Exm SR Apresenta Solicitação Por Essa Entidade Preude-se, A uma desapropriação Por Parte da Secretária de habitação a qual causa Prejuízo dos moradores que moram aqui por mais de 50 anos e já é tem segundo medida provisória N° 2220/01 de 04/09/2001 que dispondo sobre a concessão do uso especial de que trata do artigo: 183 da constituição ao Invés de apreciar e atender os moradores regularizados – os com documentos de posse da terra . A secretaria de habitação projeta em desapropriá-los. da área em que moram a muitos anos , em troca da área duvidosa do JD Mariza dizendo construir casas para essa população

4) Ofício produzido pela Associação do Moradores do Campo Belo I, 2008

Campinas 29 de setembro de 2008

Associação de moradores dos núcleos residenciais do
Jardim Campo Belo I, São João e outros

Presidente: Manoel Rodrigues de Souza
Vice - Presidente: Paulo Gomes de Oliveira
Secretaria geral : Genilda Silva Souza

As tais casas, a sua medida e de 32 a 48 metros ,
sendo isso germinada, a qual será ocupados por
duplas famílias , se não bastasse a perda da posse, e
expõe a perca das antigas moradias ,e apesar disso a
secretaria obriga através da COHAB o pagamento dos
minúsculos terreno de 126 mts quadrados, por isso
pedimos vossa intervenção nesses casos mesmo se por
ventura essa remoção aconteçam que essas famílias
não venha a ser obrigada a pagar as impostos dos
terrenos uma vez que já adquirido o direito de posse
ou onde vivem e bom lembrar que 800 metros de terra
aqui condenados pela schab são prejudicados pelo
poder publico pois não atendera as reivindicações
feitas pela população por longos anos. Tal limpeza do
córrego melhoramentos nas ruas para emergência de
transito e outros. Se formos atendido agradecemos .

Cartório
Sta. Cruz

Manoel Rodrigues de Souza

Sta. Cruz
Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 2º Subdistrito
Marimélia Spinola de Melo Pereira - Oficial
Rua Delfino Cintra, 404 - Centro - Campinas - SP - Fone: (19) 3232-9132

Reconheço, por semelhança, a firma de: MANOEL RODRIGUES DE
SOUSA, no documento sem valor econômico e dou fé.
Campinas, 10 de dezembro de 2008. - Cód. [1923996314210508149236]
Emplacamento: [] de [] [Qtd 1; Total R\$ 2,75]

FIRMA
AA224247

5) Carta dos moradores do Núcleo São João ao prefeito, janeiro de 2010

CAMPINAS, 25 DE JANEIRO DE 2010

ELMO

SR Prefeito Helio de Oliveira Santos venho comunicar que os moradores da rua A localizada no jd Campo Belo Campinas (SP) não estão interessados a sair de nossas casas que ocupada a mais de 20anos. Porisso pedimos a vossa excelência que não concordamos a sair de nossas casas que è preciso ser feito para a nossa comunidade e legalizar o nosso direito por tempo de permanência aguardamos a respostas de mais não abrimos Mao de nossos direitos.

A respeito do córrego precisa ser tratado sem remover casas que encontrasse em perfeito estado

Sem mais venho agradecer pela atenção

Declaracao

Mãe do Divino Mariana Silva Santos RG 24422249-6
Aparecido Domizeti dos Santos RG 20530083-2
Profissão Pedreiro e Eletro -

6) Carta dos moradores do Núcleo São João pedindo o apoio dos moradores da área vizinha, 2010

CARTA DE SOLICITAÇÃO AOS MORADORES DA CIDADE SINGER

Amados e delicados moradores da cidade Singer.

A Associação de moradores de Núcleos Residenciais Campo Belo I, São João e outros com seu RG nº 1726, com sua sede na rua Maria da Glória Leite Penteado nº 596 bairro São João de Viracopos, Campinas SP. Juntos a sua acessória Jurídica solicita de todos vosso apoio que reconhecendo o direito permanente de moradia, isto baseado no decreto Lei 271/67 seu artigo 7º e AMP 2.220. Não aceitaram a remoção Arbitraria provocada pela (COHAB)

Conselho de Habilitação Popular de Campinas e Secretaria de Habitação.

Por esses órgãos ter contrariado o titulo II cap. 11. Lei 8.313/91 sumula 227 STJ. e através de ajuntamentos contraria o cap.22.23 e 24 dos art.243 dos CF dos art.156-1º170,III art.182 art.185 da constituição federal código civil art.1,228 á 1368. esse apoio pode ser através de abaixo assinado enviado para a nossa acessória jurídica situada na rua Dr. Costa Aguiar nº698 sala 1302, 13º andar. Centro Campinas-SP.

Certos do vosso apoio á permanência as pessoas que habitam á área a mai de 40 anos aqui.

Campinas, de 2010.

Associação de moradores de núcleos residenciais
Jd. Campo Belo I, São João e outros.

7) Panfleto contra a remoção das famílias do Núcleo São João, distribuído pela cidade em 2010

NÓS JÁ TEMOS ONDE MORAR!

Moradia digna SIM! Despejo NÃO!!

Moradore(a)s do Campo Belo I sofrem perseguição da prefeitura para que abandonem os lugares em que vivem há quase 30 anos!

O Campo Belo 1, que fica ao sul da cidade de Campinas e próximo do aeroporto de Viracopos, tem sido alvo da especulação imobiliária nos últimos anos. Agora, com os projetos de ampliação do aeroporto e instalação do trem bala, toda área circundante sai valorizada e os moradores passam a ser assediados, cada hora com uma justificativa.

A Secretaria Municipal de Habitação alega que precisa construir uma área verde na área de duas ruas (A e M) e também uma avenida no jardim Marisa. Para isso, os moradores desses locais teriam que sair de onde moram há mais de 20 anos, largar seu teto e COMPRAR uma casa na Cohab/Jardim Marisa de 38 m² ou menos. Casas que não comportam uma família inteira e nem seus móveis. Ir para essas casas obriga as famílias a deixarem tudo o que construíram pela vida inteira e entrar numa dívida que pode significar, no futuro, uma nova expulsão.

Depois de anos de sacrifícios para conseguirem erguer um lugar para morar, sempre solicitando à prefeitura sistema de esgoto, asfalto e captação de água e nunca sendo atendidos, surge um projeto que traz a expulsão. Porém, a comunidade já possui, desde a década de 70, um planejamento para a área, o qual envolve habitação, lazer e cultura. Cabem, então, as seguintes perguntas:

- Retirar famílias de seus lares, obrigá-las a pagar por casas pequenas e precárias não é uma violência?
 - Para onde irão aqueles que não conseguirem pagar as prestações?
 - A quem interessa a saída das famílias?
 - Quem ganha com tudo isso? Quem são “os que mais precisam”?

Houve, agora em setembro de 2010, uma primeira vitória: a Defensoria Pública de Campinas entrou com uma liminar e conseguiu impedir o despejo intencionado pela prefeitura para o fim de agosto. Mas sabemos que a luta continua, pois a prefeitura representa, na realidade, grandes grupos empresariais interessados pela área.

O direito do povo à moradia não pode ser massacrado pelos interesses imobiliários e seus representantes! Junte-se a nós nessa luta!!

Contato: Associação de Moradores do Campo Belo I e Núcleo São João

Fotos

Foto 1 – Sede da Associação dos Moradores do Núcleo São João e Campo Belo 1



Foto 2 – Entrada do Campo Belo



Fotos 3, 4, 5 – Campo Belo I





Foto 6 – Barraco no Campo Belo I



Foto 7 – Barracos na beira da Rodovia Miguel Melhado, que passa no centro do Campo Belo e liga Campinas à Valinhos e Vinhedo



Foto 8 – Onibus que transportam as crianças de 4ª.a 8ª. Série para escola estadual em Valinhos, cidade vizinha



Foto 9 – Reunião da Associação de Moradores do Campo Belo I



Foto 10 – Uma das casas do Núcleo São João que foi demolida e família foi direcionada para as casas da Cohab, via financiamento



Foto 11: Casas da Cohab Jardim Marisa



Foto 12 – Casas da Cohab: parece uma, mas são duas



Foto 13 – Cartaz de divulgação da construção das casas da Cohab/ Jardim Marisa



Foto 14 – Caminhão municipal para limpeza das fossas das casas Cohab

